

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



# ANAIS

UNAÍ/MG  
2015

ANO 02 NÚMERO 02

# ANAIS DA 5ª MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR FACTU 2015

Publicada pela

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ - FACTU  
NÚCLEO DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO – NUPEX

Adalberto Lucas Capanema  
**Presidente AEPU**

Maria José Lucas Capanema  
**Diretora Administrativa**

Adalberto Lucas Capanema  
**Diretor Geral**

Dêner Geraldo Batista Neves  
**Coordenador Núcleo de Pesquisa, Extensão  
e Pós-Graduação**

Secretária Geral  
**Fabírcia Lucas de Mendonça**

**Contatos NUPEX**  
38 3676 6222  
www.factu.br

## **Editor**

Dêner Geraldo Batista Neves

## **Conselho Editorial**

Gabriel Moreira  
Graziela Cristina Simões  
Lidiane Campos dos Santos  
Lilian Rodrigues Maia  
Maria Aparecida de Oliveira  
Michelle Lucas Cardoso Balbino  
Nathalia Oliveira Martins

## **Diagramação**

Kelly Dias Tavares

## **Revisão**

Gisele Lucas de Araújo

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da  
Biblioteca da FACTU.**

MOSTRA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR – Ano 02, nº 02 (Jan/Jul 2015). Unaí:  
FACTU, 2015.

Anual

1. Interdisciplinar. 2. Metodologia. 3. Ciência. 4. Inovação

Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio. As matérias publicadas são de  
responsabilidade dos respectivos autores.

## APRESENTAÇÃO

A Mostra Científica Interdisciplinar da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai é um evento anual que se encontra em sua décima quinta edição, destinado a reunir toda a comunidade acadêmica para a discussão da produção científica na instituição e, sobretudo, criar um espaço para difusão dos trabalhos de iniciação científica realizados nas disciplinas dos sete cursos de graduação, estimulando assim a troca de experiências interdisciplinares.

A Mostra é parte do nosso Programa de Iniciação Científica (PIC), destinado à formação de novos recursos humanos para a pesquisa, desenvolvendo não só suas habilidades de investigação como também sua consciência crítica voltada a diferentes áreas do saber, por meio de: cumprimento de atividades complementares, apoio à participação voluntária e incentivo à iniciação científica nas disciplinas dos cursos de graduação.

O resultado final do processo pode ser conferido através da segunda edição dos Anais da MIC aqui apresentados, onde podemos encontrar os resumos de diversos trabalhos que foram apresentados. Desejamos que esta divulgação possibilite a continuidade do intercâmbio entre pesquisadores, professores e alunos.

Boa leitura!

O Editor.

## SUMÁRIO

A CIÊNCIA – RESUMO	7
A LIBERDADE - RESUMO	8
A CONDIÇÃO HUMANA - RESUMO	9
A TÉCNICA – RESUMO	10
TEMAS AFINS: A VIOLÊNCIA - RESUMO	11
A CONDIÇÃO HUMANA - RESUMO	12
O QUE É POLÍTICA - RESUMO	13
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO - RESUMO	14
A JUSTIÇA DE SÓCRATES - RESUMO	15
CONCEPÇÕES DE POLÍTICA – O SOCIALISMO	16
O SENSO COMUM - RESUMO	17
A DEMOCRACIA - RESUMO	18
O LIBERALISMO - RESUMO	19
O CONHECIMENTO - RESUMO	20
O CONHECIMENTO FILOSÓFICO - RESUMO	21
CONCEPÇÕES ÉTICAS - RESUMO	22
RELAÇÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E ESCASSEZ DE ÁGUA - RESUMO	23
POLUIÇÃO DA ÁGUA EM BACIAS	24
REUSO DE ÁGUA COM SAÍDA PARA A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	25
OS BENEFÍCIOS DA ÁGUA NA SAÚDE DO HOMEM - RESUMO	26
CRISE DA ÁGUA NO MUNDO E NO BRASIL - RESUMO	27
AS FUNDAMENTAÇÕES ILUSÓRIAS - RESUMO CAPÍTULO – LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA – ZYGMUNT BAUMAN	28
REUSO DA ÁGUA - RESUMO	29
CONSERVAÇÃO DAS NASCENTES – RESUMO	30
A RESPONSABILIZAÇÃO DO MAU USO DAS REDES SOCIAIS - RESUMO	31
O PARTIDO MORAL DE DOIS - RESUMO DE CAPÍTULO – LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA – ZYGMUNT BAUMAN	32
MANEJO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA NA AGROPECUÁRIA EM MEIO À CRISE DE SEU ABASTECIMENTO NO BRASIL	33
ESPAÇOS SOCIAIS: COGNITIVO, ESTÉTICO E MORAL - CAPÍTULO DO LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA - ZYGMUNT BAUMAN	34
CRISE HÍDRICA - RESUMO	35
A ÁGUA E O CONFLITO POPULACIONAL - RESUMO	36
PARA ALÉM DO PARTIDO MORAL - CAPÍTULO 5 DO LIVRO “ÉTICA PÓS-MODERNA” - ZYGMUNT BAUMAN - RESUMO	37
A ÁGUA NA AGRICULTURA - RESUMO	38
CAPÍTULO DO LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA - ZYGMUNT BAUMAN - RESUMO	39
A UNIVERSILIDADE ILUSÓRIA - CAPÍTULO DO LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA - ZYGMUNT BAUMAN	40
A LEI MARIA DA PENHA COMO NORMA EFETIVA E APLICÁVEL E A INEFICÁCIA DO PODER PÚBLICO	41
A APLICABILIDADE DA LEI PENAL AOS CASOS FATAIS DE BEBÊS ESQUECIDOS NO CARRO PELOS PAIS	42
A RESPONSABILIDADE DOS PAIS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE PEDOFILIA NAS REDES SOCIAIS	43
O QUE VALE MAIS: A CULTURA OU A VIDA?	44
AS ALTERAÇÕES NO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE E SUA EFICÁCIA NO COMBATE À FRAUDE	45
A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA LOCALIZADA NO INTERIOR	46

DE UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO	
POLUIÇÃO DA ÁGUA - RESUMO	47
O PROCESSO DE ENSINO NA ESCOLA - RESUMO	48
A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO GESTOR NO DESEMPENHO DAS EQUIPES ESCOLARES (PESQUISA EM ANDAMENTO)	49
RESUMO	50
A DESCRIÇÃO DA LEGALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS E SEU REFLEXO NO TRÁFICO	51
QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA LEGALIZAÇÃO DO USO E COMERCIALIZAÇÃO DA MACONHA NOS PROBLEMAS SOCIAIS CAUSADOS PELO TRÁFICO?	52
IPVA NÃO PAGO: É LEGAL A APREENSÃO DO VEÍCULO?	53
IMPENHORABILIDADE DE QUANTIA EM CARDENETA DE POUPANÇA	54
REDUÇÃO DA MAIORIDADE NO BRASIL: AVANÇO OU RETROCESSO?	55
O CONCURSO DE AGENTES NO FILME "ASSALTO AO BANCO CENTRAL" - RESUMO	56
O NOME DA ROSA: A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA IDADE MÉDIA, FEITA PELA SANTA INQUISIÇÃO - RESUMO	57
CONCURSO DE PESSOAS E AUTORIA DE ESCRITÓRIO - FILME "ASSALTO AO BANCO CENTRAL" - RESUMO	58
O CONCURSO DE PESSOAS ASSOCIADO AO ASSALTO DO BANCO CENTRAL	59
ASSALTO AO BANCO CENTRAL - RESUMO	60
FLORENCE NIGHTINGALE - RESUMO	61
PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS/MG - PARTE 01	62
PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS/MG - PARTE 02	63
PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS/MG - PARTE 03	64
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA - RESUMO	65
CONSERVAÇÃO DOS IMUNOBIOLOGICOS - RESUMO	66
A RELAÇÃO ENTRE AS PRISÕES TEMPORÁRIA E PREVENTIVA COM O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	67
A CONCRETIZAÇÃO CRÍME DE DANO EM RELAÇÃO AO DOLO GENÉRICO E O DOLO ESPECÍFICO	68
QUAL A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO JUDICIAL QUE JULGA A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	69
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: QUAIS OS MOTIVOS DESSA AGRESSÃO?	70
HABEAS CORPUS: QUAIS SÃO OS EFEITOS POSITIVOS?	71
FRUTOS DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO UMA DÉCADA APÓS A SUA VIGÊNCIA: CIDADÃOS VULNERÁVEIS E ASCENSÃO DA CRIMINALIDADE?	72
RESUMO DO PROCESSO DE ENFERMAGEM	73
OS PRIMÓDIOS DA PSIQUIATRIA - RESUMO	74
HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COMO ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL NO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO QUANTITATIVO - RESUMO	75
ENTIDADES DE CLASSE DE ENFERMAGEM - RESUMO	76
TRANSIÇÃO MONARQUIA/ REPÚBLICA - RESUMO	77
BREVE HISTÓRICO SOBRE A ENFERMAGEM NO BRASIL - RESUMO.....80	78
PADRÃO DE SAÚDE REPRODUTIVA DE MULHERES ENTRE 18 E 65 ANOS RESIDENTES EM UNAÍ-MG - COLETA DE DADOS	79
DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA - RESUMO	80
TRANSTORNOS DO HUMOR E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - RESUMO	81
PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM: A REGULAMENTAÇÃO - RESUMO	82
A ENFERMAGEM NO BRASIL - RESUMO	83
HIPERTENSÃO - RESUMO	84
TABAGISMO: CONHECIMENTOS, ATITUDES, HÁBITOS E GRAU DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS FUMANTES EM SALVADOR - RESUMO	85

A PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM: A SUA CRIAÇÃO - RESUMO	86
A PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM: A SUA CRIAÇÃO - RESUMO	87
A CIDADE DO RIO DE JANEIRO – URBANIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO - RESUMO	88
O DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR NA MOTIVAÇÃO DOS SERVIDORES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARIA DE ALKIMIM	89
MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA RETENÇÃO DE CLIENTES: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA UNAPEL VEÍCULOS	90
MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA FAZENDA BELA VISTA	91
O MICROEMPREENDEDOR E O FECHAMENTO PRECOCE DA EMPRESA NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE EXISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ	92
A MÃO DO ENSINO PARTICULAR – RESUMO	93
COMBATER A DISCRIMINAÇÃO PARA PROMOVER A LIBERDADE - RESUMO	94
NOVO FIES: INFLUÊNCIAS IMPLÍCITAS NA AVALIAÇÃO - RESUMO	95
NA TRILHA DO SUCESSO – RESUMO	96
MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE E ELEIÇÕES – RESUMO	97
OS LADRÕES DE QUALIDADE - RESUMO	98
NOSSO NEGÓCIO É MÚSICA - RESUMO	99
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	100
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	101
COMPARAÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS CORONÁRIAS ENTRE HOMENS E MULHERES DE 40 A 50 ANOS DE IDADE	102
NÍVEL DE FLEXIBILIDADE E ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA EM ADOLESCENTES PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO	103
POPULAÇÃO DE PLANTAS DANINHAS EM ÁREAS DE CULTIVO DE BANANEIRA	104
ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO FEIJÃO-DE-PORCO (CAVANALIA ENSIFORMIS L. D.C)	105
PIMENTÃO (CAPSICUM ANNUUM L.): DA GERMINAÇÃO AO FRUTO	106
EFEITOS DO TIPO DE SOLO NA PRODUTIVIDADE DA CULTURA DO MILHO	107
CICLO FENOMENOLÓGICO E MORFOLOGIA DA CULTURA DO GIRASSOL (HELIANTHEUS ANNUUS)	108
COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA DE CRIANÇAS DE 5 A 8 ANOS	109
ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ADOLESCENTES DE DIFERENTES IDADES	110
ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO CORPORAL DE MULHERES PRATICANTES DE EXERCÍCIOS RESISTIDOS	111

## A CIÊNCIA

### RESUMO

NEVES, Dener  
MARTINS, Jéssica  
SOARES, Jhéssica  
OLIVEIRA, João Carlos

**Palavras-chave:** Métodos. Hipótese. Observação.

A ciência busca compreender a realidade de maneira racional, descobrindo relações universais e necessárias entre os fenômenos, o que permite prever acontecimentos. Para tanto, utiliza métodos rigorosos e atinge um tipo de conhecimento sistemático, preciso e objetivo. Não é adequado pensar que a ciência começa seu trabalho pela observação dos fatos, pois são tantos os fatos, que devemos selecionar os mais relevantes; mas como considerar a relevância de um fato. Portanto, observação e hipótese se acham sempre relacionadas de maneira recíproca. Se de início a hipótese orienta a seleção dos fatos, em outro momento mais avançado da pesquisa, já tendo sido feito o levantamento dos dados, ela tem o papel de reorganizar os fatos, dando-lhes uma interpretação provisória como proposta antecipada de solução do problema. A verificação da hipótese pode ser feita de inúmeras maneiras, dependendo das técnicas disponíveis e também do tipo de ciência, algumas têm condições de controle mais rigoroso por meio da experimentação. Diferentemente da observação, a experimentação é a verificação dos fenômenos em condições determinadas pelo experimentador. A importância da experimentação é que ela se faz em condições privilegiadas, permitindo a repetição, o que torna o controle da investigação mais rigoroso e a possibilidade de mensuração e a utilização de instrumentos dão maior precisão à ciência, pois permitem transformar as qualidades em quantidades. Existe, portanto uma reciprocidade entre técnica e ciência, pois a técnica é a condição de aperfeiçoamento da ciência. Se a hipótese não for confirmada pela experimentação, o trabalho deve ser recomeçado. Mas, caso o resultado seja positivo, é possível fazer generalizações ou formular leis pelas quais são descritas as regularidades dos fenômenos. As leis podem ser de dois tipos: As generalizações empíricas que resultam da observação de casos particulares; as leis teóricas que propriamente ditas são leis mais gerais e abrangentes que reúnem as diversas leis particulares sob uma perspectiva mais ampla. Apesar do rigor do método, não é conveniente pensar que a ciência é um conhecimento certo e definitivo, pois ela avança em contínuo processo de investigação que supõe alterações e ampliações necessárias à medida que surgem fatos novos. As leis e as teorias continuam sendo de fato hipóteses com diversos graus de confirmação e verificabilidade, podendo ser aperfeiçoadas ou superadas.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **A Ciência**. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## A LIBERDADE RESUMO

NEVES, Dener  
CHAVES, Kelly Martins  
FERNANDES, Laryssa Stefani Marques  
ARAÚJO, Leonardo de Avelar

**Palavras-chave:** Liberdade. Ética. Política.

Se o voo livre do pássaro é uma ilusão, da mesma forma podemos dizer que incorremos em engano semelhante ao considerarmos o homem capaz de liberdade absoluta. E a ciência só se torna possível porque o conhecimento da relação necessária entre causa e efeito - isto é, o conhecimento dos determinismos naturais - permite a descoberta das leis da natureza, a partir das quais são feitas previsões e desenvolvidas as técnicas. Por isso, já no século XVIII, os materialistas franceses D'Holbach e La Mettrie reduziam os atos humanos a elos de uma cadeia universal. Para os deterministas, tudo tem uma causa, inclusive a ação humana. Assim, podemos falar em liberdade ética quando nos referimos ao sujeito moral, capaz de decidir com autonomia a respeito de como deve se conduzir em relação a si mesmo e aos outros. Kant dizia que a liberdade consiste na obediência às leis que o próprio sujeito moral se impõe. No entanto, ser autônomo é um desafio que muitas pessoas não conseguem suportar. Por isso há tantos que a ela renunciam, para se acomodarem na segurança das verdades dadas. A liberdade econômica não deve ser confundida com a liberdade absoluta nos negócios. Por um lado, porque toda atividade produtiva supõe relações de dependência entre as pessoas, e, por outro, porque convém precaver-se contra as aparências da liberdade. A liberdade jurídica é uma das conquistas das modernas sociedades democráticas que defendem a igualdade perante a lei. Ninguém pode ser submetido à servidão e à escravidão; qualquer um tem (ou deveria ter) a garantia da liberdade de locomoção, pensamento, agremiação e ação, nos limites estabelecidos pela lei. Podemos concluir que a liberdade não é alguma coisa que é dada, mas resulta de um projeto de ação. É uma árdua tarefa cujos desafios nem sempre são suportados pelo homem, daí resultando os riscos de perda da liberdade. Como vimos, os descaminhos da liberdade surgem quando ela é sufocada à revelia do sujeito - no caso da escravidão, da prisão injusta, da exploração do trabalho, do governo autoritário - ou quando o próprio homem a ela abdica, seja por comodismo, medo ou insegurança.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. a liberdade. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## A CONDIÇÃO HUMANA RESUMO

NEVES, Dener  
SOUSA, Alex  
GUIMARÃES, Amanda  
MACIEL, Amanda

**Palavras-chave:** Animais. Natureza Humana. Cultura.

Os animais vivem em harmonia com sua própria natureza. Diante de situações problemáticas, os animais superiores são capazes de encontrar soluções criativas porque fazem uso da inteligência. No entanto, a inteligência animal é concreta, porque, de certa maneira, acha-se presa à experiência vivida. Só o homem é transformador da natureza, e o resultado dessa transformação se chama cultura. A diferença fundamental entre o homem e os animais. Mas, para produzir cultura, o homem precisa da linguagem simbólica. Os símbolos são invenções humanas por meio das quais o homem pode lidar abstratamente com o mundo que o cerca. Ao fazer uso da linguagem simbólica, o homem torna possível o desenvolvimento da técnica e, portanto, do trabalho humano, enquanto forma sempre renovada de intervenção na natureza. Ao reproduzir as técnicas já utilizadas pelos ancestrais e ao inventar outras novas - lembrando o passado e projetando o futuro - o homem trabalha. Chamamos trabalho humano à ação dirigida por finalidades conscientes e pela qual o homem se torna capaz de transformar a realidade em que vive. O homem não nasce homem, pois precisa da educação para se humanizar. Assim, comportamento humano passa a ser avaliado pela ética, pela estética, pela religião ou pelo mito. Isso significa que os atos referentes à vida humana são avaliados como bons ou maus, belos ou não, pecaminosos ou abençoados por Deus, e assim por diante. O homem é o que a tradição cultural quer que ele seja e também a constante tentativa de ruptura da tradição. O homem é também um ser capaz de transgressão. Portanto, o homem é um ser da ambiguidade em constante busca de si mesmo. O conceito do que é ser homem varia em cada cultura, conforme seja considerado o cidadão da *pólis* grega, ou o nobre medieval, ou o índio, ou o indivíduo das megalópoles modernas. Assim como podemos compreender as diversas concepções de homem a partir das mudanças ocorridas nas formas do existir humano, é importante entender por sua vez, as concepções de homem que influenciam outras teorias. A ação política, a ação pedagógica, a ação moral, entre outras, assume características diferentes conforme tenham por pressuposto uma ou outra concepção de homem. Existe uma natureza humana universal? Se respondermos pela afirmativa — estamos diante da concepção metafísica da natureza humana.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. A condição humana. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## **A TÉCNICA RESUMO**

NEVES, Dener.  
COUTO, Camila Silva.  
RODRIGUES, Ana Clara Alves.

**Palavras-chave:** Técnica. Ciência. Tecnologia.

A valorização da técnica altera a concepção de ciência. Se antes o saber era contemplativo, ou seja, voltado para a compreensão desinteressada da realidade, o novo homem busca o saber ativo, o conhecimento capaz de atuar sobre o mundo, transformando-o. Essa nova mentalidade permite o advento da ciência moderna. São profundas as alterações provocadas pelo advento da tecnologia em todos os setores da vida humana. Pode-se dizer que, em nenhum lugar e em tempo algum da história da humanidade, ocorreram transformações tão fundamentais e com tal rapidez. Por maiores que sejam as diferenças entre as culturas do Antigo Oriente do terceiro milênio a.C. e a da Europa do século XV, nada se compara à transformação radical no modo de vida que se opera do século XVIII ao final do século XX: em apenas trezentos anos, a ciência e a tecnologia alteraram fundamentalmente a maneira de viver e de pensar do homem contemporâneo. As transformações das técnicas alteram as relações sociais. Enquanto o mundo agrícola e artesanal é marcado pela tradição, e fixa o homem ao campo, o advento das fábricas no século XVII estimula o aperfeiçoamento das máquinas e acelera o crescimento das cidades. Estabelecem-se novas relações de produção com o aparecimento da classe proletária assalariada e dos capitalistas detentores dos meios de produção. No desenvolvimento do sistema capitalista, o operário confinado à fábrica perde os instrumentos de trabalho, a posse do produto e, em consequência, perde a autonomia. Deixa de ser o centro de si mesmo: não escolhe o salário, nem o horário, nem o ritmo de trabalho. Com isso se dá uma grande inversão, em que o produto passa a valer mais que o próprio operário, uma vez que aquele determina as condições de trabalho deste e até as demissões e contratações. Trata-se de uma inversão porque aquilo que é inerte (a coisa, o produto) passa a "ter vida" e o que tem vida (o homem) se transforma em "coisa".

## **REFERÊNCIA**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. A técnica. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## TEMAS AFINS: A VIOLÊNCIA RESUMO

NEVES, Dener  
SILVA, Víctor  
PIRES, Uender

**Palavra-chave:** Violência. Sociedade. Incidentes.

Aqueles que são objeto de violência transformam-se em vítimas, pois são prejudicados de alguma forma pelo uso da força ou privados de algum bem, seja ele a vida, a integridade do corpo ou do espírito, a dignidade, a liberdade de movimento ou os bens materiais. Por isso constitui violência matar, ferir, prender, roubar, humilhar, explorar o trabalho alheio. Existe violência quando alguém voluntariamente faz uso da força para obrigar uma pessoa ou grupo a agir de forma contrária à sua vontade, ou quando os impede de agir de acordo com sua própria intenção. Ou, ainda, quando priva alguém de um bem. Nem sempre é fácil identificar a violência. Por exemplo, uma cirurgia não constitui violência, primeiro porque visa o bem do paciente, depois porque é feita com o consentimento do doente. Mas certamente será violência se a operação for realizada sem necessidade ou se o paciente for usado como cobaia de experimento científico sem a devida autorização. Mas, se o motorista causador de um acidente alegar que não foi violento por não ter causado prejuízo voluntariamente, é preciso verificar se não houve descuido ou omissão da parte dele. Afinal, a violência passiva ocorre toda vez que deixamos de fazer determinadas ações cujo cumprimento seria necessário para salvar vidas ou evitar sofrimentos. É nesse sentido que podemos lastimar os altos índices de acidentes de trabalho apontados no Brasil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Outras vezes, estamos diante da violência indireta. Por exemplo, se sabemos que o clorofluorcarbono (CFC) destrói a camada de ozônio da Terra e com isso provoca câncer de pele, usar um desodorante spray contendo CFC significa agressão não só aos contemporâneos, como também às gerações futuras. Há situações em que não existe violência física, mas outro tipo de violência, de natureza psicológica. Por exemplo, não existe violência quando tentamos superar as contradições e conflitos convencendo, por meio da persuasão, os que pensam de maneira diferente da nossa. No entanto, existe violência quando, mesmo sem usar o chicote ou a palmatória, o pai ou o professor exigem o comportamento desejado, doutrinando as crianças, impondo valores e dobrando-as para a obediência cega e aceitação passiva da autoridade. Nesse caso, embora não haja violência física, existe violência simbólica, já que a força que se exerce é de natureza psicológica e atua sobre a consciência, exigindo a adesão irrefletida que só aparentemente é voluntária.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Temas a fins: a violência. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## A CONDIÇÃO HUMANA RESUMO

OLIVEIRA, Claudinei  
NEVES, Dêner

**Palavras-chave:** Senso Comum. Bom Senso. Ideologia.

Chamamos senso comum (ou conhecimento espontâneo, ou conhecimento vulgar), com ele fazemos julgamentos, estabelecemos projetos de vida, adquirimos convicções e confiança para agir. O senso comum é a interpretação do mundo em que vivemos, ele não é refletido, impõe-se sem crítica ao grupo social. É preciso encontrar formas que possibilitem a passagem do senso comum para o bom senso. O homem de bom senso é ativo, capaz de reflexão e dono de si mesmo. O bom senso tem sua especificidade e vale enquanto forma vigorosa de orientação vital para todos os homens mesmo o cientista recorrerá ao bom senso nos inúmeros campos não abarcados pelo seu saber especializado. Enquanto o senso comum tende à rigidez, o bom senso é flexível, dinâmico e resiste sabiamente à aceitação cega das determinações alheias, ainda que venham de especialistas de qualquer natureza. A passagem do senso comum para o bom senso não se faz espontaneamente. A ideologia tem inúmeros significados e pode ser considerado o conjunto de ideias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito à discussão, à ideologia da raça pura e da segurança nacional, como também um conjunto de ideias sistematizadas, a ideologia de um partido político, religiosa ou de uma escola. Também a ideologias historicamente necessárias que organizam as massas humanas. Ela não permite a percepção da alienação e impede a revolta contra a denominação, sem precisar recorrer à violência física, também mantém o consenso e a coesão da sociedade. Ela é o conjunto de representações e ideias, bem como de norma de conduta. No sentido positivo, exerce a função de cimento do grupo social. No sentido negativo a unidade é falsa, pois esconde a divisão injusta da sociedade para manter a denominação. O discurso ideológico impede que o oprimido tenha uma visão própria do mundo. A ideologia é veiculada das mais diversas maneiras, pela família, escola, empresa, igreja, quartel, meios de comunicação de massa. Diz a contra-ideologia que o senso comum, por ser ingênuo acrítico, geralmente permeado pela ideologia, sendo que esta se dissemina na família, na escola e assim por adiante. Inúmeros são os espaços possíveis para o exercício da contra-ideologia. O importante é que não seja um esforço solitário, mas que cada vez mais se amplie como tarefa coletiva.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. O Senso Comum. In: **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## O QUE É POLÍTICA RESUMO

NEVES, Dêner  
ESTRELA, Mirtes  
CORREIA, Naiara  
JESUS, Marcelo

**Palavras-chave:** Política. Cidadania. Democracia.

A política é a atividade que diz respeito à vida pública. Etimologicamente, *polis*, em grego, significa "cidade". A política de certa forma permeia todas as atividades humanas, o tempo todo. Interfere na vida de cada um de múltiplas maneiras: na regulamentação legal das ações dos cidadãos, já que as leis são feitas pelos representantes escolhidos pelo povo; na gestão dos assuntos relativos à educação, saúde; nos aparelhos repressivos como tribunais, polícia, prisões. É impossível pensar em um setor sequer onde, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, a influência da política não se exerça na vida de cada um. Em todos os tempos e lugares nas mais diversas situações, sempre houve homens dominando homens: homens lutando pela conquista e manutenção do poder e homens lutando contra a opressão. É inevitável que perguntemos: Afinal, o que justifica o poder? Quando é legítimo? Quais os seus fundamentos e limites? Como tratar aqueles que se submetem ao poder? Ou ainda: Por que tantos se submetem a tão poucos? Ao tentar responder a questões como estas, homens de todos os tempos elaboraram teorias. As teorias políticas são a expressão do mundo em que vivemos. A partir da Idade Moderna, o Estado surgiu como o único representante supremo do poder e do uso legítimo da força. Com as teorias contratualistas nos séculos XVII e XVIII são discutidas a origem e a legitimidade do poder, acentua-se a tendência de deslocamento da soberania do Executivo para o Legislativo, de forma a valorizar o poder que os cidadãos depositam nas mãos de seus representantes. Tais questões ainda hoje são atuais, estando presentes nas discussões, pelas correntes liberais, sobre a não-intervenção do Estado em áreas que antes eram de sua competência. Em meio a tais discussões, continuam a surgir propostas que visam maior participação política, em busca de um tipo de exercício de poder que permita a instauração de uma sociedade sem privilégios.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. O que é política. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RESUMO

SILVA, Dener  
MARTINS, Thalita

**Palavras-chave:** Preconceito. Discriminação. Cultura.

Preconceito (pré-conceito) significa conceito (ou opinião) formado antecipadamente, sem conhecimento adequado dos fatos, sendo impossível não haver preconceito algum, pois internalizamos, de forma inconsciente, muito da nossa herança cultural. Neste ponto, o preconceito é fonte de intolerância, e, portanto, de violência, levando assim ao surgimento da discriminação, que já existe dentro de cada cultura. A origem da discriminação, seja ela de raça ou de sexo, geralmente é consequência da desigualdade social encontrada desde a antiguidade, em toda a história do mundo ocidental, onde o poder é branco, masculino e adulto. No Brasil, a longa tradição histórica de rígidas hierarquias sociais se expressa por meio das formas políticas de dominação, lembrada a partir da colonização das Américas, que usavam da violência física dizimando as tribos indígenas e escravizando-as. Porém, em pleno século XX, essa violência continua, expulsando-as de seus territórios ou aculturando-as de maneira inadequada por diversos motivos. Da mesma forma que o índio foi inferiorizado, a origem do preconceito contra o negro se encontra na escravidão, tornando-se escravos, sendo considerados “semianimais”, brutos e rebeldes, que por resistirem ao trabalho escravo, passaram a ser avaliados por meio de estereótipos: indolentes, malandros, cachaceiros. O preconceito e a discriminação não atingem apenas o índio e o negro. Com o irregular desenvolvimento nas diversas regiões do Brasil, alguns aspectos histórico-sociais se apresentam de forma desfavorável a alguns locais, obrigando seus habitantes ao ato da migração, na esperança de dias melhores, porém mal conseguem sobreviver nos grandes centros, ocupando funções subalternas, enfrentando o desemprego e as dificuldades de moradia. Outra forma de discriminação e preconceito, envolve os direitos da mulher. Na história de todas as culturas, ela se acha confinada ao lar, subordinada ao pai e depois ao marido, ocupando-se de tarefas domésticas. Talvez essa situação feminina pareça estar superada nos centros urbanos, onde a mulher conquistou espaços e vem garantindo sua autonomia, porém mesmo onde a liberação parece consolidada, persistem formas sutis de dominação, como por exemplo, no campo. Além disso, também há a discriminação profissional, recebendo remuneração abaixo dos homens para serviços idênticos. Outras formas são o racismo, patriarcado e capitalismo. Relacioná-los, nos permite compreender melhor que não vivemos em uma sociedade igualitária, mas dividida, hierarquizada. Por isso, não é possível combater apenas uma das formas de dominação sem levar em conta as outras duas, para que assim se construa uma sociedade democrática, sem desigualdades.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Preconceito e Discriminação. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## A JUSTIÇA DE SÓCRATES RESUMO

NEVES, Dener  
SANTOS, Stephane

**Palavras-chave:** Justiça Socrática. Conhecimento. Pensamento Filosófico.

Sócrates não deixou nenhum de seus feitos escritos, mas suas ideias foram divulgadas por seus principais seguidores: Xenofonte e Platão. A expressão socrática foi eternizada em Platão, que se perfaz como um porta-voz de sua doutrina, e ainda, Xenofonte, que apresenta Sócrates em dimensões reduzidas. Desde a juventude, Sócrates tinha o hábito de debater e dialogar com as pessoas de sua cidade. As questões privilegiadas por Sócrates são as referentes à moral. Por meio de perguntas, ele destrói o saber constituído para reconstruí-lo na procura da definição de conceito. No ensinamento socrático, para que haja uma definição de essência universal do homem, é preciso que exista algo além dos homens particulares e diferentes entre si que nós conhecemos, outro mundo onde exista a justiça em si. É no mundo invisível que a justiça triunfa. O autoconhecimento é parte estrutural da razão socrática desenvolvida através de diálogos. Diferente dos sofistas, Sócrates jamais vendeu ensinamentos, interrogava as pessoas pelas ruas querendo delas uma posição a propósito de justiça, bem, mal, de direito, reporta Oliveira em sua obra *Filosofia do Direito Ocidental*. O lema que Sócrates usava era "Conhece-te a ti mesmo", O perfeito conhecimento do homem é o objetivo de todas as suas especulações e a moral, o centro para o qual convergem todas as partes da filosofia. A justiça é o próprio poder fundamental dos poderes públicos, que se instituem por delegação da soberania popular. A justiça é o próprio direito realizado. Para Sócrates, não há um conceito geral de coisa alguma. O conceito é, pois, o fruto, o término, o desfecho de um processo que dialeticamente vai da multiplicidade à unidade, do erro à opinião verdadeira. Dessa forma, não há um conceito único de justiça. Esta se encontra nas ideias, no conhecimento verdadeiro e relativamente aceitável que se adquire mediante indagações, questionamentos. Por suas perguntas, Sócrates, muitas vezes, obrigou homens experimentados a elucidarem tudo que sabiam sobre a justiça. Estes homens perceberam que, no máximo, só podiam citar exemplos de justiça e que eram incapazes de descobrir o conceito geral que definiria a justiça como tal. Segundo Sócrates, existe "uma" justiça e não "a" justiça. Enfim, a justiça socrática era embasada nos valores introspectivos de cada homem, buscava o sentido retilíneo de pensar a solução das contendas. A justiça moderna renovada pelas exigências do direito positivo muitas vezes afasta o verdadeiro escopo da justiça real desejada por todos.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. A Justiça de Sócrates In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## CONCEPÇÕES DE POLÍTICA – O SOCIALISMO RESUMO

NEVES, Dêner  
BRAGA, Thaís  
GONÇALVES, Suíla

**Palavras-chave:** Marxismo; Socialismo; Anarquismo; Social-democracia.

A história da humanidade está cheia de utopias, ou seja, idealizações irrealizáveis de uma sociedade perfeita. Nesse cenário, socialistas como Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Owen eram considerados utópicos, ao passo que Marx e Engels eram chamados socialistas científicos. As teorias do século XIX criticavam o individualismo e o modelo burguês, os quais desfavoreciam os trabalhadores. O manifesto comunista de Marx e Engels, um divisor de águas, indicava que o proletariado se opunha ao pensamento liberal dos burgueses no afã de garantir a igualdade. Marx tinha uma compreensão materialista e dialética da realidade, pois acreditava que seria possível compreender o pensamento dos homens, que era dinâmico, pela estrutura econômica da sociedade. O marxismo visava instaurar uma prática política revolucionária e sua doutrina era denominada filosofia da práxis, visto que a prática deveria se relacionar com a teoria. Nesse campo, Marx presencia duas classes sociais opostas e rivais, o proletariado que vendia sua força à burguesia que lucrava com a mais-valia, ou seja, o que o operário produzia além do valor de sua força de trabalho. Dessa forma, o capitalista se enriquecia cada vez mais, enquanto o operário passava por dificuldades e se tornava alienado e desumanizado. Devido a isso, Marx valoriza a formação da consciência de classe e Gramsci o intelectual orgânico para que o proletariado pudesse revolucionar e destruir o Estado, instaurando-se assim o socialismo, uma sociedade pós-mercantil onde a propriedade privada dos bens de produção deveria ser suprimida dando lugar à coletiva. O socialismo ainda visava o comunismo e para tal, a ditadura do proletariado poderia ser um meio a se concretizar a teoria. A anarquia reconhecia algumas ideias do socialismo, mas criticava a autoridade da doutrina marxista, pois duvidava da perpetuação do poder centralizado. Outra teoria era a social-democracia, que concebia instituir o socialismo, mas respeitando a democracia e as instituições e sem que o capitalismo fosse negado ou o *welfarestate*, o estado de bem-estar social. Alguns teóricos dissidentes como os teóricos da escola de Frankfurt e os adeptos ao eurocomunismo criticavam o partido único do socialismo de Marx e buscavam um socialismo sem violência e mais eficaz. Hoje, a sociedade goza de várias conquistas. No entanto, se faz necessária uma sociedade mais justa, onde todos sejam iguais no campo político e não sejam explorados por uma minoria.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Concepções de política - O socialismo. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia.** São Paulo: Moderna, 1992.

## O SENSO COMUM RESUMO

NEVES, Dener.  
LIMA, Débora Cristina De Sousa.  
SIMÃO, Elias.  
OLIVEIRA, Claudinei Aparecido De.

**Palavras-chave:** Conhecimento. Compreensão. Flexibilidade.

O senso comum não é fruto exclusivo da razão, mas também dos sentidos, da memória, do hábito, da imaginação, das crenças e desejos. Senso comum (ou conhecimento espontâneo, ou conhecimento vulgar) é a herança fecunda de um grupo social e das experiências atuais que continuam sendo efetuadas. É através do senso comum que fazemos julgamentos, estabelecemos projetos de vida, adquirimos convicções e confiança para agir. Por ser um conjunto de concepções fragmentadas, muitas vezes incoerentes, condiciona a aceitação mecânica e passiva de valores não questionados, sendo necessário transformar o senso comum em bom senso, este entendido como elaboração coerente do saber e como explicação das intenções conscientes dos indivíduos livres. Nessa perspectiva, o homem de bom senso é ativo, capaz de reflexão e dono de si mesmo. O bom senso não pode ser considerado um saber menor ou sequer inferior às demais formas de conhecimento, pois até mesmo os cientistas recorrerão ao senso comum nos campos não-abarcados pelo seu saber especializado. Enquanto o senso comum tende à rigidez, o bom senso é flexível, dinâmico, absorvendo com discernimento as influências mais diversas. O bom senso resiste sabiamente à aceitação cega das determinações alheias, ainda que venham de especialistas de qualquer natureza. A ideologia pode ser considerada o conjunto de ideias, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito à discussão (ideologia da raça pura) ou ainda, significa o conjunto de ideias sistematizadas que justificam determinada prática (ideologia de um partido político). A ideologia é o conjunto de representações e ideias, bem como de normas de conduta por meio das quais o homem é levado a pensar, sentir e agir da maneira que convém à classe dominante. A ideologia é veiculada das mais diversas maneiras: pela família, escola, empresa, igreja, quartel, meios de comunicação de massa, enfim, pelos responsáveis pela sua disseminação e reprodução. O senso comum está permeado pela ideologia. Para descobrir o núcleo sadio do senso comum, é necessário multiplicar os espaços possíveis em que as contradições sociais sejam mais bem compreendidas, podendo ser feitas nos mesmos locais onde a ideologia se dissemina (família, escola etc.). Isso ocorre porque nada atua mecanicamente sobre o homem de modo a impedir qualquer reação. Inúmeros são os espaços possíveis para o exercício da contra-ideologia. O importante é que não seja um esforço solitário, mas que cada vez mais se amplie como tarefa coletiva.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. O Senso Comum. In: \_\_\_\_\_. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## A DEMOCRACIA RESUMO

NEVES, Dêner.  
BRAGA, Paloma

**Palavras-chave:** Sociedade. Democracia. Poder Autoritário.

Uma sociedade verdadeiramente democrática é uma democracia formal e substancial. Onde há variações nos graus de aproximação desse ideal, sabe-se que pelo menos até agora nenhuma nação preencheu totalmente tais requisitos, o que não impede de elaborar projetos a serem perseguidos na construção de um mundo melhor. O aspecto formal da democracia consiste no conjunto das instituições características deste regime: o voto secreto e universal, a autonomia dos poderes, pluripartidarismo, representatividade, ordem jurídica constituída, liberdade de pensamento e expressão e assim por diante. Trata-se do estabelecimento dos meios pelos quais a democracia se exerce. A democracia substancial diz respeito não aos meios, mas aos fins que são alcançados. Dentre estes valores se destaca a efetiva — e não apenas ideal — igualdade jurídica, social e econômica. Portanto, a democracia substancial diz respeito aos conteúdos alcançados de fato. Dentre os mais diversos países constatamos que em alguns pode haver democracia formal, sem que se tenha conseguido cumprir as promessas da democracia substancial, enquanto em outros pode haver democracia substancial implantada sem recurso ao exercício democrático do poder. É o caso das democracias para o povo, mas não pelo povo. A fim de melhor compreender tais contradições, examinam-se quatro campos possíveis do exercício democrático: econômico, social, jurídico e político. Onde a democracia econômica existe quando há uma justa distribuição de renda, oportunidades iguais de trabalho, contratos livres, sindicatos fortes. Democracia social é onde não pode haver discriminação, todos devem ter acesso aos bens materiais como moradia, alimentação, saúde, aos bens culturais em todos os níveis: educação, profissionalização, lazer, arte. Democracia jurídica supõe o estado de direito, o respeito à Constituição, a autonomia do Poder Judiciário. O poder autoritário se caracteriza pela submissão dos poderes Legislativo e Judiciário ao Executivo. E a Democracia política está no reconhecimento do valor da coisa pública, separada dos interesses particulares, onde quem ocupa o poder o faz enquanto representante do povo.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. A Democracia. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## O LIBERALISMO RESUMO

NEVES, Dener.  
MOURA, Sara  
SANTOS, Stephane  
RENILSON, Costa

**Palavras-chave:** Teóricos liberalistas. Conceitos filosóficos. Liberdade.

Os principais teóricos do liberalismo econômico são Adam Smith e David Ricardo. Os representantes do liberalismo político, no período do século XVII a XIX, são entre outros: Locke, Montesquieu, Kant, Humboldt, Benjamin Constant, Stuart Mill, Tocqueville. As teorias liberais defendem o Estado laico, recusando a intervenção da igreja nas questões políticas. Defendem a economia de mercado, segundo a qual existe um equilíbrio natural decorrente da lei da oferta e da procura, o que reduz a necessidade de intervenções, na teoria do Estado mínimo. Desde o início, o liberalismo defende a existência do Estado laico e não-intervencionista. Tais alterações provocam a nítida separação entre o público e o privado, ou seja, entre os assuntos do Estado e os da sociedade civil. Para manter a ordem é fundamental o equilíbrio dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, tese desenvolvida por Montesquieu. O liberalismo surge com o desenvolvimento do capitalismo comercial e se expande após a Revolução Industrial, no século XVIII. Com a implantação do sistema fabril e o aumento da produção, as relações de trabalho se tornaram cada vez mais complexas. Mas no século XIX é cruel o contraste entre a riqueza e a pobreza: a jornada de trabalho é de quatorze a dezesseis horas, sendo usada inclusive mão-de-obra infantil e feminina com salários mais baixos ainda. A classe dos proletários se organiza em sindicatos e surgem as teorias socialista e anarquista que denunciam as contradições do sistema. A teoria liberal se adapta às novas exigências. Surge então o liberalismo democrático, cujo discurso dá ênfase à igualdade social e à necessidade de alteração das precárias condições de vida das massas oprimidas. John Stuart Mill, um dos representantes dessa tendência, foi também vigoroso defensor da liberalidade da expressão e do direito de voto para as mulheres. Aos poucos, começa a se configurar a tendência intervencionista do Estado, visando a solução dos problemas sociais do trabalhador, como seguro saúde, aposentadoria, desemprego. Isto significa uma reversão das expectativas iniciais quando se exigia a separação entre Estado e sociedade civil.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. O liberalismo. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## O CONHECIMENTO RESUMO

NEVES, Dener.  
BRANDAO, Carlos Vinicius  
RODRIGUES, Catielly Lorrany  
PEREIRA, Cinara

**Palavras-chave:** Conhecimento. Pensamento. Linguagem.

O conhecimento e a relação estabelecida entre sujeito consciente e objeto, também é visto como ato ou processo pelo qual o sujeito se coloca no mundo. Assim, só existe saber para um sujeito consciente se houver um mundo a conhecer. Dá-se o nome de conhecimento ao saber acumulado através de gerações. O conhecimento pode ser concreto quando estabelece relação com um objeto individual, e pode ser abstrato quando estabelece relação com um objeto em geral. O verdadeiro conhecimento se dá dentro do processo dialético de ida e vinda do concreto para o abstrato, processo que jamais tem fim e que revela o mundo humano na sua riqueza e diversidade. Devemos ressaltar a relação de conhecimento como uma transformação do sujeito e objeto. O sujeito se transforma mediante o novo saber, já o objeto se transforma, pois o conhecimento lhe dá sentido. Há várias formas de conhecer o mundo. Assim, mito, senso comum, ciência, filosofia e arte são formas de conhecimento, pois desvendam segredos do mundo. Todo conhecimento manifesta a parte do pensamento concreto quando se utiliza imagens visuais, sonoras, olfativas, táteis ou de paladar, porém podemos pensar de forma abstrata através de ideias e conceitos mais gerais, utilizando a matemática, química e linguagens verbais. Por muito tempo considerou-se que o pensamento só poderia se efetivar através da linguagem verbal, porém Kant, um filósofo alemão, em seu livro “Na crítica da razão pura”, diz: “Pensar e conhecer através de conhecimento”. Kant liga imediatamente pensamento e linguagem verbal. A linguagem verbal é um sistema simbólico e sistema de signos arbitrários com relação ao objeto, que representam e convencionam a aceitação social. Assim, nosso ato de designar um determinado objeto por um nome é arbitrário para sermos compreendidos, aceitos pela comunidade dos falantes de língua portuguesa, que garanta a ligação entre o som e o objeto representado. O pensamento e a manifestação do conhecimento. O conhecimento busca a verdade, estabelecendo regras para que as metas sejam atingidas. Assim, leva a lógica e o ramo da filosofia que cuida da regra do bem pensar ou pensar correto, sendo um instrumento de aprendizagem da lógica, só tendo sentido enquanto garantir que o pensamento proceda corretamente a fim de chegar aos conhecimentos verdadeiros.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. O Conhecimento. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## O CONHECIMENTO FILOSÓFICO RESUMO

NEVES, Dener Geraldo Batista  
AMARAL, Gerson Uriel Teixeira do  
SCHUCH, Isabela Luisa  
ALMEIDA, Izabel Soares de

**Palavras-chave:** Conhecimento. Ceticismo. Dogmatismo.

A filosofia é um modo de pensar, é uma postura diante do mundo. A filosofia não é um conjunto de conhecimentos prontos, um sistema acabado, fechado em si mesmo. Ela é, antes de mais nada, uma prática de vida que procura pensar os acontecimentos além da sua pura aparência. A filosofia é um jogo irreverente que parte do que existe, critica e coloca em dúvida, faz perguntas importunas, abre a porta das possibilidades, faz-nos entrever outros mundos e outros modos de compreender a vida. A filosofia incomoda porque questiona o modo de ser das pessoas, das culturas, do mundo. O conhecimento é fragmentado entre várias ciências, pois cada uma se ocupa somente de uma pequena parte real. Cabe ao filósofo refletir sobre o que é ciência, o que é método científico, sua validade e limites. A ciência é realmente um conhecimento objetivo? O que é a objetividade e até que ponto um sujeito histórico - o cientista - pode ser objetivo? Cabe ao filósofo, também, refletir sobre a condição humana atual: o que é o homem? O que é liberdade? O que é trabalho? Quais as relações entre homem e trabalho? etc. Assim, o filosofar é uma prática que parte da teoria e resulta em outras teorias. O trabalho do filósofo é refletir sobre a realidade, qualquer que seja ela, descobrindo seus significados mais profundos. Como isso é feito? Em primeiro lugar, vamos estabelecer o que é a reflexão. Refletir é pensar, considerar cuidadosamente o que já foi pensado. Como um espelho que reflete a nossa imagem, a reflexão do filósofo deixa ver, revela, mostra, traduz os valores envolvidos nos acontecimentos e nas ações humanas. Para chegar a essa revelação, a reflexão filosófica, segundo Demerval Saviani, deve ser radical, rigorosa e de conjunto. A partir do que foi colocado, percebemos que para filosofar não podemos manter nem uma atitude cética nem sua contrapartida, uma atitude dogmática perante o mundo e o conhecimento humano. Do ponto de vista filosófico, dá-se o nome de ceticismo à corrente de pensamento que duvida de toda e qualquer possibilidade de se chegar ao conhecimento verdadeiro. Em filosofia, entretanto, dá-se o nome de dogmatismo à doutrina ou atitude que afirma, de forma absoluta, a capacidade humana de chegar a verdades seguras, através do uso exclusivo da razão.

### REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. O Conhecimento Filosófico In: \_\_\_\_ **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## CONCEPÇÕES ÉTICAS RESUMO

NEVES, Dener.  
MORATO, Leonardo  
FERREIRA, Marcelo

**Palavras-chave:** Moral. Laicismo. Sociedade.

A reflexão ética se iniciou no mundo ocidental na Grécia antiga, no século V a.C., quando se acentuou o desligamento da compreensão de mundo baseada nos relatos míticos. Daí para frente, muitas foram as soluções dadas pelos filósofos para a questão referente à natureza do bem moral. Para Aristóteles, todas as atividades humanas aspiram a algum bem. Para os hedonistas, o bem se encontra no prazer. No entanto, o principal representante do hedonismo grego, no século III a.C., Epicuro, considera que os prazeres do corpo são causa de ansiedade e sofrimento. Para os filósofos e teólogos medievais, como Santo Tomás de Aquino, a felicidade plena só se encontra na vida futura, realizando-se em Deus. Na idade moderna no século XVIII, a moral se toma laica. Portanto, moral e religioso deixam de ser inseparáveis. Para Kant, maior expoente do iluminismo, a ação e moral são autônomas. Portanto, a moral iluminista é racional, laica, acentua o caráter pessoal da liberdade do indivíduo e o seu direito de contestação. A partir do final do século XIX e no decorrer do século XX, os filósofos começam a se posicionar contra a moral formalista kantiana fundada na razão universal, abstrata e tentam encontrar o homem concreto da ação moral. É nesse sentido que podemos destacar o pensamento de Nietzsche, recuperar as forças inconscientes, vitais e instintivas. A moral cristã é a moral do rebanho, geradora de sentimento de culpa e ressentimentos, por isso Nietzsche defende a transmutação de todos os valores. São vários os problemas a serem enfrentados pelo homem contemporâneo ao discutir a respeito da moral: o espontaneísmo, o individualismo, o relativismo moral, o narcisismo hedonista, a recusa da razão dominadora. A questão que se coloca hoje é a da superação dos empecilhos que dificultam a existência de uma vida moral autêntica. Ainda mais: o esforço de recuperação da ética passa pela necessidade de não se esquecer da dimensão planetária da sociedade contemporânea, quando todos os pontos da Terra estão ligados pelos meios de comunicação de massa e pelos mais velozes transportes. Isso nos faz considerar a moral além dos limites restritos dos pequenos grupos, como a família, o bairro, a cidade, a pátria.

## REFERÊNCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Concepções éticas. In: \_\_\_\_\_ **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

## RELAÇÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E ESCASSEZ DE ÁGUA RESUMO

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso  
LIMA, Débora Cristina de Sousa  
GUIMARAES, Karla Barbosa

**Palavras-chave:** Conservação. Escassez. Preservação.

Sabe-se que cerca de três quartos da superfície do planeta Terra é coberto por água. Sem esse líquido tão precioso, o ser humano não teria sequer se desenvolvido neste planeta. Basta lembrar que o corpo humano é formado quase totalmente por água. Além disso, a água é fundamental para a vida de plantas e outros animais que habitam no planeta Terra. Não só quantidade, mas a qualidade da água está sendo afetada na maioria das vezes em decorrência de causas antrópicas, ou seja, pelo modo de viver do homem e pelo desenvolvimento econômico crescente em recursos naturais. Dentro desse contexto, visa-se explicar as formas de conservação da água, tendo o objetivo de demonstrar que sua escassez, sentida nos últimos anos pela população mundial, tem a ver com o mau uso desse recurso e que medidas individuais de conservação, bem como políticas públicas, são fundamentais para a preservação deste elemento vital. O presente tema se justifica em razão da ideia equivocada de que a escassez da água está associada exclusivamente a fatores climáticos, quando na verdade medidas de conservação individual e coletiva representam importantes mecanismos no combate à falta de água. Deve-se ressaltar a importância da conservação desse recurso, uma vez que a maioria dos seres humanos não compreende que é um dever de todos conservar e preservar esse bem comum para garantir a sustentabilidade das gerações futuras. A limitação de reservas de água doce no planeta, o grande aumento da demanda de água para suprir as necessidades humanas, agrícolas e industriais, fazem com que se torne indispensável a adoção de práticas que visem racionalizar o uso dos recursos hídricos. Diante disso, estratégias de conservação e reuso da água são uma maneira muito inteligente de diminuir os impactos causados pela falta d'água. (SILVA, 2011). Pode-se resumir em três os principais problemas que agravam a disponibilidade hídrica no mundo: a degradação dos mananciais, o aumento desordenado da demanda e a divergência entre a distribuição e a localização das demandas, já que a água é distribuída de forma heterogênea. Conclui-se que, a partir do momento que a água se tornar uma preocupação de todo o mundo e não de uma pequena minoria como acontece hoje, e planos de ações forem incorporados no dia a dia com o objetivo de conservar a água, viveremos em um mundo melhor.

### REFERÊNCIA

SILVA, Danilo José P. da. Programa de Conservação e Reuso de Água – PCRA. Manual de Orientações para o Setor Industrial. **Série Sistema de Gestão Ambiental.**

## POLUIÇÃO DA ÁGUA EM BACIAS

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso  
SOUZA, Alex Bruno Alves de  
FILHO, Renilson Almeida Costa

**Palavras-chave:** Contaminação hídrica. Efluentes agrícolas. Conceito de sustentabilidade.

A água doce é um recurso que um dia pode acabar, cuja qualidade vem piorando devido ao aumento da população e a ausência de políticas voltadas para sua preservação. A ocupação e uso do solo pelas atividades agropecuárias alteram sensivelmente os processos biológicos, químicos e físicos dos sistemas naturais, todo este comprometimento da qualidade da água é decorrente de poluição causada por diferentes fontes, tais como efluentes domésticos, efluentes industriais e deflúvio (escoamento) superficial urbano e agrícola. (MERTEN; MINELLA, 2002). Sabendo-se que no Brasil não se tem como medir o quanto estes poluentes contribuem para a degradação dos recursos hídricos, como mostrar a toda a importante função contaminadora da atividade agropecuária, e como não irão afetar o desenvolvimento agrícola sustentável. O presente artigo tem o objetivo de estudar o potencial degradador da agricultura aplicada na utilização de áreas ecologicamente frágeis, da agricultura intensiva e a produção de dejetos de confinamento animal e levar sugestões para que diminua o quantitativo de poluentes lançados na água. Portanto, o mesmo será de tamanha importância para todos, por avaliar e apontar os principais aspectos da qualidade da água nos sistemas agrícolas. Onde os solos são manejados incorretamente (preparo excessivo do solo), poderá ocorrer a degradação de sua estrutura, e, conseqüentemente, o deflúvio superficial. Por outro lado, no solo bem manejado, o processo de erosão é reduzido (MERTEN; MINELLA, 2002). Assim, deverá haver uma redução no uso de agroquímicos e um manejo adequado dos efluentes produzidos pelos sistemas de criação de animais de confinamento e também estratégias para redução do deflúvio superficial. Por fim, é de muita importância ressaltar que a redução do uso de agroquímicos e todo esse manejo de dejetos de animais de forma adequada, são também práticas primordiais para redução dos problemas de poluição da água (MERTEN; MINELLA, 2002).

### REFERÊNCIAS

MERTEN, Gustavo H.; MINELLA, Jean P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. **Agroecologia e Desenvolvimento**. Porto Alegre, RS, v.3, n.4, out/dez, 2002.

## REUSO DE ÁGUA COM SAÍDA PARA A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

RODRIGUES, Catielly Lorrany Lemos

ALMEIDA, Izabel Soares

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Reuso; crise hídrica; preservação.

A água é um dos fluídos mais importantes para a sobrevivência dos seres vivos no planeta. É a base para diversas funções diárias do ser humano, do setor industrial, na agricultura, agropecuária e produção de energia. A repartição de água doce, potável para o consumo humano na Terra, não é adequada. Segundo a UNICEF, em um levantamento publicado pelo site da ONUBR (Organização das Nações Unidas) no dia 23-03-2015, cerca de 748 milhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso à água potável. Mas isso não é uma realidade atual. Em consequência desse entrave dos recursos hídricos, Brega Filho e Mancuso ressaltam em sua obra Reuso de água, de 2003, que o homem primitivo que não tinha moradia certa, vivia em uma permanente busca de locais que tivessem abundância de água. A população crescia e essa busca se tornava cada vez mais difícil, surgindo já neste período a necessidade de se racionalizar o uso da água. Após anos de exploração humana, para mais diversas atividades, a água, produto base no meio social e econômico, vive uma lamentável crise de escassez. É literalmente a água escoando pelo ralo. Mas como evitar desperdícios? Como proteger a água? Diante da atual conjuntura vivenciada pelo homem, desenvolve-se, portanto, o pensamento de preservação desse bem tão valioso. Um dos objetivos desse artigo é demonstrar que há formas para tentar diminuir o desperdício de água de forma sustentável, a partir da sua reutilização, conceituando as formas de reuso de água, do que pode e o que não pode ser reaproveitado, dando seu destino correto. Posteriormente, serão abordadas as formas de reuso deste recurso natural, justificando-se este artigo pela grande relevância em relação ao problema de escassez de água que afeta a sociedade, tornando deste modo um problema mundial, fazendo crescer uma vontade de descobrir formas para melhorar o uso da água e desenvolver uma cultura de preservação e consciência de sustentabilidade que contribuirão para as presentes e futuras gerações.

### REFERÊNCIA

MANCUSO, Pedro Caetano Sanches; SANTOS, Hilton Felícios dos. **Reuso de Água**. Barueri, SP: Manole, 2003.

ONU. **Quase 750 milhões de pessoas ainda não têm acesso a água potável adequada, alerta UNICEF**, 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/quase-750-milhoes-de-pessoas-ainda-nao-tem-acesso-a-agua-potavel-adequada-alerta-unicef/>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

## OS BENEFÍCIOS DA ÁGUA NA SAÚDE DO HOMEM RESUMO

BALBINO, Michelle  
AMARAL, Gerson  
LIMA, Suíla

**Palavras-chave:** Água. Saúde. Homem.

Nesse trabalho serão apresentados os benefícios da água para a saúde do homem, o porquê e o quanto ele necessita dela em todos os sentidos. Esse tema é muito relevante à sociedade de hoje, pois o mundo está sofrendo muito com o racionamento de água. A intenção do trabalho é causar impacto no leitor, para que ele se conscientize que sem água ele pode ter vários problemas de saúde, inclusive ir a óbito. O questionamento do trabalho é: “Quais os benefícios da água para o homem? ”. Se pararmos para observar, a água esteve e estará sempre presente no dia a dia. O corpo humano é constituído 70% de água, se por um acaso esse nível estiver abaixo do normal, o funcionamento do organismo fica prejudicado. Existem alguns sinais que indicam se o nível está abaixo do normal, que é a quantidade de urina que está sendo eliminada, que não pode ser pouca quantidade; e outro sinal é a cor da urina, que tem que ser mais transparente. (SANTOS, 2013). Os médicos recomendam que as pessoas tomem 2 litros de água por dia, mas isso depende, existem pessoas que ingerem essa quantidade, mas não é o suficiente. (SANTOS, 2013). No trabalho de Otávio Diel Deves, são citados alguns benefícios da água. “Os benefícios da água para a saúde são inúmeros. Ela ajuda na regulação da temperatura corpórea, hidrata e limpa o organismo, elimina resíduos metabólicos e toxinas pela urina. É excelente para a prática de exercícios físicos, pois o meio aquático massageia e relaxa a musculatura”. (DEVES, 2008, p. 34). Conclui-se que o ser humano necessita de água em qualquer coisa que for fazer, ou seja, o homem não vive sem água, ela é um dos bens mais preciosos, não só para a espécie humana, mas para toda a biodiversidade terrestre. Vê-se que a água está sumindo, com isso segue a seguinte reflexão: O que seria do homem sem a água?

### REFERÊNCIA

DEVES, Otávio Diel. Utilização da Água: Um Estudo do Potencial de Captação de Água das Chuvas e a Importância das Políticas Públicas e da Educação Ambiental. **IV Encontro Nacional da Anppas**. Brasília/DF, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-421-145-20080424085416.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

SANTOS, Angela: **Socializando a Educação Física**. 15 maio 2013. s.d. Disponível em: <<http://turmasdoesa.blogspot.com.br/2013/05/voce-sabe-quais-sao-os-beneficios-que.html>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

## CRISE DA ÁGUA NO MUNDO E NO BRASIL RESUMO

BALBINO, Michelle  
FERREIRA, Luan  
BRAGA, Paloma

**Palavras-chave:** Brasil. População. Crise Hídrica.

Nota-se na sociedade atual inúmeras discussões acerca da crise hídrica que se instala no Brasil e no mundo. Diante disso, muitas são as preocupações com a água destinada a usos. Cada vez mais mobilizados, o governo e a sociedade buscam garantir a continuidade das diversas atividades que se utilizam da água doce. Tendo como foco estas questões de caráter social e político e o esforço exercido pela população para a garantia de um futuro melhor para as seguintes gerações, este trabalho buscará responder à seguinte pergunta: Qual a influência que a cobrança pelo uso da água exerce sobre a crise hídrica? Ao longo do presente artigo serão desenvolvidos os seguintes objetivos que consistem em verificar se existe a crise da água no Brasil e no mundo, bem como estudar a cobrança pelo uso desta, sua influência no consumo da água e na instalação da possível crise hídrica. Justifica-se a escolha desse tema por ser de grande relevância para futuros estudos e projetos que visem amenizar os danos causados pela redução na oferta de água doce disponível para uso da população no Brasil e no mundo. Nos últimos tempos, a disponibilidade dos recursos naturais no planeta tornou-se assunto bastante discutido. No centro dessas discussões está a possível crise hídrica que preocupa a população mundial. Estima-se que boa parte da população mundial viva atualmente sobre o chamado “estresse hídrico”. A diminuição de água no Brasil e no mundo é constante e tende a se agravar com o passar dos anos. Apesar de relativo conhecimento sobre a questão, a população pouco ou nada faz para mudar esse panorama (SEGALA, 2012). Portanto, é importante que a população e os governantes, de forma conjunta, busquem alternativas que viabilizem a redução dos danos causados pela crise da água, criando políticas de conscientização que ressaltem a importância desse recurso para a manutenção de uma sociedade de qualidade para as futuras gerações.

### REFERÊNCIA

SEGALA, Mariana. Água: a escassez na abundância. **Planeta Sustentável**, 2012. SOCIOAMBIENTAL. **Água doce e limpa: de "dádiva" à raridade**. 2005.

**AS FUNDAMENTAÇÕES ILUSÓRIAS**  
**RESUMO CAPÍTULO – LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA – ZYGMUNT BAUMAN**

PELET, Carlos  
MENDONÇA, Henrique  
BARCELOS, Amanda  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Moral. Ética; responsabilidade; liberdade.

Neste capítulo Zygmunt Bauman aponta que a moralidade de cada indivíduo não tem uma fundamentação básica a ser seguida, mas se baseia em impulsos morais e éticos. Os antigos filósofos não os considerariam dignos de fundamentos baseados em lei e ordens. Os filósofos entendem que o comportamento humano se baseia no que cada pessoa sente, e não em um conjunto de fatores que sociedade segue. Sendo assim, o comportamento humano é baseado em alguma razão de si próprio. Já para os filósofos do mundo contemporâneo, entendem no sentido de que o comportamento humano advém de uma realidade daquela antiga, o comportamento é fruto de um pensamento bem elaborado e executado, não parte de fatores impensados. Para Bentham, as normas são criadas e baseadas na moral social em que todos os fatos sociais influenciam o legislador a criar e modificar as leis. A filosofia consiste na imposição do valor verdadeiro, a qual passa o homem uma realidade de segurança e objetividade, e esta relação de verdadeiros valores dão origem ao conhecimento, chamado de Ontognoseologia. Estas condições do conhecimento são bases dos estudos lógicos positivos, relacionados à lógica formal ou analítica. A lógica formal estuda o pensamento sem conteúdo, ou seja, das formas e signos expressivos do pensamento. Já a metodologia (lógica aplicada), estuda os processos que disciplinamos a pesquisa do real, de acordo com cada campo das ciências, no entanto, tanto a lógica formal e a metodologia formal são subordinadas à ontognoseologia. A filosofia tem problemas que a ciência não é capaz de resolver, se refere à conduta humana, o problema do valor do homem, como a sua forma de agir, no seu conceito mais amplo, faz com que a ciência seja incapaz de resolver. A ética estuda os problemas concernentes à essência de algo que se valora e às condições do conhecimento válido. Neste sentido, a filosofia primeiramente é uma ética, pois o relacionamento moral vem antes do ser. Portanto, o eu moral chega ao que lhe é próprio por sua habilidade de se ascender acima do ser.

**REFERÊNCIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulos. 1997.

## REUSO DA ÁGUA RESUMO

BRANDAO, Carlos Vinicius  
MARTINS, Victor Hugo  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Reuso. Sociedade. Importância.

A reutilização ou o reuso da água, ou ainda em outra forma de expressão, não é um conceito novo, pois vem sendo praticado em todo o mundo há muitos anos. O reuso da água é um processo pelo qual a água tratada ou não, é reutilizada para o mesmo ou outro fim. Entretanto, a demanda crescente por água tem feito do reuso planejado da água um tema atual e de grande importância para a população mundial. Assim, o presente trabalho procura responder à seguinte pergunta: Qual é a importância do reuso da água? Sabe-se que a água doce é um recurso finito, pois em muitos lugares já existe a falta dela. Deve-se ter consciência e preocupação em administrar com inteligência os recursos que se tem no Brasil e no restante do mundo. Vê-se constantemente no cotidiano diversos problemas enfrentados. E, com a falta de água em diversos lugares, passa a ser de grande e real importância o reuso desta e a conscientização da população para esta prática que a cada dia se torna mais útil para a sociedade. “A empresa Nova Opersan Soluções Ambientais incentiva e aplica na prática os comportamentos sustentáveis. Faz parte da sua política conscientizar toda a equipe sobre a importância de economizar a água no dia a dia, tanto na empresa quanto em suas casas. Em termos práticos, coletam o e armazenam a água das chuvas e a utilizam em diversos processos em suas unidades. Também reutilizam parte dos efluentes tratados em seus Centros Operacionais para limpeza de pisos, preparação de soluções químicas e lavagem de linhas e tubulações” (NOVA OPERSAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS, s.d., p. 1). Portanto, deve-se considerar o reuso de água como parte de uma atividade mais abrangente que é o uso racional ou eficiente da água, o qual compreende também o controle de perdas e desperdícios e a minimização da produção de efluentes e do consumo de água, pois assim, além de gastar menos dinheiro e menos recursos naturais, estará unindo evolução e sustentabilidade. Observa-se então o quão abrangentes são as formas de reuso da água. Apesar de ser tão essencial, a conscientização sobre a água ainda é um assunto recente. Contudo, como dito anteriormente, é de suma importância e faz com que deixe a sociedade ciente de que o reuso da água é um importante aliado no dia a dia e na sustentabilidade nacional e mundial.

## REFERÊNCIA

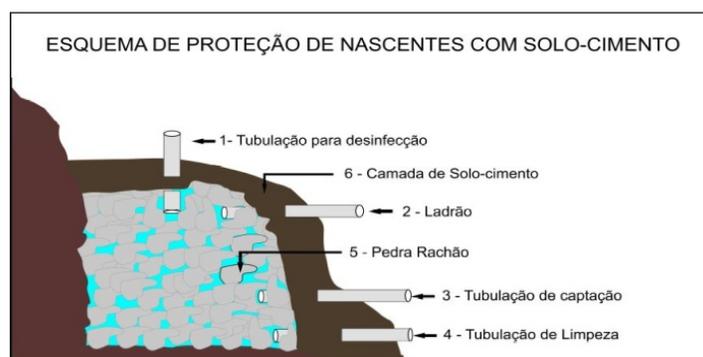
NOVA OPERSAN SOLUÇÕES AMBIENTAIS. **O Recurso Água**. s.d. Disponível em: <<http://www.opersan.com.br/empresa/o-recurso-agua>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

## CONSERVAÇÃO DAS NASCENTES RESUMO

BALBINO, Michelle  
SOARES, Jhessica  
ARAÚJO, Leonardo

**Palavras – chaves:** Proteção. Meio Ambiente. Recuperação.

As nascentes são de suma importância para o meio ambiente, sendo essas fontes de onde surgem novos cursos d'água, como os córregos e rios. Porém, existem muitos problemas ambientais enfrentados em virtudes dos desmatamentos e poluição em todo o mundo. A degradação dos mananciais é uma das principais preocupações, assim surge o problema que norteará o presente trabalho, qual seja: “quais são os métodos de conservação das nascentes?”. Os objetivos que embasaram o presente trabalho consistem, inicialmente, em verificar as formas de destruição e quais os impactos gerados que afetam a sociedade. A partir destes fundamentos, percebe-se que os estudos sobre os mananciais são fundamentais, já que se trata de um bem tão essencial para a qualidade de vida e manutenção da humanidade. A nascente é um ponto onde jorra água através da superfície do solo, também conhecida como mina “d'água” e resultam na formação dos córregos, classificadas em perenes, intermitentes e temporárias (VALENTE et. al. 2005 apud CRISPIM et al, 2012). Será abordada a conservação de nascentes em modo geral e específico através do processo chamado “solo cimento”, que foi utilizado em pequenas propriedades e apresentou resultado satisfatório. Um método para recuperar e proteger nascentes usado no município de Campo Mourão – PR, o solo cimento, foi aplicado em pequenas propriedades na bacia Hidrográfica Rio do Campo. A técnica relatada pode ser observada pela amostragem do esquema na imagem abaixo:



**Figura 01:** Esquema de proteção de nascentes com solo-cimento

**Fonte:** Crispim (2012).

## REFERÊNCIA

CRISPIM, Jefferson de Queiroz et al. Conservação e Proteção de Nascentes por meio do Solo Cimento em Pequenas Propriedades Agrícolas na Bacia Hidrográfica Rio do Campo no Município de Campo Mourão/PR. **Revista Geonorte**. Edição especial, v.3, n.4, p. 781-790, 2012. Disponível em: <[http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009\\_%.pdf](http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/009_%.pdf)>. Acesso em 23 abr. 2015.

## A RESPONSABILIZAÇÃO DO MAU USO DAS REDES SOCIAIS RESUMO

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso  
ANASTÁCIO, Kely  
NERY, Maria Aparecida Carneiro  
GUIMARÃES, Jakson Brito

**Palavras-chave:** Responsabilização. Redes Sociais. Internet.

Com evolução da tecnologia cibernética, observa-se que novas ferramentas da internet são criadas como forma de entreter e manter o usuário conectado a um tipo de ferramenta, surgindo então as redes sociais. Diante deste assunto, surge a problemática do presente artigo que aborda o seguinte questionamento: Qual a responsabilização dos atores pelo mau uso das redes sociais? Para a resposta da presente questão, serão discutidos os seguintes objetivos: Surge-se assim os objetivos do trabalho que consiste em conceituar as redes sociais, refletir sobre os possíveis atores, como verificar o mau uso deste meio de comunicação. Tendo em vista a tecnologia cibernética, surgem as redes sociais, que fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas que não conseguem conviver sem estarem conectadas a um tipo de rede social. Destacaremos a seguir o que vem a ser rede social e no que esta influencia na vida das pessoas. Para Marteleto (2001), redes sociais representam um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. A rede possibilita que a pessoas se conectem mais rápido, resultando em uma troca de diversas informações que interessam de alguma forma aos usuários e assim contribui para a construção de uma sociedade moderna. Por fim, conclui-se que o objetivo da responsabilização do mau uso das redes, aborda as Leis em vigência para punir os autores responsáveis por crimes cibernéticos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo uma abordagem qualitativa.

### REFERÊNCIAS

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais**: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da informação*, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1>> Acesso em: 29 mar. 2015.

**O PARTIDO MORAL DE DOIS  
RESUMO DE CAPÍTULO – LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA – ZYGMUNT BAUMAN**

RODIGUES, Fernando  
FREITAS, Lucas  
LUIZ, Ismael  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Moral. Ética. Eu-tu.

Neste capítulo do Livro *Ética Pós-Moderna*, Zygmunt Bauman aponta que o Partido Moral de Dois, como nos ensina Emmanuel Lévinas: “Pode ser considerado onde tudo começa a respeito da moralidade”, simplesmente pelo motivo de o Eu existir para ser responsável ao Tu, sem esperar nenhuma reciprocidade em troca de suas condutas morais oferecidas. Ao observar a assimetria do Eu - Tu, fica evidenciada a relação intersubjetiva entre as partes; como narrado anteriormente, até porque sempre irão existir este e aquele, independentemente de qual polo esteja. Mas quando não há um bom relacionamento entre as pessoas, surgem então os conflitos sociais ou a “aporia da proximidade”, que não é a dificuldade de resolver qualquer conflito; até porque as maiorias das discórdias resolvem-se com o diálogo, ou seja, dos problemas sociais onde dentro de um ambiente maior, existem várias morais diferentes, pois cada ser é influenciado por outros dentro do convívio em sociedade. Com a relação social, pode-se observar a “moralidade como carinho”, ou o amor entre as pessoas, não aquele de casais, mas o amor de respeito ao próximo; de convívio; de carícias; etc. com tudo isso, para que aquele não acabe. É necessária sua renovação buscando adubá-lo, para não parar de crescer ou ser interrompido, e caso ocorra, haverá o descontrole social em relação ao respeito pelo próximo, pois o contrato social que engloba não só o direito, mas as condutas éticas serão quebradas. Diante de todas essas colocações, principalmente em relação ao passo de renovar o amor, deve-se falar das estratégias de fixação e de flutuação: Onde está busca facilitar de qualquer forma que o amor não se perca ou acabe, independentemente do modo de prevenir, e aquela a substituição das rotinas das pessoas, objetivando o fortalecimento ou construção do amor pelo próximo. Portanto, deve-se sempre olhar para o próximo agindo de forma ética e buscando o melhor convívio em sociedade.

**REFERÊNCIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus. 1997.

## MANEJO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA NA AGROPECUÁRIA EM MEIO À CRISE DE SEU ABASTECIMENTO NO BRASIL

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso  
BRAGA, Thaís de Almeida Martins  
FIGUEIREDO, Darlene

**Palavras-chave:** Crise Hídrica. Agropecuária. Sustentabilidade.

A água é a substância mais abundante da Terra sendo, portanto, intrínseca e vital aos seres vivos. Mesmo sendo um recurso renovável, esta se mostra cada vez mais escasso e exaurido pelas ações antrópicas acarretando uma crise crônica de abastecimento do recurso e comprometendo a qualidade de vida de todos os seres, tanto nas esferas ambientais, quanto econômicas e sociais. Nesse campo, é evidente a relevância da agropecuária para a subsistência do homem, porém, segundo a Agência Nacional de Águas (2013), esta consome, de forma inadequada e insustentável, aproximadamente 83% da água no Brasil, projetando assim um futuro em que demanda de alimentos e água será maior que a oferta. Diante disso, é importante discutir as formas de se manejar sustentavelmente esse recurso vital na agropecuária. Surge, assim, o questionamento que norteará o presente trabalho, qual seja: É possível lograr, em meio à crise de seu abastecimento, o manejo adequado da água na agropecuária visando estes atender, de forma qualitativa e quantitativa, às demandas das gerações presentes e futuras? Serão analisados no primeiro capítulo, quais são os principais fatores da crise de abastecimento de água e suas consequências. No segundo capítulo será abordada a relevância de se ter um manejo economicamente viável, socialmente responsável e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos na agropecuária. O presente trabalho justifica-se por ser um tema de grande relevância para a vida dos seres vivos. A irrigação é o setor que mais desperdiça água, no entanto ele é imprescindível para o abastecimento mundial de alimentos. Segundo a ONUBR (2015), para responder a demanda dos 9 bilhões de habitantes do planeta em 2050, a eficiência do uso dos recursos naturais, principalmente a água, energia e terra, deverá ser aumentada. O uso irracional e insustentável da água associado à destruição dos recursos naturais é o agravante da crise de seu abastecimento. Essa crise poderá ser o fator que acarretará guerras pela competição da água e afetará a qualidade de vida de todos.

### REFERÊNCIAS

ONUBR. FAO: **Se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água.** 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos traz balanço da situação e da gestão das águas no Brasil.** 2013. Disponível em: <[http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id\\_noticia=12365](http://www2.ana.gov.br/Paginas/imprensa/noticia.aspx?id_noticia=12365)>. Acesso em: 21 mar. 2015

**ESPAÇOS SOCIAIS: COGNITIVO, ESTÉTICO E MORAL**  
**CAPÍTULO DO LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA - ZYGMUNT BAUMAN**

SILVA, Karine  
SILVA, Lidiane  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Espaço social. Sociedade. Jogo humano.

Neste capítulo do livro *Ética Pós-Moderna*, Zygmunt Bauman aponta que o espaço social é composto pelo espaço cognitivo (adquirido pelo conhecimento), pelo espaço estético (através da curiosidade) e o espaço moral (por uma distribuição igual de responsabilidades). O homem deixa de ser igual quando se afasta da simetria e reciprocidade. É o conhecimento ingênuo do que se vê, todos demais também observam. Assim, o entender é normal e natural, já o não entender é anormal. Outro ponto abordado é em relação à atitude natural que trata os humanos como iguais, e a má-compreensão são como desiguais. Quando se acha alguém estranho é na verdade os sentimentos perdidos, sem saber sobre como agir, é a ignorância o que leva o homem a cometer graves erros. Quanto mais se ignora conhecer o estranho, mais desconfiança terá levando assim as regras que fazem o espaço social viver ameaçado. Um pensador holandês tratava o homem como *homo ludens*, sendo o jogo como elemento da cultura, ao invés de ser tratado como *homo sapiens*, homem sábio, esse holandês afirma que todos são jogadores, que alguns apenas estão no mundo, e um ser que está jogando vai muito além de só estar no mundo. O jogo não é taxado como meio de sobrevivência, a princípio é realizado sem nenhum propósito, por isso ele acontece de forma livre, nem todos devem e são obrigados a participar do jogo, mas a partir do momento que joga, deverá observar as regras do jogo (da mesma forma que alguém pode levar o cavalo à água, mas não forçá-lo a beber.). O jogo tem seu começo e fim, como o erguer e cair da cortina possui regras onde deverão ser observadas pelos seus jogadores, as quais são feitas de forma expressa para que fiquem claras não havendo como transgredir, desobedecê-las. Portanto, conclui-se que o homem que vive em sociedade deve respeitar as regras impostas, sob pena de ser excluído.

#### REFERÊNCIA

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. - São Paulo: Paulus, 1997.

## CRISE HÍDRICA RESUMO

BALBINO, Michelle  
FURTADO, Leonardo

**Palavras-chave:** Tempo. Água. Necessidade.

Na atualidade, percebe-se que quanto mais o tempo passa, maior é a necessidade por encontrar um meio de intervir a falta de água potável no mundo. O que acontecerá se a água doce acabar? Todos criticam essa hipótese, no entanto, já se vivencia a crise hídrica em alguns países. No Brasil, por exemplo, que é um país considerado rico em recursos em recursos hídricos, há cerca de um mês, a reserva da Cantareira no estado de São Paulo, chegou a funcionar em seu nível morto, ou nível de reserva e a população da capital sofria com cortes no abastecimento de água. Outro exemplo está nos Estados Unidos, no estado da Califórnia, a situação estava sendo tratada pelo governo como estado de emergência e foram adotadas estratégias como bônus na conta para quem economizasse no consumo de água e multa de 500 dólares para quem gastasse em excesso. Mas em alguns países do centro-norte e do sul da África a situação é ainda mais crítica, e já se tem guerra por água. (GERAQUE, 2014). A água é um recurso de extrema importância para as atividades necessárias à sobrevivência da população, como a agricultura, as indústrias, para o uso individual, também influenciam no desenvolvimento das sociedades e na qualidade de vida, que estão relacionados diretamente com a disponibilidade da substância, além de ser utilizada pelo homem como uma das principais fontes de energia, ou seja, é de fato necessária para a existência da vida (WORLD RESOURCES INSTITUTE – ONU apud MEIO AMBIENTE AGUA, 2014). A necessidade por encontrar um modo de amenizar essa situação cresce cada dia mais, por isso a importância de serem apresentadas novas formas para superar a crise hídrica e não deve pensar nisso como um plano somente para o futuro, é preciso uma solução o mais rápido possível, pois já são diversos os problemas causados por esta crise.

## REFERÊNCIAS

GERAQUE, Eduardo. **Com seca parecida à de SP, Califórnia adota multa e situação de emergência**. Folha Uol. São Paulo, 2 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1556327-com-seca-semelhante-a-de-sp-california-adota-multas-e-situacao-de-emergencia.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

MEIO AMBIENTE AGUA. **Qual a porcentagem de água existente no planeta?** 2014. Disponível em: <<http://meioambienteagua.pbworks.com/w/page/20725600/Porcentagem>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

## A ÁGUA E O CONFLITO POPULACIONAL RESUMO

SILVA, Geize Almeida  
GONÇALVES, Keila Santana  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Contaminação hídrica. Efluentes agrícolas. Sustentabilidade.

O Brasil vem sofrendo um processo intenso de urbanização, pois existe um deslocamento muito grande de pessoas dentro do próprio território brasileiro. Sendo que esta grande concentração de pessoas em determinadas regiões potencializa e agrava os problemas já existentes, como por exemplo, saúde, infraestrutura, educação, entre outros. Dessa forma, a proposta é analisar se no Brasil existe um conflito de uso de água, uma vez que as questões relacionadas aos recursos hídricos no Brasil vêm tomando força e demonstrando a relação da sociedade com a natureza. Pois, o consumo exacerbado dos recursos hídricos excede a capacidade de reposição do planeta, não havendo tempo suficiente para a renovação desse recurso. Sabendo que a água é um recurso indispensável e fundamental para a continuidade da vida no planeta Terra, faz-se necessário uma análise dos conflitos causados pelo seu uso. Diante disso, acredita-se que, no século atual, poderá haver uma inversão de valores políticos, onde as guerras não serão somente por razões políticas ou até mesmo por jazidas petrolíferas, mas sim por um recurso hídrico indispensável para a sobrevivência humana no planeta, ou seja, água doce potável. Vive-se em um mundo onde todos os atos e fatos giram em torno de um amparo capitalista, sendo que tudo resume-se em mercadoria. Olhando em uma conjunção ampla observa-se que a relação do planeta se dá na figura de apropriação dessa mercadoria (DI MAURO, 2014). Sendo que a água é um recurso essencial na produção da grande maioria dos bens e serviços existentes na atualidade, sendo alguns deles na alimentação, energia, fabricação de móveis e eletrodomésticos dentre muitos outros. Os longos períodos secos dos últimos anos agravaram os conflitos, forçando assim as mudanças de postura dos governantes nos diferentes campos sendo juridicamente, economicamente e politicamente e das representações, e que continua sendo travada pelas lutas classificatórias que ocorre cotidianamente. A vida será composta eternamente por conflitos. O homem possui a natureza de defender seus interesses, e o conflito sempre fará parte de sua vida, cabe a ele escolher a forma de lidar.

### REFERÊNCIA

DI MAURO, Claudio Antônio. Conflitos pelo uso da Água. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Presidente Prudente, SP, n36, Volume Especial, p. 81-105, 2014. Disponível em :<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/3174/2679>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

**PARA ALÉM DO PARTIDO MORAL**  
**CAPÍTULO 5 DO LIVRO “ÉTICA PÓS MODERNA” - ZYGMUNT BAUMAN**  
**RESUMO**

SILVA, Geize Almeida  
GONÇALVES, Keila Santana  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Moralidade. Sociedade. Globalização. Convivência.

A moralidade é a parte mais íntima de uma sociedade, pois se origina no “face-a-face”, de um contato entre duas ou mais pessoas, sendo que tal contato pode ser para melhor ou para pior, proporcionando sentimentos de amor e ódio para autossacrifício e dominação (Bauman (2012)). O mundo é habitado por todos, alguns, muitos e seus companheiros, onde as pessoas devem estar preparadas para viver com seus semelhantes, aprendendo a conviver com as diferenças, com os conhecimentos, com os números, com a liberdade, com o tempo, com a justiça e com a injustiça de um povo. A partir daí, as pessoas se tornam personagens de suas próprias histórias. Existe um tripé básico a ser seguido por uma sociedade, onde a capacidade, a necessidade e a vontade são essenciais para o desenvolvimento, pois este tripé é o ponto base para um estado etnicamente heterogêneo. Bauman (2012) diz em seu capítulo que este tripé está se desconjuntando por causa da globalização, pois ao mesmo tempo em que a globalização se torna parte essencial para os conhecimentos e interações das pessoas, esta mesma globalização deixa a sociedade fechada, onde a necessidade do contato humano se torna supérfluo à vontade da interação virtual. A partir do momento em que este tripé está sendo desconjuntado, a sociedade sai do parâmetro de nação-estado para entrar em tribos. Sendo que estas tribos são a diminuição das unidades, o apagamento das diversidades, e a declaração militante da identidade coletiva são seu modo de existência. Onde a individualização das pessoas tornou-se veículo de desconstrução da imortalidade, pois desconstroem o berço de que todos os indivíduos precisam viver em sociedade para compreender o seu próprio eu. Um ponto básico a ser entendido é sobre a socialização e a socialidade, onde as duas podem possuir formas distintas, até mesmo opostas, mas cada uma possui sua maneira própria de construir uma coexistência. A socialização possui característica de amenizar o sentimento típico do impulso moral, ou seja, a socialização existe para esfriar os produtos notórios e multiformes de uma sociedade. A sociabilidade costuma dar liberdade às emoções, levando assim o indivíduo a cometer as mais diversas loucuras, ela possui ponto de fervura. Após as mudanças que a globalização está proporcionando à sociedade, as pessoas tendem a ficar mais egoístas e menos pacientes. Logo, cabe à própria sociedade impor para que não se deixem transformar em seres robóticos, pois o melhor da vida ainda é viver inserido em um meio social.

**REFERÊNCIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. - São Paulo: Paulus, 1997.

## A ÁGUA NA AGRICULTURA RESUMO

BALBINO, Michelle  
MARCIELLE, Cinara  
MARTINS, Thalita

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Recurso Hídrico. Agricultura.

Atualmente, cerca de 3.600 km<sup>3</sup> de água doce são utilizados para uso humano, mas é na agricultura que se usa maior parte dessa água responsável por aproximadamente 70% a 87% de todo o gasto. Porém, é importante fazer uma distinção entre a água coletada e a água que é realmente utilizada, pois desses 3.600 km<sup>3</sup> de água retirada, apenas a metade é absorvida através da evaporação e transpiração das plantas, sendo que o restante retorna para os rios ou se infiltra no solo e fica depositada nos aquíferos (FAO, 2002). O presente trabalho tem como tema: “a água na agricultura”, e coloca em questão a seguinte pergunta: “Qual a forma correta da utilização da água na agricultura?”. Serão abordados os dados e pesquisas que visam a sua utilização de forma correta buscando a sustentabilidade, a fim de que esse recurso natural, que é essencial a vida humana, não se esgote e não sofra alterações químicas e físicas. Assim, “na agricultura perde-se 2.500 km<sup>3</sup> de água por ano, valor muito superior ao que a indústria perde (117 km<sup>3</sup>) e ao que o uso doméstico também perde (64,5 km<sup>3</sup>)”. (COELHO; FILHO COELHO; OLIVEIRA, 2005, p. 58). O uso irracional e desenfreado desse recurso natural na agricultura pode gerar a longo e a curto prazo inúmeros danos à natureza e a todos que dela necessitam. A retirada de forma inadequada da água de nascentes, lagos, dos lençóis freáticos, são alguns dos fatores que agravam a situação atual. Estima-se que em 2025, três bilhões de pessoas serão afetadas pela escassez desse recurso hídrico, caso nenhuma medida de prevenção e incorporação de tecnologia seja aplicada. (COELHO; FILHO COELHO; OLIVEIRA, 2005, p. 57). Portanto, a água é um recurso hídrico natural, que ao longo dos tempos vem sofrendo com vários fatores agravantes, que alteram ou comprometem seu estado físico e suas características.

### REFERÊNCIA

FAO *Corporate Document Repository. Agriculture's use of water*. 2002. Disponível em: <[http://www.fao.org/docrep/005/Y3918E/y3918e03.htm#P0\\_0](http://www.fao.org/docrep/005/Y3918E/y3918e03.htm#P0_0)>. Acesso em: 16 mar. 2015

COELHO, Eugênio Ferreira; COELHO FILHO, Maurício Antônio; OLIVEIRA, Sizernando Luiz de. Agricultura irrigada: eficiência de irrigação e de uso de água. *Bahia Agríc.*, v.7, n.1, set. 2005. Disponível em: <[http://www1.ufrb.edu.br/neas/images/Artigos\\_NEAS/2005\\_3.pdf](http://www1.ufrb.edu.br/neas/images/Artigos_NEAS/2005_3.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2015.

## **CAPÍTULO DO LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA - ZYGMUNT BAUMAN RESUMO**

BESSA, Bárbara  
SANTOS, Francielle  
SILVA, Patrícia  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Moral. Ética. Pós-modernidade.

Para Zygmunt Bauman, em seu livro *Ética Pós-Moderna*, a condição ética da Modernidade tudo explica, tudo prevê, tudo controla. Esse é o modo como a homogeneização das condutas se torna universal, descontextualizando-se tempo, espaço e cultura. Esse “império” se destina a salvar todos de seus medos e angústias, mas também criam outros novos, os quais todos se tornam seus reféns. De uma coisa podemos ter certeza, não importa quanta moralidade haja ou possa haver numa sociedade que tenha reconhecido estar sem chão, sem propósito e diante do abismo atravessado apenas por uma frágil prancha feita por convenções, ela pode apenas ser uma moral eticamente infundada. Para que exista uma fundamentação sólida suficiente para o código de ética deve existir uma natureza do homem, mas não como está sendo atualmente, a verdadeira natureza humana ainda não está acontecendo e nem irá acontecer em nenhum lugar, ela não existe ainda, mas talvez exista se em primeiro momento o homem deixar de esconder a moral e assim fazendo com que a ela traga recompensas e habilidades profissionais. A decisão de cada pessoa é autônoma, sendo a moral questão de escolha. Por esse fato, todos são responsáveis por suas decisões. Com tudo isso, observamos que de um lado fica a existência da moral ética para os filósofos e, do outro, a sociedade acreditando que esta moralidade sem código ético que os filósofos acreditam existir, na verdade, não existe. O que acontece na verdade é que a capacidade moral pode ser influenciada por escolhas e que faz com que os seres humanos sejam capazes de formarem sociedades e assegurar contra todos os contratemplos de sobrevivência sendo felizes ou menos felizes. Portanto, chega-se à conclusão de que é nesse tipo de mundo que estamos vivendo hoje, pois o pós-modernismo já está acontecendo e os filósofos estão cada vez mais angustiados pelo fato de não estarem conseguindo aceitar a moralidade sem princípios e sem fundamentações.

### **REFERÊNCIA**

BAUMAN, Zygmunt, *Ética pós-moderna*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus. 1997.

**A UNIVERSILIDADE ILUSÓRIA**  
**CAPÍTULO DO LIVRO ÉTICA PÓS-MODERNA - ZYGMUNT BAUMAN**

FERNANDES, Nelson  
CAROLINY, Rhaysa  
MARTINS, Thais  
GURGEL, Valter  
BALBINO, Michelle

**Palavras-chave:** Moral. Sociedade. Universalidade.

Neste capítulo do Livro *Ética Pós-moderna*, Zygmunt Bauman aponta parece que poucos não se incomodam em descobrir em qual extensão (grande ou pequena) suas imagens do bem e mal são partilhadas, e por quanto tempo durou ou duraria o consenso; para a maioria. A crença de que são aprovados por “pessoas que contam” e tudo de que precisam para dormir tranquilamente, e suas consciências quando “eles” os “dessemelhantes desaprovam”. Deve-se definir uma identidade de uma comunidade pela força com que mantém os seus, ela “situa” e conseqüentemente pela extensão do consenso moral. A comunidade moral comprova-se não ser tanto imaginada como postulada, e postulada contenciosamente. O que descreve como moral em uma comunidade são os efeitos desejados de uma subordinação, as linhas aerodinâmicas de limite das escolhas individuais obtidas pela exigência de colaborar para fazer o grupo real, disfarçada como exigência para conservar o grupo vivo. Ética é o fato de que o que qualquer visão da moralidade universal de grupo tacitamente retém, o grupo em questão tenha os mesmos limites da espécie humana em seu conjunto, quer seja uma nação-estado, ou uma comunidade postulada, é que de fato se pode expressar a conduta moral em normas que podem receber de forma universal. A solidão marca o começo do ato moral, o que se sugere é que a moralidade é uma posição racional, ética, a se tomar com fim de propósitos e autopreservação, tornando os atos morais meios para o fim. A moralidade é o que uma ação ética representa perante determinados costumes de uma determinada sociedade. Logo, a ação moralista está ligada diretamente a um ato ético. Portanto, o capítulo mostra como a moral era entendida naqueles tempos, onde a sociedade era definida e conceituada de acordo com a moral de cada sociedade, o que vai descrever moral em comunidade serão os efeitos desejados de uma subordinação.

**REFERÊNCIA**

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus. 1997.

## **A LEI MARIA DA PENHA COMO NORMA EFETIVA E APLICÁVEL E A INEFICÁCIA DO PODER PÚBLICO**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
COSTA, Ercília Rodrigues Pires  
FERREIRA, Raphaela Lourenço  
NOBRE, Antônio Paiva

**Palavras-chave:** Violência. Doméstica. Ineficácia. Poder público.

A pesquisa científica tem como temática a aplicabilidade da Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) do ponto de vista do apoio dado pelo poder público às mulheres vítimas de crimes domésticos. A referida Lei tem como objetivo criar mecanismos para coibir a violência contra as mulheres, violência esta, que há séculos vem afligindo nossa sociedade, bem como dar suporte e atendimento às vítimas. Com objetivo em verificar se o poder público está cumprindo o seu papel, o presente trabalho tem como problemática: O poder público tem fornecido estrutura capaz de atender e amparar as mulheres vítimas de violência doméstica, conforme determina a Lei Maria da Penha? Tendo em vista essa problemática, faz-se necessário conhecer as diretrizes da Lei Maria da Penha quanto ao apoio às vítimas; pensar as causas que dificultam a aplicabilidade da Lei; e refletir sobre a sua efetividade perante a atual estrutura de apoio às vítimas fornecida pelo poder público. A metodologia utilizada no presente artigo consiste em método qualitativo, de cunho bibliográfico, tendo como base a Lei 11.340/06 e dados estatísticos constantes de estudos já publicados sobre o tema. A Lei nº 11.340/2006 foi criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal que define, “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. (LIMA, 2014). Contudo, o Brasil experimentou um crescimento de 22,5% de mortes violenta contra a mulher praticadas pelo homem no período de 2002 a 2012. (BIANCHINI; GOMES, 2015). O que se discute não são problemas relacionados com a Lei em si, e sim os problemas estruturais, sociais e pessoais que impedem que se tenha uma efetiva aplicabilidade da lei.

### **REFERÊNCIAS**

BIANCHINI, Alice; GOMES, Luis Flávio. **Uma mulher é morta a cada duas horas no Brasil**. JusBrasil, 2015. Disponível em: < <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/171854354/uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-nobrasil>>. Acesso em: 26 de abr. de 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial**. 2. ed. Salvador, BA: JusPodivm, 2014.

## **A APLICABILIDADE DA LEI PENAL AOS CASOS FATAIS DE BEBÊS ESQUECIDOS NO CARRO PELOS PAIS**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
SOUSA, Geane Rodrigues de  
SANTOS, Ivanice Rodrigues dos  
SILVA, Lorrany Aparecida da

**Palavras-chave:** Punibilidade. Perdão judicial. Homicídio.

O presente trabalho se ocupa da explanação acerca do perdão judicial - uma hipótese de extinção de punibilidade prevista no art. 107, IX do Código Penal - e como se opera esse instituto nos casos de morte de bebês esquecidos nos carros com seus pais. Surge, pois, a problemática a ser respondida neste artigo, que é: Como se opera a extinção da punibilidade pelo perdão judicial nos casos de morte de bebês esquecidos no carro por seus pais? Tendo em vista a problemática descrita acima, faz-se necessário compreender os objetivos da aplicação de uma sanção penal pelo Direito, bem como estudar a causa de extinção de punibilidade do perdão judicial e por fim investigar o fundamento legal da responsabilidade penal dos pais pela morte dos bebês esquecidos e a necessidade de aplicação de sanção penal. A escolha do tema se justifica pela necessidade de entender como se opera a lei neste caso e como o nosso ordenamento jurídico conduz essa problemática. Assim que o agente comete um crime, surge para o Estado a possibilidade jurídica de imposição da sanção prevista àquele que infringiu as normas penais - a punibilidade. Esta, portanto, é a consequência jurídica do crime. Ocorrendo crime e sendo a conduta do agente culpável, a sanção deverá ser aplicada. Porém, existem vários casos no ordenamento jurídico penal nos quais, apesar da conduta ser típica, antijurídica e culpável, não se aplica pena por razões estranhas à existência do delito, mas justificáveis na teoria da própria coerção penal. Nesse diapasão, o juiz poderá conceder o perdão judicial, causa extintiva de punibilidade que será aplicada aos casos específicos indicados pelo legislador.

### **REFERÊNCIAS**

**ÂMBITO JURÍDICO. A natureza jurídica da sentença que concede o perdão judicial.**

Disponível em <[http://www.ambito-](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3922)

[juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3922](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3922)> Acesso em: 12 mar. 2015.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal, Parte Especial**. 23 ed. São Paulo: Saraiva. 1999.

## **A RESPONSABILIDADE DOS PAIS DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE PEDOFILIA NAS REDES SOCIAIS**

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Berno Nunes de  
GUIMARÃES, Iran Furtado  
RODRIGUES, Admilson Carlos  
TAVARES, Kelly Dias

**Palavras-chave:** Pedofilia. Responsabilidade. Pais.

O abuso sexual contra crianças sempre existiu na história da humanidade, e, ainda nos dias atuais, a prática de pedofilia é amplamente difundida por meio de computadores e aparelhos de comunicação no mundo virtual, em que são consumados os mais variados tipos de abusos sexuais e atos libidinosos contra crianças e adolescentes. Surge assim, a problemática que norteia o presente trabalho: Qual a responsabilidade dos pais de crianças vítimas de pedofilia nas redes sociais? Mediante o exposto, esta pesquisa propõe: discorrer sobre os abusos cometidos nas redes sociais contra as vítimas da pedofilia, ressaltando ainda a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 11.829/2008) como instrumento utilizado pela justiça no combate a tais práticas; e refletir sobre a responsabilidade dos pais desses menores enquanto garantidores da segurança dos filhos em relação ao acesso à internet, condição imposta pelo Código Penal e pela Constituição Federal de 1988. Será empregado na pesquisa o método qualitativo, de cunho bibliográfico, tendo por base dados pesquisados na doutrina e na legislação pertinente ao assunto. Segundo Olavo Carvalho (2002), em dissertação sobre a historicidade da pedofilia, na Grécia e no Império Romano, crianças eram abusadas para satisfação sexual de adultos, costume tolerado e até prezado. Também na China, castrar meninos para vendê-los a ricos pederastas foi um comércio legítimo e duradouro. Em alguns países isso durou até pelo menos o começo do século XX, fazendo da Argélia, por exemplo, um jardim das delícias para os viajantes depravados. A partir do exposto, cria-se uma concepção de que pedofilia não é crime, uma vez que não há denominação de pedofilia tipificada, e nem toda pessoa que abusa sexualmente de uma criança pode ser considerada pedófila. Essas afirmações parecem absurdas, mas fazem sentido quando se discute o assunto do ponto de vista médico, e não do ponto de vista legal. Contudo, várias atividades praticadas contra crianças e adolescentes, inclusive pela internet, são crimes e há previsão legal de prisão e multa como punição para tais crimes.

### **REFERÊNCIAS**

CARVALHO, Olavo de. **Cem Anos de Pedofilia**. O Globo, 27 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/04272002globo.htm>> Acesso em 07 mar. 2015.

## O QUE VALE MAIS: A CULTURA OU A VIDA?

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
FARIA, Lucas Dias de  
FRANCO, Weliton de Melo  
FARIA, Wesley Rodrigues de

**Palavras-chave:** Homicídio. Bebê. Índio.

Atualmente, no Brasil, existem crianças que já nascem com uma sentença de morte sem ao menos ter o direito de dar o seu primeiro choro. Para alguns povos indígenas, é a forma correta de escolher aqueles que darão continuidade à existência da tribo. Nessas tribos, é comum que a mãe mate o filho que nasça com alguma deficiência logo após o parto. Daí, surge a problemática deste trabalho, qual seja: O homicídio de crianças nas tribos indígenas deve ser punido como crime ou tolerado como mera cultura? Para que seja possível responder a essa pergunta, será necessário estudar o conceito de crime do direito brasileiro, bem como a imputabilidade penal dos membros de tribos indígenas; identificar as causas que levam as mães indígenas a matarem seus filhos deficientes físicos logo após o parto; e compreender o princípio da dignidade da pessoa humana como norma balizadora do respeito aos costumes e tradições indígenas. Este trabalho se justifica pela necessidade de contribuir para a compreensão do tema pela sociedade. A metodologia empregada na pesquisa é qualitativa, de cunho bibliográfico, com base nas principais obras e estudos sobre o tema. Rogério Greco (2015), ao explicar o conceito analítico de crime, nos ensina que o crime é uma ação típica, ilícita e culpável. O fato típico é composto de conduta (dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva), resultado, nexó de causalidade (ente a conduta e o resultado) e tipicidade (formal ou conglobante). A ilicitude é aquela relação de contrariedade que se estabelece entre a conduta do agente e o ordenamento jurídico. E já a culpabilidade é o juízo de reprovação pessoal que se faz sobre a conduta ilícita do agente. Os elementos integrantes da culpabilidade de acordo com a teoria finalista são: imputabilidade, potencial consciência sobre a ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa. Com relação à imputabilidade do índio, Guilherme de Souza Nucci (2014) defende que não é possível considerá-lo completamente capaz para fins penais, uma vez que, a depender do seu grau de isolamento, dificilmente ele teria conhecimento das normas penais e do caráter ilícito do fato praticado.

### REFERÊNCIAS

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.  
NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais comentadas**. 2 v. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

## AS ALTERAÇÕES NO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE E SUA EFICÁCIA NO COMBATE À FRAUDE

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
BARROS, Jeane Xavier de  
LOPES, Maria de Fátima Salviano  
RAMOS, Marianny Rosa Fernandes

**Palavras-chave:** Pensão. Morte. Fraude.

De uma forma clara e objetiva, esta pesquisa visa explicar sobre as alterações promovidas pela Medida Provisória nº. 664 de 2014 (MP 664/14) no benefício previdenciário de pensão por morte, focando na seguinte problemática: as alterações na pensão por morte promovidas pela MP 664/14 serão capazes de evitar fraudes nas futuras concessões desse benefício? Para responder a esse questionamento, o presente trabalho buscou identificar os requisitos para a concessão do benefício de pensão por morte antes e depois das referidas alterações, apurar os casos mais comuns de fraude na concessão desse benefício, e verificar se as alterações promovidas pela medida provisória serão capazes de evitar fraudes nas futuras concessões. O artigo se justifica pela importância das alterações na lei de concessão de benefícios, as quais representaram um retrocesso em termos de direitos previdenciários, principalmente no caso da pensão por morte, o que somente se justificaria por conta da prevenção às fraudes na sua concessão. A metodologia utilizada no presente artigo consiste em um método qualitativo, de cunho bibliográfico, tendo como base dados coletados pelo Instituto Nacional de Previdência Social. A pensão por morte é um benefício que possui algumas peculiaridades na sua concessão, as quais foram objeto de reforma. De início, é necessário saber que a pensão por morte necessita do preenchimento de alguns requisitos para que o requerente tenha direito. A Medida Provisória 664, de 30/12/2014, alterou alguns artigos nas leis que regem a pensão por morte e aumentou os requisitos de concessão deste benefício. Antes deste ato normativo bastava comprovar a qualidade de segurado do *de cujus* e a condição de dependente do beneficiário, após analisados e preenchidos esses dois requisitos o requerente teria direito ao recebimento do benefício. Após, foram incluídos alguns requisitos, como a carência de 24 contribuições mensais e a necessidade de tempo mínimo de convivência de dois anos, e alteradas outras regras de concessão, por exemplo, o valor do salário do benefício, que não corresponde mais a 100% do salário de contribuição, e a sua duração, que não é mais vitalícia para todos os dependentes. (KERTZMAN, 2015).

### REFERÊNCIA

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 11. ed. Salvador, BA: JusPodivm, 2015.

## **A EFETIVAÇÃO DO DIREITO A EDUCAÇÃO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: Estudo de Caso em uma Escola localizada no interior de um Centro Socioeducativo de Internação.**

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso Balbino  
OLIVEIRA, Letícia Salgado

**Palavras-chave:** Educação. Efetivação. Socioeducativo.

### **INTRODUÇÃO**

A educação é de direito de todos sendo resguardada pela Constituição Federal e prevista como direito fundamental elementar à garantia da qualidade de vida. Assim, todas as crianças e adolescentes conforme a visão do Estatuto da Criança e do Adolescente têm o acesso garantido à educação inclusive os que estiverem em medida socioeducativa de internação. Surge, assim, a problemática que norteará o presente trabalho, qual seja: Como está sendo realizada a aprendizagem cognitiva fundamental à educação dos alunos em cumprimento de medidas socioeducativas de internação no noroeste de Minas Gerais? Este trabalho tem como objetivo principal estudar como está sendo realizada a efetivação do direito fundamental à educação dos alunos em cumprimento de medidas socioeducativas de internação no noroeste de Minas Gerais apresentando o direito fundamental a educação prevista na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e bases da Educação; compreendendo as medidas socioeducativas e a possibilidade de aplicação da medida de internação e conhecendo a forma como vem sendo realizada a efetivação do direito fundamental em educação dos alunos em cumprimento das medidas socioeducativas de internação. Portanto, o presente trabalho acadêmico gira em torno da efetivação do direito a educação nas medidas socioeducativas de internação. Primeiramente, deve-se considerar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) declara em seu artigo 3º que as crianças e os adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais as pessoas humanas. Entre esses direitos está o direito a educação. A medida educativa está prevista no Estatuto da Criança e do adolescente elas são divididas em seis, sendo elas: advertência, obrigação de reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade e em último caso aplicação da medida de internação. Sendo que a medida de internação é a mais severa delas. Segundo Meneses (2006), a educação é bem mais que instruir ela constrói o caráter do sujeito e capacita as pessoas para a convivência no meio social como ser humano racional assim representando o desenvolvimento da personalidade em busca de sua cidadania. Será realizada uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e empírica, tendo como técnica de pesquisa a aplicação de um questionário estruturado com os pedagogos do socioeducativo pesquisado.

### **REFERENCIAS**

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MENESES, Elcio Resmini. **O Ministério Público e as medidas socioeducativas**: uma reflexão jurídico-pedagógica. UFRGS LUME. 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8583>> Acesso em: 25 abr. 2015.

## **POLUIÇÃO DA ÁGUA RESUMO**

VALIM, Viviana Aparecida  
SANTOS, Larissa Cristina Silva dos  
BALBINO, Michelle Lucas Cardoso

**Palavras-chave:** Poluição. Água. Meio Ambiente.

Este trabalho tem por objetivo apresentar as causas e as consequências da poluição da água. Por ser uma alteração ecológica que prejudica direta ou indiretamente a vida da população e impede algumas atividades econômicas como a pesca e agricultura, torna-se necessário o seu estudo. Assim, surge a problemática que norteia o presente trabalho que consiste em responder ao seguinte questionamento: Como evitar a poluição das águas territoriais e marítimas? Primeiro serão apresentadas às causas da poluição da água discutidas no decorrer dos tempos, os principais fatores de deterioração dos rios, mares, lagos e oceanos são: poluição e contaminação por produtos químicos e esgotos, o homem tem causado todo esse prejuízo à natureza, através dos lixos, esgotos, dejetos químicos industriais e mineração sem controle. Em seguida serão abordadas as consequências que afeta a saúde humana e dos animais, a contaminação e a presença, num ambiente de seres patogênicos, que provocam doenças, ou substâncias, em concentração nociva ao ser humano. A escolha pelo tema justifica-se pelo fato da água ser um elemento necessário para todos, estando em constante poluição, o que prejudica a saúde de todos os seres humanos. Afinal de contas, o homem tem contribuído drasticamente com lançamento de efluentes industriais, fertilizantes químicos, e o despejo de esgoto sem tratamento contaminando rios, lagos e mares, as águas poluídas de um rio não podem ser utilizadas para o consumo humano, é preciso conservar de modo sustentável a água, a quantidade da água depende de sua qualidade. (PENSAMENTO VERDE, 2013).

### **REFERÊNCIA**

PENSAMENTO VERDE. Causas e consequências da poluição da água. 10 set. 2013. Disponível em: <<http://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/causas-consequencias-poluicao-agua/>> Acesso em: 07 abr. 2015.

## O PROCESSO DE ENSINO NA ESCOLA RESUMO

BENTO, Micaelly de Sousa.  
MELO, Evânia Moura de Abreu.  
SANTOS, Maria Jaciara Félix dos.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Ensino. Aprendizagem. Professor. Aluno.

Este trabalho objetiva apresentar um resumo do capítulo intitulado “O Processo de Ensino na Escola”, do livro Didática, de Libâneo (1994). O processo de ensino, na íntegra, se caracteriza por uma relação de reciprocidade entre as partes envolvidas (professor e aluno). O ensino compreende ações conjuntas do professor e do aluno pelas quais estes são estimulados a assimilar consciente e ativamente os conteúdos e os métodos com suas forças intelectuais próprias. Um bom aprendizado se caracteriza por uma forma de pensar própria, um acúmulo de conhecimentos, um modo de vida. É nesse ponto que entra o fundamental papel do professor, uma vez que este deve dominar a matéria, avaliar o aluno permanentemente de modo que as suas dificuldades vão sendo diagnosticadas e gradativamente sanadas. O ensino em si, busca resultados para a vida na sociedade como um todo. O ato de conduzir o ensino requer uma clara e segura compreensão do processo de aprendizagem que consiste em entender como as pessoas aprendem, essa é a função principal do ensino, a transmissão e assimilação dos conteúdos e focar no desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno. Pode-se diferenciar os dois tipos de aprendizagem: a casual e a organizada. A aprendizagem casual surge naturalmente com a interação das pessoas no ambiente em que vivem; já a aprendizagem organizada é aquela mais específica, com habilidades e normas de convivências sociais e é na escola que são organizadas tais condições, tarefa específica do ensino. Quando se fala em aprendizagem humana pode-se abordar dois níveis: o reflexo e o cognitivo. O reflexo está relacionado às sensações pelas quais se desenvolve o processo de observação e percepção das coisas e ações motoras. O cognitivo se refere à aprendizagem de determinados conhecimentos e operações mentais caracterizada pela apreensão consciente, compreensão e generalização das propriedades e relações essenciais da realidade. Conclui-se que o trabalho docente é um processo organizado de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos para que o estudante possa dominar habilidades e desenvolver operações mentais, se preparando para a vida social e para o trabalho.

### REFERÊNCIA

LIBÂNEO, José Carlos. O Processo de ensino na escola. In: \_\_\_\_\_. **Didática**. reimpressão. São Paulo: Cortez, 1994. (Série formação do professor). p. 77-100.

## **A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO GESTOR NO DESEMPENHO DAS EQUIPES ESCOLARES (PESQUISA EM ANDAMENTO)**

BAEÇA, Sebastiana da Consolação.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar. Equipes Escolares. Liderança.

### **INTRODUÇÃO**

Um dos grandes desafios da atualidade é o trabalho em equipe. Uma equipe coesa, dinâmica e articulada traz resultados satisfatórios em qualquer tipo de empreendimento. Dos gestores são exigidas habilidades e competências para liderar de modo que as pessoas se sintam envolvidas e comprometidas com os valores da instituição. O exercício da gestão implica liderança. O gestor escolar integra, motiva e procura ao máximo a valorização das pessoas, consciente de que sem uma equipe atuante os resultados poderão deixar a desejar. Esta pesquisa objetiva analisar a atuação do gestor escolar como articulador e dinamizador das equipes escolares, num cenário de pouca fluidez no desempenho das respectivas equipes.

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

O gestor escolar é o grande articulador na construção de um ambiente de diálogo e de participação junto às equipes escolares, visando um melhor desenvolvimento do trabalho dos profissionais para o sucesso do processo organizacional, tendo competência para gerir, planejar, implementar, acompanhar, coordenar e avaliar projetos e ações educacionais, sem perder de vista o perfil do trabalhador: criativo, compreensivo, inovador, responsável e tenha velocidade mental, saiba trabalhar em equipe, tome decisões, tenha autoestima, sociabilidade e atue como cidadão (GOHN, 2011). Libâneo (2004) afirma que liderança é a capacidade de influenciar, motivar, integrar e organizar pessoas e grupos a trabalharem para a consecução de objetivos. Desse modo, cabe ao gestor escolar buscar os meios necessários para que os objetivos planejados se tornem uma prática no cotidiano da escola.

### **METODOLOGIA**

A pesquisa, de abordagem qualitativa, será bibliográfica e de campo, sendo que a coleta de dados se dará através da aplicação de um questionário a 01 (uma) gestora e 03 (três) professores do Ensino Fundamental de uma escola municipal do Noroeste Mineiro. Será utilizada a análise de conteúdo para cortejar os dados coletados. Como base teórica, foram contemplados autores como Libâneo (2004), Lück, 2010) e outros.

### **REFERÊNCIAS**

GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. V. 26. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. Liderança em gestão escolar. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. (Série Cadernos de Gestão, 4).

## RESUMO

XAVIER, Edivânia Fernandes Araújo.  
BAEÇA, Sebastiana da Consolação.

**Palavras-chave:** Educação. Economia. Classes Populares.

Este resumo é do livro “Educação Comunitária e Economia Popular”, de Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez (Orgs), publicado em 2005. Os autores nesta obra levantam questões importantes aos profissionais da educação ao trabalhar a educação comunitária e a economia popular, evidenciando a interação entre ambas nas classes populares, através de conteúdos que englobam processos educativos, setores populares e produção, onde o saber e a criatividade lutam pela subsistência, a globalização da economia. No primeiro capítulo o autor conceitua educação comunitária como uma expressão da educação popular que se constitui em uma diversidade de experiências pedagógicas e de formação humana, que convergem para o desafio da emancipação social e da reinvenção nas formas de produzir a vida em sociedade, destacando os seguintes pressupostos: educação, organização e produção; educação comunitária e modernidade e algumas interrogações. O segundo se refere à educação comunitária e ao desenvolvimento sócio-político, nele expõe problemas, fala da educação socialmente produtiva e aponta elementos básicos dos processos educativos. No terceiro, discute a economia de solidariedade e organização popular. O capítulo está dividido em tópicos: economia popular; economia de solidariedade; economia popular de solidariedade; estruturas da ação e da organização popular; perspectivas, potencialidades e contribuições às organizações de economia popular. Gadotti discute a prática pedagógica da economia solidária, mais que um modo de produção, e sim como um modo de vida tomando como base os seus valores, princípios e práticas. O quarto capítulo, menciona o início do século XXI: o Norte contra o Sul – o capital contra o trabalho e assinala mudanças estruturais; mudanças políticas globais; crise de civilização; América latina: a colheita dos anos 80; dívidas, ajuste neoliberal e iniciativas para as Américas; revolução da sociedade civil; agenda popular para os anos 90. O quinto e último capítulo, versa sobre os alcances educativos do fator “C”, são apresentadas algumas hipóteses e enfoques como: aproximação histórica; aproximação temática; relações educativo-comunicativas. Finalizando suas reflexões, os autores revelam a real situação da pobreza no Brasil, o que preocupa educadores que lutam por uma educação popular comunitária voltada para a cidadania, participação política e ação transformadora.

## REFERÊNCIA

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. **Educação comunitária e economia popular**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

## A DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS E SEU REFLEXO NO TRÁFICO

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
FERNANDES, Rafael Donizete  
BRANDÃO, Reginaldo Rocha  
BALDEZ, Jadson Rocha

**Palavras-chave:** Drogas. Consumo. Descriminalização.

A presente pesquisa aborda a descriminalização do uso de drogas, sua nova política criminal, e seus efeitos perante a sociedade desde a entrada em vigor da Lei 11.343 de 2006 (Lei de Drogas). Dentro desse tema, surge a seguinte problemática: A política de descriminalização do uso de drogas contribuiu para a diminuição do tráfico? Para responder a essa pergunta, este trabalho se propõe a estudar o atual regime criminal do uso de drogas; compreender os impactos do uso de drogas na sociedade e, por fim, pesquisar os efeitos que a descriminalização do uso de drogas provocou no tráfico. O estudo sobre essa temática se justifica por conta das constantes discussões acadêmicas acerca do uso de drogas enquanto agente fomentador do tráfico no país. Para tanto, foi empregado o método qualitativo, de cunho bibliográfico, baseado em grandes obras sobre o tema. Parte da doutrina defende a tese de que qualquer conduta relacionada ao consumo não deveria ser punida. Baseando-se no princípio da alteridade, tal corrente entende que ninguém pode ser punido por fazer mal a si próprio. Porém esta tese é enfrentada por uma parcela da doutrina que prega que os malefícios do uso de drogas “adoecem” por reflexo toda a família do usuário. Tudo e todos ao redor do usuário terminam afetados. Argumenta-se, ainda, que o Estado também acaba tendo gasto com este usuário. Por este ponto de vista, o usuário não tem o direito de gerar todos estes reflexos, o que justifica a sua punição. O abuso e a dependência das drogas é um problema de saúde pública que afeta muitas pessoas e tem uma grande variedade de consequências sociais e na saúde dos indivíduos. (CUNHA, 2014).

### REFERÊNCIA

CUNHA, Danilo Ricardo de Paiva. **Despenalização do uso de drogas:** análise da política criminal (art. 28 da Lei nº 11.343/06). Jus Navigandi, Teresina, PI, ano 19, n. 4036, 20 jul. 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/30312>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

## **QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS DA LEGALIZAÇÃO DO USO E COMERCIALIZAÇÃO DA MACONHA NOS PROBLEMAS SOCIAIS CAUSADOS PELO TRÁFICO?**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
FERNANDES, Rafael Mangabeiro

**Palavras-chave:** Legalização. Uso. Comercialização. Tráfico.

O presente artigo tem como temática a questão da legalização do uso e comercialização da maconha, abordando os efeitos que essa política pública pode provocar no tráfico. Com isso, foi fixada a seguinte problemática: Quais as consequências da legalização do uso e comercialização da maconha nos problemas sociais causados pelo tráfico? Para responder tal questionamento, este artigo buscou identificar o conceito de tráfico de drogas e as suas razões de existência; conhecer os principais problemas sociais causados pela prática do tráfico de drogas; e refletir sobre as consequências da legalização do uso e comercialização da maconha nos problemas sociais causados pelo tráfico. O trabalho tem como justificativa a necessidade de se discutir e pensar soluções para esse problema social grave que é o tráfico de drogas. A metodologia utilizada é qualitativa, de cunho bibliográfico, com o apoio de dados publicados em pesquisas nacionais e internacionais, notadamente nos países em que já houve a legalização total ou parcial o uso e comércio da maconha. Segundo o Estudo nº. 765 do Senado Federal, a liberação do uso recreativo da maconha pode vir a ser uma arma contra o tráfico de drogas, mas pode gerar outras consequências graves. Por exemplo: na saúde, com aumento da procura por atendimento devido às doenças respiratórias, ou o maior índice de acidentes no trânsito pelo seu efeito alucinógeno (que é maior que do álcool). Todavia, tal legalização possui um outro lado, mais positivo, que consiste em afastar o usuário da maconha da procura pela droga de forma ilícita (as “bocas de fumo”), fato este que evita o acesso a outros tipos de droga de poder alucinógeno maior que a maconha, o que acabaria por enfraquecer o tráfico.

### **REFERÊNCIA**

SENADO FEDERAL. **Estudo nº 765, de 2014**. Referente à STC nº 2014-00720, do Senador CRISTOVAM BUARQUE, acerca da regulamentação dos usos recreativo, medicinal e industrial da maconha. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/05/27/estudo-no-765-de-2014>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

## IPVA NÃO PAGO: É LEGAL A APREENSÃO DO VEÍCULO?

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Bemo Nunes de  
LIBOREIDO, Gleiton Coimbra  
MELO, Talles Ribeiro  
MONALISA, Marcela  
RUTH, Débora

**Palavras-chave:** IPVA. Apreensão. Veículo

De forma objetiva, o presente artigo visa estudar uma prática comum no Estados de Minas Gerais que consiste na apreensão do veículo automotor pelo não pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Sendo assim, surge a problemática que norteará a pesquisa, qual seja: é legal a apreensão do veículo em razão de débito relativo ao IPVA? Para responder a essa pergunta, foram fixados os seguintes objetivos: estudar o regime jurídico do IPVA; compreender a formação obrigação tributária, bem como os meios legais de cobrança do crédito tributário oriundo do seu inadimplemento; e, por fim, refletir sobre a possibilidade de utilização da apreensão do veículo como forma de coagir o sujeito passivo a pagar o tributo. Esta pesquisa se justifica pela necessidade de se investigar a questão sob a ótica dos direitos e garantias do contribuinte, com a pretensão de informar toda a comunidade sobre o tema. O método utilizado é o qualitativo, de cunho bibliográfico, apoiando-se na doutrina mais autorizada a esse respeito. Sobre o IPVA, Eduardo de Moraes Sabbag (2012) nos ensina que se trata de um imposto de competência estadual, previsto na Constituição Federal. Seu fato gerador é a propriedade de veículo automotor de qualquer natureza, não sendo suficiente o seu mero uso, posse ou detenção. O autor ainda ensina que o sujeito passivo desse imposto é o proprietário do veículo, assim entendido como a pessoa física ou jurídica para quem o veículo esteja licenciado. A formação dos impostos se dá pelo “fato gerador”, que acontece quando o contribuinte pratica tal ato, e conseqüentemente nasce a obrigação tributária. Os meios de cobrança do crédito tributário decorrente do inadimplemento dessa obrigação estão previstos no Código Tributário Nacional (CTN), que traz medidas como aplicações de multas, juros e a possível execução fiscal. A apreensão do veículo pelo inadimplemento do IPVA não é prevista no CTN, mas sim como uma medida administrativa expressa no art. 228 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Planalto, 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Planalto, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito tributário**. 13. Ed., Niterói, ES: Impetus, 2012.

## IMPENHORABILIDADE DE QUANTIA EM CARDENETA DE POUPANÇA

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
SANTOS, Ailton Luiz  
FERREIRA, Franciele  
CAIXETA, Paulo

**Palavras-chave:** Impenhorabilidade. Depósito. Poupança.

O presente trabalho tem como escopo discutir a impenhorabilidade da quantia de até 40 salários mínimos depositada em caderneta de poupança do devedor que sofre execução forçada, conforme previsto no Artigo 649, X, do Código de Processo Civil (CPC). Assim, surge a problemática deste artigo, qual seja: essa quantia depositada em conta poupança do devedor que responde a processo judicial de execução deve ser impenhorável em qualquer caso? Para tanto, foram fixados os seguintes objetivos: estudar os princípios norteadores do processo de execução, com especial atenção para as suas finalidades; conhecer os propósitos das regras de impenhorabilidade previstas no CPC; refletir sobre a impenhorabilidade dos valores depositados em poupança frente às metas do processo de execução. A presente pesquisa foi motivada pela necessidade de se apresentar um estudo sobre o tema, visto que a incorreta interpretação do instituto da impenhorabilidade pode gerar insegurança jurídica dos credores. O método utilizado é o qualitativo, de cunho bibliográfico, revisitando as principais obras publicadas sobre o tema. Sobre a impenhorabilidade, o CPC traz diversos casos de bens do devedor que são protegidos pela impenhorabilidade, como por exemplo, as provisões de alimentos, os bens empregados no exercício de profissão, os salários e a quantia depositada em conta poupança no valor máximo de até 40 salários mínimos. A vedação à penhora de determinados bens tem respaldo no princípio da dignidade da pessoa humana e visa, justamente, evitar que a execução forçada cause um dano excessivo ao devedor, reduzindo-o a situação degradante. A impenhorabilidade pode ser de natureza absoluta ou relativa. No caso da impenhorabilidade relativa, deve ser levado em consideração o caso concreto, de modo que se não forem encontrados outros bens que possam satisfazer a obrigação devida, os bens relativamente impenhoráveis poderão ser objeto de penhora. (THEODORO JÚNIOR, 2004).

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 5.869 de, 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Planalto, 1973. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm)>. Acesso em 28 abr. 2015.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol.2. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

## REDUÇÃO DA MAIORIDADE NO BRASIL: AVANÇO OU RETROCESSO?

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
MAGALHÃES, Hortência Barbosa  
SILVA, Agnaldo Caetano  
ZAPATER, Janaina

**Palavras-chave:** Maioridade penal. Aspecto social. Consequências.

No presente trabalho iremos expor a redução da maioridade penal, de maneira clara, objetiva e argumentativa. Atualmente no Brasil, segundo o sistema jurídico vigente, a maioridade penal se dá aos 18 anos de idade. O Estado entende que o menor não possui desenvolvimento mental completo para compreender o caráter ilícito de seus atos. Para a maioridade penal, não se busca inteligência destacada, capacidade de tomar decisões complexas, mas somente a formação mínima de valores humanos que uma pessoa deve ser dotada, podendo discernir entre o certo e o errado, entre o que constitui crime e livre arbítrio. Com toda essa discussão e em meio a tanta violência muitos se perguntam quais os benefícios ou malefícios da redução da maioridade Penal. É a imputabilidade que se faz presente quando o sujeito compreende a ilicitude de sua conduta e mesmo assim a segue. A medida em que observamos e lemos a respeito do tema, sentimos a necessidade de apresentar e entender os dois lados da moeda: quem é contra ou favor dessa redução. Apresentaremos, discussões entre o que a mídia, juristas, políticos e a sociedade têm discutido e abordado acerca deste assunto, de uma maneira objetiva. Faremos uma abordagem sobre a maioridade penal em outros países que fazem com que este quadro de calamidade pública seja reduzido, em que ao invés do Estado proteger, puna o infrator, colocando este fora do convívio com a sociedade, que vive diariamente uma sensação de insegurança e desconforto. Outro fator que será tratado neste trabalho é a questão do voto e da cidadania em relação ao início da atividade eleitoral realizada pelos cidadãos brasileiros em contraste com a sua condição de maturidade relevada para tal ato. Tanto Luis Roberto Barroso como tantos outros estudiosos e profissionais de diversas áreas, analisam as diferentes linhas de pensamentos em torno da redução da maioridade penal não são recentes no Brasil. Ao longo do tempo percebe-se uma tendência a enxergá-la como um instrumento suficiente e necessário no combate à violência, um remédio social, que socorre a todos. De qualquer modo, a fim de fortalecer seus argumentos, defensores e opositores dessa tese apoiam-se na crítica ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA está no epicentro dos debates relativos ao assunto, doutrinadores e formadores de opinião frequentemente questionam sua eficácia. O clamor popular deve constituir-se de referencial para a instituição de leis desde que não macule os princípios do Estado Democrático de Direito. Eis o desafio imposto aos legisladores brasileiros em sua tarefa de promover as condições para a conquista da justiça. O estado precisa abandonar seu lado passivo e olhar com mais atenção para a sociedade, que já está absolutamente em processo de degeneração social. É preciso sim reduzir a maioridade penal no Brasil, mas adicionado a este fator um bom sistema carcerário e boas políticas de ressocialização, para que o indivíduo saia da cadeia totalmente diferente de como entrou.

### REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas**, Renovar, 4. ed., Rio de Janeiro/São Paulo.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

## O CONCURSO DE AGENTES NO FILME “ASSALTO AO BANCO CENTRAL” RESUMO

BRANDÃO, Marcos Thadeu  
ROCHA, Adelmo  
SALES, Adriano  
BRANDÃO, Renato

**Palavras-chave:** Filme. Assalto. Banco Central.

A partir da análise do filme brasileiro “Assalto ao Banco Central”, é possível verificar a tipificação preconizada no artigo 29, da Lei 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), referente ao concurso de agentes, realizado pelas personagens da trama que praticaram a conduta criminosa. O filme baseia-se na história real do furto ao Banco Central de Fortaleza, realizado em agosto de 2006, por um grupo de criminosos. O furto praticado por meio de um túnel cavado por debaixo da agência bancária, resultou na subtração da quantia estimada de 164,7 milhões de reais, que estavam armazenados no interior do cofre. O concurso de agentes caracteriza-se pela cooperação desenvolvida por mais de uma pessoa para o cometimento de uma infração penal; chama-se ainda, em sentido lato, coautoria, participação, concurso de delinquentes, concurso de pessoas ou, cumplicidade. (NUCCI, 2014). Os criminosos retratados no filme praticam o mesmo delito, eis que concorreram para a ocorrência do resultado, ou seja, tinham em mãos as “rédeas” do fato (Teoria do Domínio do Fato). No cometimento do crime participaram treze pessoas, às quais destacaremos de acordo com o nome atribuído na obra cinematográfica: Barão (o chefe do grupo), Carla (a gerente da operação), Mineiro (ajudava na vigilância da obra e no descarte da terra retirada no túnel, além de ter participado da subtração do dinheiro no cofre, juntamente com Barão e Carla), Doutor (o engenheiro que supervisionava os trabalhos de escavação), Tatu (o mestre de obras do grupo que manejava a broca para escavar o túnel), Caetano, Décio, Saulo e Firmino (ajudavam na escavação do túnel e na retirada do dinheiro no cofre manuseando os baldes através das cordas para retirarem o dinheiro do cofre), Léo (ajudava a retirar a terra do túnel e na segurança), Devanildo (realizava os serviços burocráticos da empresa de fachada além de ter adulterado umas das cenas do crime), Moacir (vigilante do Banco Central que forneceu ao Barão um mapa de cobertura dos sensores de movimento do prédio e plantas do cofre com a disposição das câmeras de segurança). É indubitável afirmar que as personagens descritas foram autores diretos (ou imediatos), contribuindo para a realização da conduta criminosa, e preencheram os requisitos do concurso de agentes, eis que, além de um liame subjetivo entre os agentes, verifica-se ainda uma pluralidade de condutas, mostrando-se necessários todos os integrantes para a realização do furto. Ademais, percebe-se que cada conduta descrita na trama possuía um nexos causal, de modo que uma ação não se realizaria sem outra. Outro aspecto interessante é a atuação da personagem Gouveia (quem forneceu o dinheiro e suprimentos para a realização do assalto), como autor indireto ou mediato, na forma especial da autoria de escritório, haja vista que se utilizou de outra pessoa, no caso, o Barão, como instrumento na prática delituosa.

### REFERÊNCIAS

ASSALTO AO BANCO CENTRAL. Direção: Marcos Paulo. Globo Filmes, Total Entertainment, Fox International, Telecine, 2011. 1 DVD (104 min.), son.Color.

NUCCI. Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal** – 10. ed. ver., atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

**O NOME DA ROSA: A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA IDADE MÉDIA, FEITA PELA  
SANTA INQUISIÇÃO  
RESUMO**

MELO, Wedson  
BRANDÃO, Marcos Thadeu

**Palavras-chave:** Investigação. Inquisição. Pena.

“O Nome da Rosa” é um filme baseado na obra homônima de Umberto Eco. A trama se desenvolve no ano de 1327, num mosteiro da Itália medieval. William de Baskerville, um monge franciscano, chegou ao mosteiro para participar de um conclave, mas mortes misteriosas aconteceram e ele passou a investigá-las, seguindo os ensinamentos de Aristóteles, por meio da razão. Entretanto, antes que ele concluísse as investigações, Bernardo Gui, o Grão-Inquisidor, chega ao local e procede uma investigação inversa à de William. A Santa Inquisição, criada para punir aqueles que eram contra os dogmas da igreja, não buscava provas cabais que pudessem, de fato, solucionar o caso. Na verdade, ela buscava e usava elementos não objetivos, irracionais, para condenar o réu, aplicando-lhe castigos cruéis e, dependendo da heresia, a pena de morte. Evidencia esse contexto o fato retratado no filme de que Bernardo Gui condenou uma moça por bruxaria por estar de posse de uma galinha preta, considerada objeto de adoração ao demônio. William vai até à biblioteca e desvenda o mistério, que girava em torno de um livro dedicado à comédia, que teve suas páginas envenenadas para evitar a disseminação de seu conteúdo. O centro desse romance é a biblioteca do mosteiro, que guardava livros que traziam um conteúdo considerado perigoso para o poder da Igreja e poderiam ameaçar sua hegemonia no controle do conhecimento. O filme retrata o poder dominante da Igreja, que impedia que o conhecimento fosse acessível. Ele retrata também a forma como era tratado aquele que questionasse os dogmas da Igreja: submetido a “julgamento” pela Inquisição, condenado pelos sacerdotes, mesmo com base em argumentos falhos, à pena de morte, queimado vivo para que fosse purificado e se redimisse de seus pecados. Por isso, a Idade Média na qual se passa o filme ficou também conhecida como a “idade das trevas”.

**REFERÊNCIA**

**O NOME Da Rosa.** Direção: Jean-Jacques Annaud. Produção: Bernd Eichinger, Franco Cristaldi, Alexandre Mnouchkine, Bernd Schaefer, Hermann Weigel. Itália, Cristaldifilm, 1986. 130min.

**CONCURSO DE PESSOAS E AUTORIA DE ESCRITÓRIO  
FILME “ASSALTO AO BANCO CENTRAL”  
RESUMO**

SILVA, Geize Almeida  
GRACIANO, Mariel Soares  
GONÇALVES, Keila Santana  
BRANDÃO, Marcos Tadeu de Brito

**Palavras-chave:** Concurso de pessoas. Autoria de escritório. Assalto ao Banco Central.

No ano de 2005, a cidade de Fortaleza - CE tornou-se centro das atenções mundiais, pois foi o cenário de um dos furtos a banco mais bem planejado do mundo. Os bandidos levaram cerca de 164 milhões de reais por meio de um túnel de 84 metros que foi cavado sob o cofre. A obra demorou aproximadamente três meses. No Brasil, até então, é o furto a banco mais sofisticado, articulado e bem esquematizado de que se teve notícia. A síntese do caso inspirou o filme brasileiro “O Assalto ao Banco Central”. Ao analisar tal filme, nota-se que toda a ação é voltada para o “Concurso de Pessoas”, também conhecido como “Concurso de Agentes”, que pode ser definido como a união de pessoas para cometer um crime eventual e temporário, onde temos a conduta consciente e voluntária de duas ou mais pessoas para a prática de uma mesma infração penal. O crime retratado no filme foi plurissubjetivo, pois exigiu uma pluralidade de agentes, com uma espécie de conduta paralela, que de forma mútua todos se auxiliam, visando o mesmo resultado em prol de um objetivo idêntico: a concretização de um delito. Assim responderão pelo delito todos que concorreram para o seu resultado final, ou seja, o que ajudou a planejar, o que forneceu os meios materiais, o que fez intervenção e os que colaboraram para a consumação. O filme retrata o concurso de pessoas exemplificando também a “Autoria de Escritório”. Nesta, uma pessoa comanda uma empreitada criminosa e possui o controle de seus subordinados, exercendo o papel de líder, de mentor intelectual. O filme demonstra uma coligação de criminosos que planejam um furto ao banco por meio de um túnel, sob as ordens de Gouvêa que é advogado, o qual financia todo o esquema, sem se expor. É possível afirmar que a autoria de Gouvêa é a de escritório. O encarregado do crime é o personagem Barão que reúne toda a equipe, fazendo papel de gerente do crime, e contratando especialistas para cumprir as tarefas necessárias do assalto.

**REFERÊNCIA**

**ASSALTO AO BANCO CENTRAL.** Direção: Marcos Paulo. Globo Filmes, Total Entertainment, Fox International, Telecine, 2011. 1 DVD (104 min.), son, color.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

## O CONCURSO DE PESSOAS ASSOCIADO AO ASSALTO DO BANCO CENTRAL

ALMEIDA, Izadora  
CAMARGOS, Breno  
FIORENTINO, Mariana  
BRANDÃO, Marcos Tadeu

**Palavras-chave:** Assalto ao Banco Central. Concurso de pessoas. Teoria monista.

O filme sobre o furto ao Banco Central de Fortaleza/CE foi um dos mais graves da história brasileira, realizado no dia 06 de agosto de 2005, caracterizado pela técnica, individualização das tarefas e organização dos assaltantes. Aplica-se à conduta dos autores o disposto no Art. 29 do Código Penal, que trata do “concurso de pessoas”. Para o doutrinador Rogério Greco, “fala-se em concurso de pessoas quando duas ou mais pessoas concorrem para a prática de uma mesma infração penal” (2011, p.458). Perante isso, surgem alguns requisitos que são: a pluralidade de agentes e de condutas, à qual se caracteriza pela variedade de agentes diante da infração penal; relevância causal de cada conduta, que é a importância do ato na prática da infração; liame subjetivo entre os agentes, isto é, o laço, a união para a participação naquela determinada infração penal; e identidade de infração penal, ou seja, todos devem desejar o mesmo resultado junto à infração que irão cometer. Em regra, o Código Penal adotou a Teoria Monista, a qual assevera que se várias pessoas concorrem para um fato criminoso, todas respondem por um mesmo crime sendo o crime considerado único, ainda que praticado por diversos indivíduos, com natureza indivisível. Visualiza-se no filme a coautoria, em que cada membro da empreitada criminosa desempenha uma importante atividade no cometimento da infração, pois um dos membros era encarregado de administrar e planejar o delito, outro de projetar o túnel para entrar no banco, outro de cuidar da vigilância, todos com a finalidade de subtrair o dinheiro de dentro do banco, exemplo claro da “Teoria do Domínio do Fato”. Segundo Greco “o autor do fato é quem tem o domínio de decidir se seguirá até o fim com o fato criminoso, tendo o poder de desistir da empreitada criminosa”. (2011, p. 465). Dessa forma, pode se concluir que o filme em questão vem a ser uma grande aula sobre concurso de pessoas a partir do momento em que é perceptível a união de vários indivíduos com uma única finalidade; praticar uma conduta delitativa, ou seja, assaltar o banco. Tendo ainda o vislumbre de que cada indivíduo teve seu papel fundamental para a concretização deste crime que veio a ser classificado em segundo lugar dentre os maiores assaltos a banco do mundo.

### REFERÊNCIAS:

**ASSALTO AO BANCO CENTRAL.** Direção: Marcos Paulo. Produção: Walkiria Barbosa; Marcos Didonet; Vilma Lustosa: Rio de Janeiro: 20TH CENTURY FOX, 2011DVD (1h44min).  
GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**, vol. I.13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

## ASSALTO AO BANCO CENTRAL RESUMO

CRISTINE, Amires  
CAMARGO, Bruno  
RUTH, Débora  
BRANDÃO, Marcos Tadeu

**Palavras-chave:** Assalto. Banco central. Concurso de agentes.

O assalto ao Banco Central foi o maior furto bancário já ocorrido no Brasil. Falamos que há um concurso de agentes em razão de várias pessoas terem participado dessa prática. Para que haja o concurso de agentes são necessários alguns requisitos como: pluralidade de agentes e de condutas; relevância causal de cada conduta; liame subjetivo entre os agentes e a identidade de infração penal. (Rogério Greco, 2013, p.418). Mas a principal característica fundamental é a pluralidade de pessoas para que se torne um concurso de agentes. O filme assalto ao Banco Central foi um grande exemplo de autoria de escritório onde se encaixa perfeitamente a todas as características, pois, o advogado organiza e dirige as atividades dos demais. Esse assalto contou com a participação de vários integrantes como advogado, ex-policial, engenheiro, ex-segurança do banco dentre outros. Sendo assim um concurso de agentes onde cada um tem a sua função mediata aquele que pratica um crime por meio de terceiros ou imediata ocorre quando o sujeito executa o delito (Guilherme de Souza Nucci, 2011, p.380). O plano consistiu em construir um túnel para acessar o cofre do banco, partindo de um imóvel alugado para tal fim. O objetivo foi atingir o cofre do banco num sábado para que o furto só fosse descoberto na próxima segunda-feira. O furto aconteceu da maneira planejada e assim todo o dinheiro foi dividido entre os integrantes. Nosso Código Penal sem trazer o conceito de autor, adotou a “Teoria Monista da Ação”, pela qual “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”. Sua aplicação ao filme em análise demonstra que todos os que se envolveram na prática do furto em questão, responderão criminalmente pelos seus atos, na medida de sua culpabilidade, uma vez que na “divisão de tarefas”, cada qual foi responsável por uma parcela da empreitada criminosa.

### REFERÊNCIAS

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**, vol. I.13. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal – 10. ed. ver., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.**

**ASSALTO AO BANCO CENTRAL.** Direção: Marcos Paulo. Produção: Walkiria Barbosa; Marcos Didonet; Vilma Lustosa: Rio de Janeiro: 20TH CENTURY FOX, 2011DVD (1h44min).

## FLORENCE NIGHTINGALE RESUMO

CARDODO, Aleandre  
PIO, Marcelo  
MARTINS, Nathália

**Palavras-chave:** Florence. Precursora. Enfermagem.

No início, a enfermagem realizava procedimentos simples e a atividade era realizada principalmente pelos religiosos. Existia a influência Laica e a Eclesiástica. Anteriormente, houve a tentativa de adaptar e simplificar o curso de medicina por Hipócrates. Nos Estados Unidos a primeira tentativa ocorreu em meados de 1798, Valentine Serman ministrava curso teórico e prático para mulheres. Criada por Curry Cabral a Escola Profissional de Enfermeiros que funcionou em outubro de 1901, hoje atual, Escola Superior de Enfermagem Artur Ravana. Em 1812, as Irmãs de Misericórdia e as Irmãs de Caridade que estudaram na França, fundaram lá um Hospital. Na Inglaterra, Elizabeth Fly e Joseph Fly, divulgaram a necessidade de uma reforma nos cárceres separando os detentos doentes em hospitais para o devido atendimento. Louis Pasteur revolucionou os hábitos de higiene e assepsia da época através da comprovação de existência de micróbios e a possibilidade contágio. Ann Preston, umas das primeiras mulheres a se graduar em medicina nos Estados Unidos, fundou em 1850 o Colégio Médico Feminino o Hospital da Mulher em 1861. Florence Nightingale nasceu em 12 de maio de 1820 na Itália, trabalhou nas Forças Armadas e no Serviço de Saúde Pública na Índia, dos pais cultos herdou esse legado, ela tinha conhecimentos em história, matemática e ciências, e falava vários idiomas. Conheceu Elizabeth Fly, foi superintendente de uma instituição de mulheres da alta sociedade, trabalhou no Hospital *King's College*. Em 21 de outubro de 1854, Florence ofereceu seus serviços a Sidney Herbert, Ministro da Guerra, para servir na Guerra da Criméia, ela recrutou mulheres anglicanas, leigas e católicas, chegando ao local encontrou 1500 enfermos e o local em péssimas condições. Em dois meses colocou o hospital em ordem, havia mortalidade de 75%, depois de seis meses esse índice caiu para 2%. Florence ficou conhecida como a Dama da Lâmpada, pois tinha o hábito de fazer rondas noturnas usando uma lâmpada. A lâmpada tornou-se símbolo da enfermagem. Nightingale contraiu febre tifoide e com o fim da Guerra, em julho de 1856, retornou à Inglaterra e foi aclamada. Mesmo debilitada, fundou a Escola de Enfermagem - Hospital de Saint Thomas.

## REFERÊNCIA

OGUISSO, Taka (Org.). Florence Nightingale. In:\_\_\_\_\_. **Trajetória Histórica e Legal da Enfermagem**. 2. ed. Barueri,SP: Manole, 2005. p.58-97.

**PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM  
MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS/MG  
PARTE 01**

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso  
ARRUDA, Jayne Machado Pacheco  
ROSA, Amanda de Sousa

**Palavras-chave:** Gerenciamento. Resíduos de serviço de saúde. Gestão.

O desenvolvimento tecnológico, apesar das inúmeras inovações e melhorias na qualidade de vida da população, também causa grandes riscos à saúde e ao meio ambiente quando não monitoradas com atenção e cuidado. (ANVISA, 2006). Um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde (PGRSSS) é um instrumento que tem por finalidade estabelecer cada etapa do processo de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, descrevendo as ações a serem elaboradas em seu manejo (BALBINO; BALBINO, 2011). Todos esses fatores condicionaram à elaboração do presente trabalho que irá verificar o panorama do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) em municípios de pequeno e médio porte localizados no Noroeste de Minas Gerais, Brasil. Todos esses fatores condicionaram à elaboração do presente trabalho, que verificará o panorama do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) em municípios de pequeno e médio porte localizados no Noroeste de Minas Gerais, Brasil. Como se pode observar, o presente estudo trata-se de uma análise inicial do processo de gerenciamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde (RSS), que visa principalmente à verificação do atual estágio dos procedimentos no interior de Minas Gerais. Importante destacar que não se trata de um estudo aprofundado, tendo em vista a escassez de informações disponibilizadas pelos gestores entrevistados, tanto em relação à falta de conhecimento de todo o procedimento, como na forma de atuação frente as políticas públicas, mas representa um estudo com bom impacto regional, o qual contribuirá para o arcabouço de informações neste setor na região estudada. Portanto, o presente trabalho tem como justificativa a necessidade de um levantamento inicial destes dados, fator que embasará a construção de novos trabalhos e poderá contribuir para formação de futuras políticas públicas locais em função das conclusões destacadas neste trabalho. Ademais, esta iniciativa reforçou a importância da compreensão ambiental e a garantia da saúde do homem em relação aos RSS's, principalmente na forma de seu gerenciamento e de sua disposição final.

### REFERÊNCIAS

ANVISA. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. **DOU**, 10 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.unesp.br/pgr/pdf/rdc30604anvisa.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BALBINO, E. C; BALBINO, M. L. C. O descarte de medicamentos no Brasil: Um olhar socioeconômico e ambiental do lixo farmacêutico. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 86, mar 2011. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9187&revista\\_caderno=5](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9187&revista_caderno=5)>. Acesso em: 11 dez. 2014.

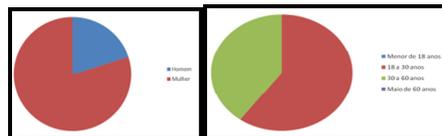
**PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM  
MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS/MG  
PARTE 02**

BALBINO, Michelle Lucas Cardos  
MACIEL, Grazielle Tavares Maciel  
SILVA, Dayvisson Henrique Oliveira

**Palavras-chave:** Gerenciamento. Resíduos de serviço de saúde. Gestão.

O presente trabalho utiliza uma abordagem qualitativa realizando uma fonte direta de dados no ambiente natural (BOAVENTURA, 2004), tendo como técnica a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Em relação à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2005) apontam que se trata de fonte secundária por utilizar meio indireto para coleta de informações sobre o tema estudado, que no presente estudo foi definido em relação aos resíduos de serviços de saúde, sua destinação final e o seu gerenciamento. Para a realização da pesquisa de campo, utilizou como instrumento de coleta de dados entrevistas com os gestores responsáveis pela disposição e ao gerenciamento dos resíduos do serviço de saúde de 03 (três) municípios e 01 (uma) unidade privada, todos localizados no Noroeste de Minas Gerais. Assim, foi realizada pesquisa de todos os resíduos de serviço de saúde dos municípios de Natalândia/MG; Cabeceira Grande/MG e Buritis/MG, todos municípios de porte pequeno e médio localizados no interior do Estado, bem como em 01 (uma) unidade privada no município de Unaí/MG. A pesquisa foi realizada com 05 (cinco) profissionais responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde (RSS) nos locais descritos acima, sendo que dos 05 (cinco) gestores entrevistados apenas 01 (um) gestor é do sexo masculino, enquanto que 04 (quatro) gestoras são mulheres. Estes gestores estão inseridos em uma faixa etária que gira em torno dos 18 (dezoito) anos aos 60 (sessenta) anos. Vejam os gráficos abaixo:

**Gráficos 1 e 2: Gênêro e Faixa Etária dos Gestores Entrevistados**



Fonte: Dados pesquisados

### REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo, Atlas, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. SÃO PAULO: Atlas, 2005. 315p.

**PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM  
MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS/MG  
PARTE 03**

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso  
MORAES, Raissa Kellen Aparecida Moraes  
TAVARES, Nayara Ferreira

**Palavras-chave:** Gerenciamento. Resíduos de serviço de saúde. Gestão.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Primeiramente, questionou-se os gestores quanto à quantidade de resíduos produzidos em 01 (um) mês. Sendo apontado pelo município de Natalândia/MG que a produção é de 50 (cinquenta) quilos de RSS. Já o município de Cabeceira Grande/MG produz 40 (quarenta) quilos. Em relação ao município de Buritis/MG como um todo este produz de 70 (setenta) a 80 (oitenta) quilos, contudo, deste percentual, a área pública é responsável pela produção de 30 (trinta) quilos, enquanto que o setor privado é responsável pela produção de mais de 40 (quarenta) quilos por mês. Por fim, a unidade particular localizada no município de Unai/MG produz sozinho 15 (quinze) quilos por mês de RSS. Importante frisar que pela análise das destinações dos resíduos, na microrregião de Unai, composta pelos municípios em estudo, não existe tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde produzidos. Percebe-se, assim, a necessidade de realização de uma política de incentivo quanto ao tratamento e o destino dos resíduos na própria região a fim de que se evite contaminação por resíduos hospitalares, por causa de manuseamento inadequado destes resíduos. O objetivo de tratar resíduos infecciosos é reduzir os riscos associados com a presença de agentes patogênicos, mesmo não existindo consenso sobre o melhor método, a melhor solução deverá ser resultante da combinação entre variáveis locais como condições geográficas e infraestrutura, além da disponibilidade de recursos e quantidade de resíduos. (FERNANDES, 2013).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desta pesquisa, buscou-se verificar o panorama do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) em municípios de pequeno e médio porte localizados no Noroeste de Minas Gerais, Brasil. Constatou-se que em todos os municípios e instituição privada frutos desta pesquisa, o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde (RSS) está sendo realizado. Ressalta-se, porém que este trabalho não buscou verificar se esses gerenciamentos atendem plenamente aos objetivos propostos, fator que ficará a cargo de novas pesquisas. Ademais, verificou-se que os resíduos de serviço de saúde produzidos na região são transportados para tratamento e destinação final em outros municípios, o que acarreta riscos à saúde da população e ao meio ambiente, quando transporte não é realizado de forma regular e eficiente. Outro ponto observado é que os gestores possuem pleno conhecimento da necessidade de realização de um plano de gerenciamento e sabem das responsabilidades destes em relação aos resíduos de serviço de saúde (RSS) gerados. Por fim, é essencial destacar a necessidade de implementação de políticas governamentais, comunitárias ou empresariais que ajudem a eliminar, ou pelo menos, minimizar os danos à saúde humana e ao meio ambiente. Ações que devem ser realizadas de forma integradora pelos agentes da região, pois desta maneira buscarão evitar o risco de contaminação de áreas em virtude do transporte destes resíduos até o local de tratamento e destinação final.

### **REFERÊNCIA**

FERNANDES, G. M. R. Resíduo Hospitalar: uma questão de saúde pública e Ambiental. **Anais...** IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão. jun. 2013. Disponível em:  
<[http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg9/anais/T13\\_2013\\_0026.pdf](http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg9/anais/T13_2013_0026.pdf)>  
Acesso em: 10 dez. 2014.

## GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA RESUMO

SANTOS, Danielle.  
PORTO, Patrícia.  
LUCIO, RENATA.

**Palavras-chave:** Gravidez. Adolescência. Multiprofissional.

A saúde do adolescente precisa de uma assistência multiprofissional na qual o enfermeiro vem desenvolvendo funções importantes. Para isto, é preciso melhor compreensão e maior conhecimento sobre essa fase da vida. Estudos estatísticos de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, dizem que os adolescentes representam mais de 25% da população mundial, número que vem aumentando nas regiões urbanas. Estima-se que no Brasil há quase um milhão de grávidas sendo que 26% destas são adolescentes. A literatura médica em geral afirma que essas adolescentes podem apresentar complicações como anemia, doenças hipertensivas específicas da gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, infecções, altos índices de morbidade perinatal e recém-nascidos de baixo peso. Além disso, não conseguem criar o filho por ter acabado de sair de sua própria infância. O início da atividade sexual está cada vez maior em jovens entre 15 e 16 anos. O aumento da atividade sexual do adolescente não tem sido acompanhado de aumento proporcional de precauções contraceptivas. Vários trabalhos mostram que a maioria dos adolescentes tem bastante informação sobre métodos anticoncepcionais, no entanto estas informações podem ser incompletas ou parcialmente corretas. Verifica-se também, que os métodos anticoncepcionais mais conhecidos são os hormonais orais, seguidos do método de barreira mecânica masculina, provavelmente, devido a sua ampla divulgação por meio das campanhas de prevenção à AIDS. O dispositivo intrauterino (DIU) também é bastante mencionado. Em muitos casos, os adolescentes praticam a anticoncepção de forma errada ou descontinuada pelo caráter esporádico de suas relações sexuais, e pela desinformação a respeito da anatomia e fisiologia dos aparelhos reprodutores. Não bastam informações sobre métodos anticoncepcionais. Palestras não modificam comportamento. Se os indivíduos forem melhor preparados emocionalmente, cognitivamente, e no seu comportamento geral, isso refletirá no seu comportamento sexual. Os motivos que podem levar os adolescentes a não usarem os métodos anticoncepcionais são: a dificuldade para sua obtenção; a ideia de que a gravidez não vai acontecer, ou porque acham que estes diminuem o prazer sexual, além de serem antinaturais. Este contexto é um desafio para os profissionais, pois deve-se ter em mente que esses jovens são diversos em relação à cultura, caráter, hereditariedade. Os profissionais de saúde devem se qualificar a cada dia. Sendo assim, programas como a prevenção e promoção à saúde dos adolescentes é o método mais eficaz para evitar os agravos citados acima.

## REFERÊNCIA

CARVALHO, Geraldo Mota. Gravidez na adolescência. **Enfermagem em ginecologia**/GERALDO MOTA DE CARVALHO.--1.ed.rev.e ampl. —São Paulo:EPU,2004. p. 59-69.

## CONSERVAÇÃO DOS IMUNOBIOLÓGICOS RESUMO

COSTA, Antonio Rones Barbosa.  
BARBOSA, Jamilye Aparecida E.  
BRAGA, Jakeline Rocha.  
RIBEIRO, Geancarlo Henrique da S.

**Palavras-chave:** Imunobiológicos. Conservação. Rede de frio.

O Programa Nacional de Imunização (PNI), através da rede de frio, um sistema que garante a qualidade dos imunobiológicos, permite o transporte, armazenamento e distribuição desses insumos assegurando-lhes suas características iniciais até o momento em que serão administrados. Por serem produtos termolábeis/fotosensíveis, o excesso de frio ou calor inviabilizam a sua capacidade de imunização, necessitando, portanto de armazenamento adequado para que suas características sejam mantidas. Numa visão ampliada, a rede de frio é uma estrutura administrativa que normatiza, planeja, avalia e financia a manutenção adequada da cadeia de frio; está por sua vez, recebe, organiza, distribui e transporta os imunobiológicos, fechando assim o ciclo da rede de frio na sala de vacinação no município. A complexidade desta estrutura necessita de monitoramento e controle de temperatura que se dá através de instrumentos como: termômetro analógico, infravermelho, registros gráficos e termômetro digital. O armazenamento dos imunobiológicos deve ser feito em geladeiras domésticas ou câmaras frias; atualmente recomenda-se a utilização específica de câmaras frias, devido sua maior eficácia. Alguns cuidados são necessários, dentre eles manter distância da fonte de calor e tomada única e específica para cada refrigerador, este deve manter-se com temperatura entre 2° e 8°C sendo a temperatura ideal 5°C. A higienização das câmaras frias deve ocorrer uma vez ao mês, exceto as geladeiras domésticas que precisam ser limpas a cada quinze dias. O freezer também é utilizado na rede de frio, seu uso fica restrito ao congelamento das bobinas (gelox) reutilizáveis, essas são muito importantes na conservação das vacinas durante o transporte ou atividades vacinais extramuros. A rede de frio precisa possuir um plano de contingência que visa evitar perdas dos imunobiológicos, que ocorre apenas após uma análise realizada pelos órgãos competentes através de processo relatado pelos profissionais de saúde responsáveis pela conservação e administração destes. Diante do contexto conclui-se que a conservação dos imunobiológicos é uma atividade complexa, e exige esforços das três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal e principalmente do profissional de enfermagem que lida diariamente com essa estrutura.

### REFERÊNCIA

BRASIL, Ministério da saúde. **Manual de normas e procedimento para vacinação**. Brasília, DF: 2014. 176 p.

## **A RELAÇÃO ENTRE AS PRISÕES TEMPORÁRIA E PREVENTIVA COM O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
MACHADO DOS SANTOS, Lucas  
ALVARES, Joel Lucas  
MELO, Wedson

**Palavras-chave:** Prisão. Preventiva. Temporária.

Esta pesquisa aborda os temas prisão preventiva e prisão temporária e se fundamenta na seguinte problemática: a prisão preventiva e a prisão temporária afrontam a garantia e o direito fundamental da presunção de inocência, garantido na Constituição Federal de 1988? Para responder a esse questionamento, o presente trabalho pretende cumprir com os seguintes objetivos: analisar a prisão preventiva e a prisão temporária acerca do seu surgimento e embasamento legal; verificar os fundamentos que autorizam a sua decretação; e também relacionar os princípios dessas duas modalidades de prisão com o princípio de presunção de inocência. Para tanto, será utilizado o método de pesquisa qualitativo, de cunho bibliográfico, com o apoio das obras mais importantes acerca do tema. Segundo Guilherme de Souza Nucci (2006), a prisão temporária é uma espécie de prisão provisória, cuja decretação só é cabível no decorrer da fase policial, sem antes mesmo do início da ação penal. Já a prisão preventiva é hoje a principal modalidade de prisão cautelar utilizada no nosso ordenamento jurídico. O Artigo 311 do CPP dispõe que ela pode ser decretada pelo juiz, de ofício, à requerimento do Ministério Público ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. Já o Artigo 312 do CPP traz as hipóteses de sua decretação visando às garantias da ordem pública e econômica, como por conveniência da instrução criminal, ou para a aplicação da lei penal. (NUCCI, 2006).

### **REFERÊNCIAS**

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006

## A CONCRETIZAÇÃO CRIME DE DANO EM RELAÇÃO AO DOLO GENÉRICO E O DOLO ESPECÍFICO

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
PEREIRA, Matheus Lima  
RIBEIRO, Lauriane

**Palavras-chave:** Crime. Dano. Dolo.

O presente trabalho traz como tema o crime de dano, com destaque para a seguinte problemática: A caracterização do crime de dano exige o dolo específico de destruição da coisa sobre a qual recai a conduta? Para tanto, a pesquisa tem como objetivo estudar o crime de dano e o seu regramento jurídico; conhecer as espécies de dolo; e refletir sobre a espécie de dolo exigida para a definição do crime de dano. A pesquisa se justifica em razão das muitas controvérsias existentes à respeito desse elemento subjetivo da conduta necessário à configuração do delito, e se apoiará no método qualitativo, de cunho bibliográfico, revisitando as principais obras publicadas sobre o tema. Segundo Rogério Greco (2006), a maioria dos crimes ou delitos possui uma característica em comum, ou seja, o fato de significarem dano à vítima. A expressão pressupõe uma perda ou diminuição de um bem jurídico, portanto dano é a alteração prejudicial de um bem, ou seja, “a destruição ou a sua diminuição”. Em termos de específica tipicidade do crime de dano, o autor afirma que há muitas controvérsia na doutrina e jurisprudência no que diz respeito a necessidade de atuar o agente com *animus nocendi* para fins de reconhecimento do crime de dano. Portanto o *animus nocendi* é entendido como a finalidade especial com que atua o agente, ou seja, a vontade deliberada de provocar prejuízo a alguém, de causar, com o seu comportamento, um prejuízo patrimonial com um fim de destruir em si mesmo.

### REFERÊNCIA

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal Parte Especial, 3.v. Niterói-RJ: Impetus, 2006.

## **QUAL A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO JUDICIAL QUE JULGA A LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA?**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
MOREIRA, Bianca Gonçalves  
SOUTO, Ernane Francisco  
SILVA, Patrícia Fernandes da

**Palavras-chave:** Natureza jurídica. Decisão. Liquidação de sentença.

O presente trabalho versa sobre a liquidação de sentença, prevista nos artigos 475-A a 475-H do Código de Processo Civil vigente, tendo como foco a decisão final proferida pelo juiz, sendo norteado pela seguinte problemática: qual a natureza jurídica da decisão que julga a liquidação de sentença? Para se chegar a esse entendimento, é necessário compreender o que é liquidação de sentença; estudar as espécies de decisão judicial; e investigar qual espécie de decisão é mais aplicável à liquidação. Esta reflexão se justifica pela existência na doutrina de severa divergência quanto ao tema, e visa oferecer sua contribuição ao deslinde da questão. O método utilizado é qualitativo, de cunho bibliográfico, se apoiando nas mais importantes obras editadas sobre o tema. A liquidação de sentença é procedimento autônomo, de natureza cognitiva, preparatório à execução do título judicial, permitindo-se assim a apuração do quantum devido antes do início da demanda executiva. Dentre as espécies de provimento judicial, destacam-se a decisão interlocutória e a sentença, ambas possuindo conteúdo decisório. A sentença definitiva ou de mérito é aquela que traz em seu conteúdo uma das matérias arroladas no art. 269 do CPC, sendo irrelevante o efeito de por fim ao processo ou fase procedimental. (NEVES, 2014).

### **REFERÊNCIA**

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. 6 ed. São Paulo; Método, 2014.

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: QUAIS OS MOTIVOS DESSA AGRESSÃO?**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
COELHO, Elisama Caroline da Rocha  
SILVA, Daniele Coimbra  
SILVA, Stephanie Mileny Martins

**Palavras-chave:** Violência. Doméstica. Motivos.

Este artigo trata da violência doméstica praticada contra as mulheres no Brasil. Dentro desse tema, foi fixada a problemática que norteará a pesquisa, qual seja: quais os principais motivos que fomentam a violência doméstica contra mulheres no Brasil atualmente? Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos: conhecer o conceito e os principais tipos de violência doméstica; estudar o contexto histórico da violência doméstica contra as mulheres comparando-o com os dias atuais; expor os principais motivos e os respectivos traumas e tratamentos decorrentes da agressão. A pesquisa tem o intuito de apresentar a realidade de muitas mulheres, sendo a violência doméstica um fato de grande dimensão universal, e se apoiará no método qualitativo, de cunho bibliográfico e empírico documental, tendo como fonte a legislação vigente e as publicações mais relevantes sobre a matéria. Nos pensamentos de Cláudia Alves (2005), a violência doméstica é qualquer ato, conduta ou omissão praticada no contexto familiar, que atinge os indivíduos ligados por algum parentesco ou afinidade como, marido e mulher, pais e filhos, padrastos e madrastas e irmãos causando sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou econômicos. Esses atos, muitas vezes, se apoiam no consumo de álcool e outras drogas, bem como na eventual dependência econômica da mulher em relação ao agressor, muitas vezes decorrente da proibição de trabalhar imposta por este. (FONSECA; LUCAS, 2006).

### **REFERÊNCIAS**

ALVES, Cláudia. Violência Doméstica. 2005. 2, 3, 4 fls. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2005. Disponível: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2004010.pdf>>. Disponível em: 15 mar. 2015.

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas. 2006. 24 f. TCC (Graduação em Psicologia) Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Salvador, 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

## HABEAS CORPUS: QUAIS SÃO OS EFEITOS POSITIVOS?

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
COSTA, Eudes Barbosa  
LUCAS, Ricardo Gabriel  
OLIVEIRA, Pedro Joaquim

**Palavras-chave:** Habeas corpus. Efeitos. Liberdade.

Este artigo trata da violência ou coação ilegal na liberdade de ir e vir, quando é sofrida por abuso de poder. Dentro do tema, foi fixada uma problemática que norteará a pesquisa, qual seja: quais são os motivos que levam uma pessoa a impetrar o pedido do habeas corpus? Os objetivos passam por conhecer o conceito e os principais casos em que cabe esta ação; estudar o contexto do dano sofrido pelas pessoas no dia a dia; expor os constrangimentos que as pessoas sofrem do caso decorrente. A pesquisa tem o intuito de apresentar a realidade dos autos índices de violências e coações, fato este que acontece com grande dimensão universal, e se apoiará no método qualitativo, de conteúdo bibliográfico e empírico documental, tendo como fonte a legislação vigente e as publicações mais relevantes sobre a matéria. Nos pensamentos de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2014), a Constituição Federal, seguindo a tendência das constituições contemporâneas, consagra um grande conjunto de direitos ao indivíduo. Com o intuito de assegurar efetividade a esses direitos, institui, paralelamente, as denominadas “garantias”, sendo que, entre essas garantias, destacam-se os “remédios constitucionais”. O habeas corpus é remédio constitucional destinado a proteger o direito de locomoção de pessoa natural, não podendo ser impetrado em favor de pessoa jurídica. Etimologicamente a expressão latina “habeas corpus” deriva dos vocábulos habeas (de habeo - ter, tomar, andar com) e corpus (corpo), os quais, literalmente, significam “tenha o corpo” ou “ande com o corpo”, ou seja, que se tome a pessoa presa e apresente-a ao juiz para ser julgada.

### REFERÊNCIA

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional descomplicado. 13 ed. São Paulo: Método, 2014.

## **FRUTOS DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO UMA DÉCADA APÓS A SUA VIGÊNCIA: CIDADÃOS VULNERÁVEIS E ASCENSÃO DA CRIMINALIDADE?**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
MORAES, Mariana Domingues  
PEREIRA, Israel Santos  
VICENTE, Camila Trigueiro

**Palavras-chave:** Estatuto. Desarmamento. Criminalidade.

A presente pesquisa se presta ao estudo da Lei 10.826/03 – Estatuto do Desarmamento – de forma detalhada, demonstrando se a sua aplicabilidade de fato reduziu a criminalidade, ou apenas expôs a vulnerabilidade dos cidadãos. Com a aprovação do Estatuto do Desarmamento há mais de uma década, surge uma grande dúvida sobre sua eficácia, no combate ao crime, razão pela qual se justifica problemática que norteará este artigo: O Estatuto do Desarmamento diminuiu a criminalidade ou deixou mais vulnerável a sociedade? Como objetivos, iremos conhecer as normas atuais do Estatuto do Desarmamento, compreender os seus pontos negativos e positivos quanto ao combate à criminalidade e refletir sobre a diminuição ou o aumento da criminalidade no país após a sua aprovação. A realização da presente pesquisa se justifica para ampliar os estudos e demonstrar de forma clara qual a eficácia desta lei, e se utilizará do método qualitativo, de cunho bibliográfico, com revisão das principais obras sobre a temática. O Estatuto do Desarmamento tem seu interesse voltado à proteção da vida, a integridade física, a saúde, o patrimônio e a segurança da coletividade. (CAPEZ, 2014). Segundo Fernando Caulyt (2013), um estudo publicado chamado “Mapa da Violência” demonstrou que a taxa de homicídio no Brasil – que vinha crescendo desde 1980 e atingiu 39,3 mil mortes em 2003 – teve uma queda logo após a aprovação do estatuto, oscilando em torno de 39 mil mortes ao ano, conforme dados de 2008. Porém, em 2012, esse número saltou para 56.337 homicídios.

### **REFERÊNCIAS**

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: legislação penal especial, volume 4. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAULYT, Fernando. Estatuto do desarmamento completa 10 anos de resultados questionáveis. 2013. Disponível em: <<http://www.dw.de/estatuto-do-desarmamento-completa-10-anos-de-resultados-question%C3%A1veis/a-16978955>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

## RESUMO DO PROCESSO DE ENFERMAGEM

OLIVEIRA, Laura Guimarães.

MENDES, Lorena Soares.

LUCIO, Renata Silveira.

**Palavras-chave:** Processo. Enfermagem. Planejamento.

O processo de enfermagem é organizado em uma sequência de etapas para que os pacientes recebam cuidados altamente qualificados em um tempo mínimo e com maior competência. O processo apresenta etapas com características distintas entre si. O processo de enfermagem confere caráter legal e científico à profissão, baseia-se no conhecimento, deve ser planejado, centrado no paciente, voltado para obtenção de metas, tem prioridades e é dinâmico. O levantamento de dados é uma coleta sistemática de informações, que poderão ser classificadas como dados objetivos e ou dados subjetivos. A principal fonte para obtenção dessas informações é o paciente (através da história clínica e exame físico) e sua família. O levantamento completo de dados é importante para organização e implementação da assistência, já que facilita o processo posterior que ocorre a partir das necessidades levantadas. Os diagnósticos de enfermagem serão classificados, de acordo com o problema identificado, se “real”, “potencial” e “possível”, contém ainda, enunciado, tal como título, etiologia, e sinais e sintomas. Diante dos problemas reais e colaborativos, como complicações fisiológicas, a enfermeira faz um monitoramento do paciente através do qual estabelece prioridades e institui metas a curto ou longo prazo e com intervenções planejadas. Contudo, para que haja desenvolvimento assistencial eficiente, o enfermeiro utiliza algumas ferramentas como o plano de cuidados, que deverá ser documentado, detalhado e categórico para que as prescrições possam ser compreendidas por todos os membros da saúde e então executados com precisão. É muito importante, para a implementação do plano de cuidados, o envolvimento do paciente e os membros da equipe de enfermagem, já que este transcurso envolve a execução do plano e inclui as prescrições médicas e de enfermagem, que deverão ser documentadas, analisadas e avaliadas. Se a meta é alcançada, fica determinada a eficiência e eficácia do plano e da execução dos cuidados ao paciente. O processo de enfermagem costuma ser aceito como padrão para a determinação da qualidade dos cuidados de enfermagem e contribui para que o paciente tenha tratamento de qualidade e com resultados positivos.

## REFERÊNCIA

TIMBY, Barbara K. **Conceitos e Habilidades Fundamentais no Atendimento de Enfermagem**. 6ª ed. Artmed, 2002.

## OS PRIMÓRDIOS DA PSIQUIATRIA RESUMO

BRANDÃO, Amanda Stephanie Menezes.  
ZICA, Igor Josias da Silva.  
SILVA, Valquíria Soares da.  
MARTINS, Nathália Oliveira.

**Palavras-chaves:** Loucura. Alienados. Psiquiatria.

No Renascimento, conforme a elaboração simbólica da época, ficou atestado o início de um processo de dominação da loucura pela razão. E esse fenômeno não se limitou a Paris ou à França, mas atingiu toda a Europa e não se restringiu somente à esfera estatal. No mundo em geral, a compreensão era de que não havia hospital ou prisão para loucos. No Brasil, o alisamento, bem como a morte ou a tortura, eram fenômenos eminentemente morais e instrumentos de poder político, que foram formas alternativas de fazer desaparecer de vez o doente mental, que provoca angústia, desordem moral e um obstáculo à ordem social. A psiquiatria surgiu, então, com a função de tomar para si a normatização social. A partir de 1830, um grupo de médicos, higienistas na sua maioria, começa a pedir, que se construa um hospício para os alienados. Sem formação psiquiátrica propriamente dita, fundaram a psiquiatria no Brasil. A enfermaria, anexa à lavanderia da Santa Casa, não atendia às exigências, no que se refere aos doentes mentais. A Comissão de Salubridade, designada pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, protestou contra o tratamento bárbaro dado aos alienados. O imperador do Brasil, D. Pedro II fundou um Hospital destinado ao tratamento de alienados, denominado de Hospício Pedro II. Construído, em 1842, e inaugurado em 1852, começou a funcionar em 8 de dezembro de 1852, com 144 clientes hospitalizados, sob os cuidados dos Drs. José Antonio Pereira das Neves e Lallemont. Após a construção do novo prédio, o Ministro do Governo Provisório, Aristides Lobo, pelo Decreto 162-A, de 11 de janeiro de 1890, determinava a desanexação do Hospício e suas colônias da Santa Casa da Misericórdia. Passou então a denominar-se Hospital Nacional de Alienados. No mesmo ano, pelo Decreto 206, as colônias da Ilha do Governador foram anexadas ao Hospício, assim criada a Assistência Médico-Legal aos Alienados. J. J. Seabra assumiu a direção do Hospital Nacional de Alienados, e com a crise de pessoal para cuidar dos doentes mentais, criou-se a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. O ensino das profissões e a criação dessa Escola é um dos primeiros esforços no sentido de desenvolvimento e racionalizar a “Ordem e o Progresso”. Juliano Moreira, após as iniciativas de Teixeira Brandão e outros, tentou transformar essa situação, inaugurando a psiquiatria.

### REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma et al. Os Primórdios da Psiquiatria. In: \_\_\_\_\_. **História da Enfermagem – Versões e Interpreções**. Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS COMO ESTRATÉGIA FUNDAMENTAL NO CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO QUANTITATIVO

### RESUMO

OLIVEIRA, Fyama Freitas.  
SANTIAGO, Mariana Martins.  
LUCIO, Renata Silveira.

**Palavras-chave:** Higienização das Mãos. Controle de infecção. Hospital.

O hospital é local de cura e de atendimento de quem tem necessidade de saúde. Desse modo, deveria propor uma assistência segura perante suas ações assistenciais. Entretanto, esta não é a realidade enfrentada atualmente, já que ainda existem altos índices de infecções hospitalares, comprometendo a assistência prestada. A maioria dos microrganismos associados à microbiota transitória das mãos poderia ser facilmente eliminada através de uma lavagem adequada, evitando a disseminação de infecções nosocômios. Portanto a proposta deste estudo é analisar a frequência de higienização das mãos por profissionais de enfermagem de um Hospital Universitário localizado no município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. As mãos dos profissionais de saúde constituem o maior vínculo de disseminação das infecções hospitalares apesar de todas as evidências da importância de sua correta higienização. Participaram da pesquisa, 50 profissionais de enfermagem escolhidos de forma aleatória. Para coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas. Os dados obtidos foram agrupados pela semelhança e posteriormente analisados e interpretados. O método estatístico utilizado foi o programa Excel. Sobre receber capacitação acerca da infecção hospitalar, 48% responderam que não receberam, e que 34% não responderam. Com relação à higienização das mãos entre um procedimento e outro, 96% dos entrevistados sempre a fazem, enquanto somente 4% a fazem às vezes. Ainda neste sentido, questionou-se como e com que produtos estes realizam esta técnica. Observou-se grande aderência à água e sabão, sendo esta prática citada por 92%, seguida do álcool gel com 44%. O degermante foi citado por 4%, e (4%) profissionais não responderam. Sobre a lavagem das mãos após a retirada das luvas, já que a utilização das mesmas não exclui a obrigatoriedade da higienização das mãos, 86% dos entrevistados responderam sempre a higienizar, ao passo que 14% afirmaram realizar às vezes. Destaca-se que a falta de adesão dos profissionais de saúde a esta prática acarreta a necessidade de reformulação cultural, a fim de valorizar a segurança e a qualidade de assistência. Para que seja atingido o sucesso na prevenção e controle das infecções hospitalares, deve-se primordialmente estabelecer o envolvimento dos profissionais responsáveis, seja no nível individual ou coletivo, no aprimoramento da higienização nas diferentes interfaces do atendimento aos pacientes, visto que essa é uma estratégia chave na diminuição dos índices de infecção hospitalar com possibilidade de morte.

### REFERÊNCIA

COELHO, MS., SILVA ARRUDA, C., FARIA SIMÕES, SM. Higienização das mãos como estratégia fundamental no controle de infecção hospitalar: Um estudo Quantitativo. **Revista Enfermeria Global**, Nº 21, Enero, 2011. Disponível em: <[https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v10n21/pt\\_clinica2.pdf](https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v10n21/pt_clinica2.pdf)>. Acesso em 16 abr.2015.

## ENTIDADES DE CLASSE DE ENFERMAGEM RESUMO

VELOSO, Bruna.  
FIGUEREDO, Thays.  
MARTINS, Nathália Oliveira.

**Palavras-chave:** Entidades de Classe. Enfermagem. COREN.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (CIE) foi criado em 1899 e representa os enfermeiros em todo o mundo. Sua função é representar todos os enfermeiros buscando sempre melhorias na profissão e nas políticas públicas de saúde. O Conselho de Representantes Nacionais (CRN) é o órgão que realiza as decisões técnicas do CIE como aprovação de contas, gerencia de contribuições, admissão e eleição dos membros da diretoria. Essa diretoria é composta por enfermeiros eleitos que representam sua Associação Nacional de Enfermeiros (ANE), cada nação tem direito a um voto, para eleger a diretoria da CIE. O COFEN- Conselho Federal de Enfermagem é quem representa o Brasil perante a CIE. O Brasil também participa do FEPPEN – Federação Pan-americana de Profissionais de Enfermagem. O FEPPEN foi criado em 1970 e reúne 19 países localizados principalmente na América Latina. A diretoria da FEPPEN é sediada no país eleito para o mandato. A ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem foi criada em 1926 e tem por finalidade reunir enfermeiros, técnicos de enfermagem, obstetrias, auxiliares e acadêmicos; proporcionar desenvolvimento técnico científico, político e cultural; divulgar atividades de enfermagem e fazer intercâmbio com outras entidades de enfermagem. O COREN – Conselho Regional de Enfermagem foi criado em 1973 e exerce a atividade de fiscalizar e normatizar o exercício dos profissionais de enfermagem a nível estadual. O COREN é um órgão de filiação obrigatória para todos os profissionais da enfermagem. Atua como aplicador de penas aos profissionais que cometem infrações que pode ser desde uma advertência verbal até a cassação do direito ao exercício da profissão. O Conselho Nacional de Enfermagem(COFEN) foi criado em 1973 e regula todos os CORENs. Normatiza e fiscaliza o exercício dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, cuidando da qualidade dos serviços realizados pelos profissionais de enfermagem e pelo cumprimento da Lei do Exercício Profissional. Os sindicatos são associações fundadas para defender os interesses em comum dos seus representados. Para criação de um sindicato é necessário a associação de pelo menos 1/3 dos profissionais que realizam a mesma atividade na região. Existem os sindicatos municipais, estaduais e federais. O sindicalismo no Brasil se iniciou com a Associação de Enfermeiros da Marinha Mercante em 1929, que depois se transformou em Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante. Os sindicatos são de imensa importância uma vez que tem capacidade legal de representar a categoria no momento de dissídios coletivos de trabalho (GEOVANINI 2002).

## REFERÊNCIA

FREITAS, Genival Fernandes de. Entidades de classe de enfermagem. In: OGUISSO, Taka (Org.). **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 201-216.

## TRANSIÇÃO MONARQUIA/ REPÚBLICA RESUMO

MACHADO, Fernanda.  
ROCHA, Karoliny.  
ARAÚJO, Siône.  
MARTINS, Nathália.

**Palavras-chave:** Transição. Monarquia. República.

O Brasil vivenciou momentos históricos marcados por incertezas políticas, onde diferentes camadas sociais empunhavam contra a monarquia. No período entre 1860 a 1880, com a divulgação de ideias republicanas ganhando força, cria-se o Partido Republicano. A partir de 1880 a sociedade passava por transformações, como a introdução do trabalho assalariado, o avanço nas atividades industriais, o aumento da população e o crescimento das cidades. Tais mudanças reforçaram as ideias abolicionistas e o ideal republicano. O final do século XIX marcou pela decadência do escravismo, pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado e pelas inovações tecnológicas. A tensão entre igreja e estado era visível, ocasionando a separação desses poderes. O militarismo estava descontente com a monarquia, pois havia um envolvimento do poder civil em assuntos específicos aos militares. Várias punições eram aplicadas e gerou a união da Marinha e do Exército fundando, em 1887, o Clube Militar por Deodoro e pelo Major Constant. Seus atos de protestos incomodavam a corte, resultando no exílio do então Marechal, acreditando assim afastar suas ideias e seu domínio sobre a classe militar já que representava uma ameaça nacional. O Brasil deixa de ser escravista e passava a ser capitalista. Com a criação da Lei Áurea, foi garantindo a liberdade de cerca de 75.000 negros. Tal abolição não gerou impasse na economia, como alguns acreditavam, mas significou a expansão do trabalho assalariado e a emigração. Em relação aos negros, a sua situação de ex-escravos não garantiu sua integração à sociedade. Restou o mercado de trabalho livre, uma mão de obra mal remunerada e temporária, colocando-os numa situação marginalizada, de discriminação racial e inferioridade. O governo imperial foi avisado um dia antes que haveria um movimento para derrubar a monarquia que aconteceria no dia 15 de novembro de 1889, dia que Deodoro proclamou a República. No dia 16 de novembro, Deodoro assinou o texto de da proclamação, a organização do governo provisório onde o país passava a chamar Estados Unidos do Brasil. Embora tivesse apoio da maioria da população, o povo só assistiu a proclamação porque na verdade foi um golpe militar. Apesar de república, o governo estava caracterizado pela supremacia militar e para que conseguisse implantar livremente suas medidas, foram feitas eleições para a Constituinte e o governo provisório criou Conselho de Intendência Municipal, que abrangia a saúde pública.

## REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma; et al. **História da Enfermagem** - Versões e Interpretações. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## BREVE HISTÓRICO SOBRE A ENFERMAGEM NO BRASIL RESUMO

LOUZADA, Mayenne Mota.  
MARTINS, Nathália Oliveira

**Palavras-chave:** História. Enfermagem. Florence Nightingale.

Florence Nightingale é a enfermeira conhecida como a pioneira da enfermagem moderna, realizou grandes feitos, salvou vidas, reorganizou a Enfermagem, quebrou preconceitos acerca da profissão, apoiou os soldados feridos escrevendo cartas para os familiares entre outros. Fundou a escola de Enfermagem no Hospital Saint Thomas, que passou a servir como referência para as demais escolas que foram fundadas posteriormente. A formação do enfermeiro para o cuidado, como prática profissional, teve início em 1860, na Inglaterra Vitoriana com Florence. A Enfermagem, para Florence, era uma arte que requeria treinamento organizado, prático e científico; a enfermeira deveria ser uma pessoa capacitada a servir à medicina, à cirurgia e à higiene (MALAGUTTI; MIRANDA, 2010 apud BASTOS *et. al.* S/D). De acordo com Timby (2001), Florence mudou a imagem da enfermagem através de vários fatores, como: o treinamento de pessoas para cuidar dos doentes; a melhoria das condições de saneamento no ambiente dos pacientes, entre outros. Segundo UNIFAP (S/D), a organização da Enfermagem na Sociedade Brasileira, compreende desde o período colonial até o final do século XIX. Segundo Medeiros, Tipple e Munari (2008) a Enfermagem exercida desde a fundação das primeiras Santas Casas tinham um cunho essencialmente prático, gradativamente surge a Enfermagem com fins mais curativos que preventivos. Em 1921, um grupo de enfermeiras norte-americanas iniciou um curso intensivo para a formação das primeiras enfermeiras brasileiras no padrão nightingaleano, a Escola de Enfermagem Anna Nery, que logo passa a ser padrão nacional de qualidade no ensino de enfermagem no Brasil. Atualmente, o trabalho de enfermagem é um trabalho especializado, dividido e hierarquizado entre os auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiros e é fiscalizada pelos Conselhos Federal e Estadual de Enfermagem (COFEN e COREN). Carvalho (2004) diz que, o enfermeiro deve ter método, dedicação, capacidade de observação, amor ao trabalho, devoção ao dever, coragem, a frieza do soldado, a ternura da mãe, a ausência de pedantismo. Göttems, Alves e Sena (2007) destacam três aspectos importantes sobre o contexto atual do desenvolvimento da profissão de enfermagem e sua trajetória, sendo eles: a posição da categoria de enfermagem manifestada por meio dos seus órgãos de classe sobre a profissionalização dos trabalhadores de nível técnico, a regulamentação do exercício profissional por meio das leis e as principais iniciativas já encampadas pelo poder público para induzir e promover a profissionalização de nível médio dos trabalhadores de enfermagem no âmbito do setor saúde.

### REFERÊNCIA

FREITAS LOUZADA, Mayenne Mota; MARTINS; Nathália Oliveira. **Breve histórico sobre a Enfermagem no Brasil:** uma revisão bibliográfica. 2015. 14 f. Trabalho Acadêmico - (Bacharelado em Enfermagem) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Unaí, MG, 2013.

**PADRÃO DE SAÚDE REPRODUTIVA DE MULHERES ENTRE 18 A 65 ANOS RESIDENTES  
EM UNAÍ-MG  
COLETA DE DADOS**

MOTA, Daniela Medeiro.  
AXHCAR, Vanesa M. Moreira.  
OLIVEIRA, Karita Rosa de.

**Palavras-chave:** Saúde. Mulher. Sexualidade.

Por razões culturais o sexo para mulheres, por muito tempo, foi visto como algo ligado à reprodução, sendo o prazer socialmente e moralmente reprimido. As mulheres foram as responsáveis pelas maiores mudanças. Hoje com a conquista da autonomia das mulheres, o sexo não se limita apenas a concepção, passando a fazer parte do cotidiano para que a mulher se sinta pessoalmente valorizada. As mulheres cada vez mais veem buscando espaços com ingressantes no ensino superior. Assim, entendemos que toda essa transformação psicológica e também biológica acarreta em mudanças na convivência social. A sexualidade passou a ser reconhecida como construção social, efeito dos padrões culturais, num período cuja face social não é um fenômeno homogêneo, o que nos leva a considerar que há diferentes adolescências moldadas por processos sociais distintos. A coleta dos dados foi realizada com 187 mulheres, com faixa etária entre 18 e 65 anos de idade, com o objetivo de identificar os padrões de comportamento sexual entre as mulheres. A pesquisa foi aplicada no período de novembro de 2014 como requisito avaliativo da disciplina de Saúde da Mulher e do Recém-nascido. A primeira relação sexual é considerada um marco na vida da mulher, e nota-se que a mesma tem acontecido cada vez mais precocemente. A coleta de dados identificou que 53% das entrevistadas, iniciaram a vida sexual entre os 12 aos 17 anos de idade. Quando questionadas quanto ao número de parceiros sexuais nos últimos 12 meses, observa-se que 72% das mulheres citaram apenas um parceiro sexual o que pode estar relacionado a fatores culturais e socioeconômico como um maior nível de instrução. 36% das mulheres citaram algum tipo de distúrbio durante o ato sexual, sendo a falta de desejo o mais frequente entre eles. Os problemas sexuais femininos podem aparecer devido a diversos fatores como alterações hormonais, parto, amamentação, menopausa, antidepressivos e níveis de estresse até problemas no cotidiano da relação do casal. Para tanto sexualidade para mulheres vai além da satisfação do desejo e da sensação de prazer alcançada, com reflexão sobre as necessidades afetivas femininas, interferindo diretamente para um relacionamento sexual satisfatório acompanhado de prazer. Contudo conclui-se que sexualidade é muito mais que sexo, é carinho, afeto, cumplicidade, amor e companheirismo, proporcionando assim o prazer psicológico atuando com efeitos sobre todo o organismo.

#### **REFERÊNCIA**

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago. **Religião e fecundidade entre adolescentes no Brasil**. Rev Panam Salud Publica. 2012. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v31n1/04.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

## DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA RESUMO

REIS, Luciene Maria dos.  
TERENCIO, Juliana Jaqueline.  
LÚCIO, Renata Silveira.

**Palavras-chave:** Doença Pulmonar. DPOC. Progressiva.

A DPOC Doença pulmonar obstrutiva crônica, é uma doença pulmonar grave com repercussão sistêmica que provoca lesões irreversíveis em seu parênquima e apresenta como característica a obstrução progressiva ao fluxo aéreo. O doente com DPOC apresenta perda de peso significativa, fraqueza dos músculos respiratórios, redução da força dos MMSS e evidente diminuição de força e endurece na musculatura do quadrícipite femoral, o que contribui para a baixa qualidade de vida e para o aumento do número de mortalidade nesses doentes. Os indivíduos com DPOC têm alta prevalência de fatores de risco cardiovascular se comparados com a população no geral e a DPOC aumenta a mortalidade desses indivíduos por falência respiratória. O tabagismo é a maior causa de DPOC e leva a não só uma diminuição da oxigenação por hiperinsuflação pulmonar com redução do fluxo aéreo como a um processo inflamatório sistêmico, reduzindo a resistência à fadiga da musculatura esquelética produzindo hipoxemia, diminuição do fluxo sanguíneo periférico, levando inclusive a abortos espontâneos e partos prematuros. A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) ocupa no Brasil, segundo dados do DATASUS, o quinto lugar dentre as principais causas de morte e o número de óbitos referente a ela vem crescendo nos últimos vinte anos em ambos os sexos. Seu diagnóstico nas fases subclínicas é um grande problema, já que muitos doentes procuram o médico por outros fatores respiratórios, como tosse persistente e produtiva, afecções respiratórias constantes onde não se suspeitará de DPOC. O doente, na fase inicial da doença, muitas vezes associa a tosse ou a diminuição da capacidade aeróbica ou mesmo o cansaço constante ao ato de fumar, mas não acredita que esteja com alguma doença respiratória, já que consegue respirar bem, consegue realizar as suas funções e, na maioria das vezes, deixa de realizar outras atividades físicas alegando idade ou falta de preparação física. Existe uma grande discussão a respeito do diagnóstico para a doença e a maioria dos estudiosos concorda que a espirometria associada à gasometria seja o melhor critério. Uma relação entre o volume expiratório forçado do primeiro segundo sobre a capacidade vital forçada pode ser considerada como um bom indicador da doença, mas não é um bom indicador para detectar diferenças após programas de reabilitação. O tratamento implica uma equipe multidisciplinar que busque reabilitação respiratória através de exercícios físicos e respiratórios com acompanhamento médico; a cessação imediata do tabagismo e o uso prescrito de broncodilatadores.

## REFERÊNCIA

LAIZO, Artur. **Doença pulmonar obstrutiva crônica:** Uma revisão. Revista Portuguesa Pneumologia, Lisboa, v. 15, n. 6, nov. 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?Script=sci\\_arttext&pid=S0873-21592009000600008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0873-21592009000600008&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 24 abr. 2015.

## TRANSTORNOS DO HUMOR E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM RESUMO

REIS, Luciene Maria dos.  
TERENCIO, Juliana Jaqueline.  
OLIVEIRA, Kárita Rosa.

**Palavras-chave:** Episódio Depressivo. Depressão. Psicose.

Este estudo aborda os transtornos de humor e a assistência de enfermagem aos pacientes portadores destas patologias psíquicas. Os transtornos de humor incluem diversos quadros clínicos sendo a depressão maior, a psicose puerperal e o transtorno afetivo bipolar os que mais impactam na saúde dos indivíduos com manifestações clínicas que no geral resultam em um alto grau de incapacitação. A depressão é um transtorno muito frequente na população, ocupando a primeira colocação das doenças que causam incapacitação no mundo. É uma doença que afeta o doente nos aspectos físicos, morais, psicológicos e financeiros. O diagnóstico da depressão deve considerar a presença principalmete de humor deprimido, perda de interesse e prazer, devendo excluir os casos com histórico de episódios maníacos e hipomaníacos. Nos casos mais graves observa-se a presença de sintomas psicóticos, o que geralmente indica um prognóstico ruim. A doença tem etiologia multifatorial. A psicose puerperal é o estado depressivo que afeta a mulher no puerpério de menor incidência, porém suas manifestações clínicas são as mais graves, caracterizando-se por quadro psicótico com predomínio de ideias delirantes com grande risco de suicídio e/ou infanticídio. O transtorno afetivo bipolar manifesta-se com uma alternância entre episódios depressivos e episódios maníacos ou hipomaníacos, com períodos em que permanece com o humor normal. No polo deprimido o paciente apresenta sintomas semelhantes ao da depressão. O diagnóstico do episódio maníaco deve considerar a presença de humor expansivo e irritadiço, auto-estima inflada, diminuição da necessidade de sono e em alguns sintomas psicóticos como delírios de grandiosidade e alucinações auditivas. O transtorno afetivo bipolar é uma doença grave com alta prevalência de incapacitação entre os pacientes, sendo que 15% dos portadores deste transtorno cometem suicídio. O enfermeiro desempenha um importante papel na identificação de usuários dos serviços de saúde com transtornos de humor uma vez que frequentemente este profissional entra em contato direto com os usuários dos serviços em diferentes situações. É importante que o enfermeiro saiba avaliar os aspectos psicológicos dos usuários, buscando identificar dificuldades destas pessoas, as quais podem prejudicar seu funcionamento integrado. O enfermeiro que atua em qualquer nível de atenção deve estar alerta para a importância das ações terapêuticas nos transtornos de humor sendo fundamental traçar estratégias de intervenção, prevenção e profilaxia voltadas para a população atendida.

## REFERÊNCIA

MARISSOL, Bastos de Carvalho. **Psiquiatria para enfermagem / organização** .– São Paulo: Rideel. 2012.

## PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM: A REGULAMENTAÇÃO RESUMO

SOUZA, Thiesca Brandão Palma.  
PRADO, Mariana Gomes.  
MEDEIROS, Camila Luis.  
MARTINS, Nathália Oliveira.

**Palavras-chave:** Regulamentação. Alfredo Pinto. Escola de enfermagem.

O ministro da justiça Dr. Alfredo Pinto, aprovou um novo regime interno da escola que estabeleceu três sessões: a masculina, a feminina e a mista. A sessão masculina não vingou, a feminina, por ter sido patrocinada pelo Dr. Alfredo Pinto, que era o ministro da justiça e negócios interiores, recebeu seu nome e passou a se chamar escola profissional de enfermeiras Alfredo Pinto com o curso de especialização para a formação de visitadoras sociais. O currículo de enfermeiro que vigorava na época, não era apenas para a prática em hospícios, mas também em hospitais militares e civis, que envolvia noções gerais de conhecimento como a prática de enfermagem cirúrgica. A escola funcionou com dificuldades na época, fazendo com que alunos desistissem do curso, pela extensão e complexidade do currículo que eles tinham que seguir. O Dr. Gustavo Riedel criou um ambulatório de profilaxia das doenças mentais e a escola de enfermagem começou a formar também as monitoras de higiene mental, que realizavam assistência aos doentes orientadas por ele. Em 10 de fevereiro de 1927, houve um decreto que regulamentava assistência aos psicopatas e fazia longas referências à escola de enfermagem que dava ênfase aos seguintes pontos: objetivos da escola, sua divisão em duas seções mista e feminina, duração do curso de dois anos, currículo, calendário escolar, entre outros. O país tomou outra dimensão, porque surgem propostas de combate e controle de epidemias e endemias, como foi a reforma Carlos Chagas que criou o Departamento de Saúde Pública, com essa reforma, a assistência hospitalar, infantil e a higiene industrial recebiam tratamento particular. A década de 30 marcou historicamente a trajetória das escolas de enfermagem com o decreto que regulamentava o exercício da enfermagem no Brasil. Nessa mesma década houve, com o movimento revolucionário, a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública cujo primeiro titular foi Francisco Campos. Em sua gestão foi decretado o estatuto das universidades brasileiras e a reforma do ensino secundário. Pouco a pouco a mulher passou a ingressar nas escolas de ensino superior, que teve destaque a escola Alfredo Pinto, que proporcionou uma formação qualificada e abrangente na sua área de conhecimento, na área psiquiátrica e de terapia intensiva.

## REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma; et al. **História da Enfermagem - Versões e Interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## A ENFERMAGEM NO BRASIL RESUMO

NERY, Diego.  
JESUS, Ana.  
SILVA, Bárbara.  
MARTINS, Nathália.

**Palavras-chave:** Enfermagem. Saúde. Educação.

No desenvolvimento da Enfermagem na América Latina, encontramos três períodos em evidência. O primeiro, que é a organização da enfermagem na sociedade brasileira, inicia-se desde o período colonial até o final do século XIX. Neste período, os conhecimentos de saúde e boas práticas de cuidados para com os enfermos eram através de conhecimentos empíricos e também evidenciavam-se as práticas do curandeirismo. A primeira forma de apoio e assistência após o período colonial foi estabelecido por padres jesuítas que vieram ao Brasil com propósito missionário e assumindo assim, a incumbência pela doutrinação cristã daquela população que encontrara. Posteriormente, foram fundados hospitais militares a fim de preservar a vida dos soldados. Em seguida, o desenvolvimento da educação em enfermagem no Brasil teve início no final do século XIX chegando até o início da Segunda Guerra Mundial, e caracterizou-se pela criação da primeira escola de enfermagem no Brasil, denominada hoje Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, na qual o curso tinha duração de dois anos e o currículo priorizava a assistência hospitalar curativa. Porém, a Escola de Enfermagem Ana Nery, redimensionou o modelo da Enfermagem profissional do Brasil, sendo referência para outras escolas. O terceiro período se refere à enfermagem no Brasil moderno, a partir da década de 30, no qual a medicina curativa era privilegiada e os enfermeiros estavam inseridos em sua maioria nos hospitais. Houve uma fragmentação do trabalho, onde os enfermeiros ocupavam os setores administrativos e os atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem eram responsáveis pelo cuidado dos pacientes. Na década de 70, os cursos de pós-graduação em Enfermagem aceleraram seu ritmo. Já na década de 80, as Conferências Nacionais de Saúde tiveram papel fundamental para a criação do SUS e a Reforma Sanitária. Na década de 90 o sucateamento da rede pública chegou ao auge, e neste contexto, os enfermeiros ocupavam posições divergentes: a maioria atendia às exigências médico-hospitalares, enquanto a minoria tentava resgatar a saúde pública. Os indicadores de saúde mostravam baixa expectativa de vida, alta mortalidade infantil, materna e perinatal, elevado grau de desnutrição infantil, entre outros. Hoje, após inúmeras discussões e avanços, tem-se a concepção de que o enfermeiro deve estar preparado para atuar nos diferentes níveis de assistência, e os currículos de Enfermagem tem se adaptado cada vez mais a essa realidade.

## REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; SCHOELLER, Soraia Dorneles; MACHADO, Wilian C. A.. A Enfermagem no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **História da Enfermagem – Versões e Interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## HIPERTENSÃO RESUMO

ROCHA, Katia Aparecida da Silva  
SILVAMônica Aparecida  
LÚCIO, Renata Silveira

**Palavras-chave:** Hipertensão. Tratamento. Risco.

Brunner cita Sixth Joint National Commite, que define a hipertensão como uma pressão arterial sistólica superior a 140 mmHg e uma diastólica maior que 90mmHg durante um período sustentado. Quanto maior a pressão quer sistólica, quer diastólica, maior será o risco. A elevação prolongada da pressão arterial lesiona vasos sanguíneos por todo o corpo, principalmente nos órgãos alvo como coração, rins, cérebro e olhos. A hipertensão é por vezes chamada de “o assassino silencioso”, pois não apresenta sintomas. Uma vez identificada, a pressão arterial elevada deve ser monitorizada regularmente, porque a hipertensão é uma condição para o resto da vida. A hipertensão pode ser vista como três entidades: **um sinal** no qual as enfermeiras e outros profissionais de saúde usam a pressão arterial para monitorizar o estado clínico do paciente, uma pressão elevada pode indicar uma dose excessiva de medicação vasoconstritora ou outros problemas; **um fator de risco** onde a hipertensão contribui para a velocidade com que a placa aterosclerótica se acumula dentro das paredes vasculares; ou **uma doença**, pois a hipertensão é um importante contribuinte para a morte por doença cardíaca, renal e vascular periférica. Embora a etiologia exata para a maioria dos casos de hipertensão, não possa ser identificada, compreende-se que a hipertensão é uma condição multifatorial e pode ser resultado de ingestão excessiva de sódio, alimentos gordurosos, estresse, alterações genéticas, obesidade, fumo, dislipidemia, diabetes melitos, idade acima de 60 anos, homens e mulheres pós-menopausa. Uma história de saúde e exame físico completo é necessária. Exames laboratoriais são realizados para avaliar a possível lesão do órgão-alvo como: análise da urina, bioquímica sanguínea (análise dos níveis de sódio, potássio, creatinina, glicemia de jejum e lipoproteína de alta densidade HDL e colesterol total) e um eletrocardiograma, exame realizado com objetivo de registrar a variação dos potenciais elétricos gerados pela atividade elétrica do coração. O objetivo do tratamento da hipertensão é evitar a morte e as complicações ao alcançar e manter a pressão arterial em 140/90mmHg. Pesquisas demonstram que a perda de peso, a ingestão reduzida de álcool e sódio e a atividade física são adaptações ao estilo de vida para reduzir a pressão arterial. Dados recentes mostram que dietas ricas em frutas e vegetais podem prevenir o desenvolvimento da hipertensão e diminuir índices pressóricos de pressões arteriais elevadas.

## REFERÊNCIA

BRUNER Suddarth, **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**, RJ, vol1, ed.10, ed. Guanabara Koogan, 2010.

**TABAGISMO: CONHECIMENTOS, ATITUDES, HÁBITOS E GRAU DE DEPENDÊNCIA  
DE JOVENS FUMANTES EM SALVADOR  
RESUMO**

MELGAÇO, Adelfício.  
TERENCIO, Juliana Jaqueline.  
OLIVEIRA, Kárita Rosa.

**Palavras-chave:** Tabagismo. Fatores de Risco. Adolescentes.

O tabagismo é um relevante problema de saúde pública em todo mundo. Estima-se que no Brasil, 1/3 da população é fumante, sendo 60% do sexo masculino e 40% feminino e a mortalidade por doenças associadas ao fumo chega a 200 mil por ano. Sendo um fator de risco para as quatro principais causas de morte em todo mundo como: doença cardíaca, DPOC, câncer, AVC. Acredita-se que em 2030, poderá haver 10 milhões de mortes por ano no mundo, sendo metade delas em indivíduos em idade produtiva. A faixa etária com maior prevalência de fumantes no Brasil é dos 20 aos 49 anos. Observa-se também aumento significativo do uso de tabaco nas faixas etárias mais jovens, é importante salientar o aumento da precocidade do uso do tabaco no país. Estudos apontam que na faixa etária dos 10 aos 12 anos, aproximadamente 11,6% dos jovens já experimentaram o cigarro. Desse modo o crescimento do uso do cigarro por jovens é fomentado pela aceitação social, legalização comercial e precocidade no início do hábito de fumar, culminando com o desenvolvimento de doenças tabaco-relacionadas entre pessoas jovens e adultas, economicamente ativas. A observação sobre o aumento da prevalência do tabagismo entre jovens, o conhecimento dos efeitos deletérios do hábito de fumar e o entendimento do que o tabagismo deve ser prevenido e controlado nas faixas etárias, mais jovens. As maiores barreiras para o abandono do tabagismo são os fatores sociais e ambientais devido a influencia que exercem sobre os fumantes. Para o controle do tabagismo é necessária a prevenção primária com jovens, buscando evitar ou retardar a iniciação do hábito é preciso ajudá-los a tomar conscientemente a decisão certa, não obstaste aquelas pressões sociais. O desafio reside em pensar estratégias educativas que resgatem a valorização do sentido da vida para os jovens, que trabalhe com suas crenças, valores e motivações frente ao tabaco visando alcançar a decisão de não iniciar o hábito e da importância de seu abandono. Não se pode deixar de destacar que a fiscalização da venda de cigarros os menores de idade deve ser uma preocupação e ação das autoridades públicas, de modo a contribuir para aumentar a percepção do risco e a autoestima e orientar para a adoção de hábitos de vida saudáveis.

**REFERÊNCIA**

**ALMEIDA**, Aline Farias de. **MUSSI**, Fernanda Carneiro. Revista Esc Enferm USP. São Paulo: 2006.

## A PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM: A SUA CRIAÇÃO RESUMO

SILVA, Michele.  
FONSECA, Sara.  
SILVA, Dyeovana.  
MARTINS, Nathália.

**Palavras-chave:** Escola. Enfermagem. Curso.

Com uma crise gigantesca de pessoas no Hospital Nacional de Alienados, o então diretor Dr. João Carlos fez grandes modificações no hospital, dispensando as irmãs da Caridade. Elas cuidavam de todas as atividades relativas aos doentes, porém acobertavam os maus tratos sofridos pelos pacientes, por parte dos guardas e enfermeiros. Sendo as irmãs dispensadas, houve uma falta de mão de obra para atender o hospital. João Carlos teve a ideia da criação de uma Escola de Enfermagem para capacitar e profissionalizar as enfermeiras para o atendimento psiquiátrico. Pelo Decreto de 791, a Escola Profissional de Enfermeiros foi oficialmente instituída no Ensino de Enfermagem do Brasil. A ideia foi concretizada em 27/12/1890 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do governo Provisório. O curso tinha duração de dois anos, com aulas práticas e teóricas. Continha as seguintes disciplinas: noções práticas de propedêuticas clínica, anatomia e fisiologia, higiene hospitalar, curativos, pequenas cirurgias, cuidados especiais a certas categorias de enfermos, aplicações balneoterapias, administração interna e escrituração de serviço sanitário e econômico de enfermeiras. A escola passou por muita crise e críticas. Nos 10 primeiros anos foi realmente difícil essa concretização, que se devia a consequências econômicas e políticas. Em fevereiro de 1905 foi reinaugurado o decreto do referido curso. A mudança não trouxe muitas transformações na estrutura, mas ficou clara a divisão entre o saber e o fazer. O curso era dado por médicos, que os passavam noções sobre seus afazeres, na posição de subordinados à eles. A duração continuou em 2 anos de curso, mas com enfoque de preparar enfermeiros de ambos os sexos para exercerem em hospitais civis e militares. Foi elaborado um currículo mais rico na grade do curso: anatomia e fisiologia elementares, pequenas farmácias, administração de medicamentos, curativos e pequenas cirurgias, higiene oral e tratamento dos alienados, prática administrativa e disciplinar. Em 1910 á 1919 foram os anos bastante promissores para o Brasil, pois passava-se pela eclosão da Primeira guerra mundial (1917-1918). Esses nove anos foram muito importantes para enfermagem, pois tiveram a influencia da psiquiatria na qual se beneficiou da especialidade médica autonômica. Foi criado um campo prático daquela escola que ajudariam os estudantes nas atividades de enfermagem.

### REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; SCHOELLER, Soraia Dorneles; MACHADO, Wilian C. A.. A primeira escola de enfermagem: a sua criação. In: \_\_\_\_\_. **História da Enfermagem – Versões e Interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## A PRIMEIRA ESCOLA DE ENFERMAGEM: A SUA CRIAÇÃO RESUMO

SILVA, Michele.  
FONSECA, Sara.  
SILVA, Dyeovana.  
MARTINS, Nathália.

**Palavras-chave:** Escola. Enfermagem. Curso.

Com uma crise gigantesca de pessoas no Hospital Nacional de Alienados, o então diretor Dr. João Carlos fez grandes modificações no hospital, dispensando as irmãs da Caridade. Elas cuidavam de todas as atividades relativas aos doentes, porém acobertavam os maus tratos sofridos pelos pacientes, por parte dos guardas e enfermeiros. Sendo as irmãs dispensadas, houve uma falta de mão de obra para atender o hospital. João Carlos teve a ideia da criação de uma Escola de Enfermagem para capacitar e profissionalizar as enfermeiras para o atendimento psiquiátrico. Pelo Decreto de 791, a Escola Profissional de Enfermeiros foi oficialmente instituída no Ensino de Enfermagem do Brasil. A ideia foi concretizada em 27/12/1890 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do governo Provisório. O curso tinha duração de dois anos, com aulas práticas e teóricas. Continha as seguintes disciplinas: noções práticas de propedêuticas clínica, anatomia e fisiologia, higiene hospitalar, curativos, pequenas cirurgias, cuidados especiais a certas categorias de enfermos, aplicações balneoterapias, administração interna e escrituração de serviço sanitário e econômico de enfermeiras. A escola passou por muita crise e críticas. Nos 10 primeiros anos foi realmente difícil essa concretização, que se devia a consequências econômicas e políticas. Em fevereiro de 1905 foi reinaugurado o decreto do referido curso. A mudança não trouxe muitas transformações na estrutura, mas ficou clara a divisão entre o saber e o fazer. O curso era dado por médicos, que os passavam noções sobre seus afazeres, na posição de subordinados à eles. A duração continuou em 2 anos de curso, mas com enfoque de preparar enfermeiros de ambos os sexos para exercerem em hospitais civis e militares. Foi elaborado um currículo mais rico na grade do curso: anatomia e fisiologia elementares, pequenas farmácias, administração de medicamentos, curativos e pequenas cirurgias, higiene oral e tratamento dos alienados, prática administrativa e disciplinar. Em 1910 a 1919 foram os anos bastante promissores para o Brasil, pois passava-se pela eclosão da Primeira guerra mundial (1917-1918). Esses nove anos foram muito importantes para enfermagem, pois tiveram a influência da psiquiatria na qual se beneficiou da especialidade médica autônoma. Foi criado um campo prático daquela escola que ajudariam os estudantes nas atividades de enfermagem.

### REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; SCHOELLER, Soraia Dorneles; MACHADO, Wilian C. A.. A primeira escola de enfermagem: a sua criação. In: \_\_\_\_\_. **História da Enfermagem – Versões e Interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## A CIDADE DO RIO DE JANEIRO – URBANIZAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO RESUMO

ARAGÃO, Nara.  
PEREIRA, Regiane.  
SILVA, Valkíria.  
MARTINS, Nathália Oliveira.

**Palavras-chave:** Rio De Janeiro. Urbanização. Higienização.

No século XIX, a maior preocupação quanto à saúde era sanear a cidade. Pois acreditavam que se manterem a cidade limpa e organizada libertariam os desequilíbrios (metais). Em 1890 o Estado ensaiou legislar, sobre as condições de trabalho industrial, como resposta às intensas movimentações operárias que já se generalizavam, em seguida em 1893 o Estado Central regulou o Serviço Sanitário dos Portos da República com a criação da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos a fim de realizar visitas sanitárias aos navios. Segundo Prudente de Moraes, a aplicação do saneamento seria muito lucrativa, para o Rio de Janeiro. Para o Estado Oligárquico, a questão da insalubridade deveria ser resolvida com o saneamento e remodelação do centro da cidade o que implicava a remoção das populações pobres, dessa forma ia atender tanto às elites que aspiravam a uma “nova capital”, logo depois as autoridades sanitárias reconhecia-se o direito de invadir casas para cobrar da população condições de higiene e arquitetura dos prédios, um pouco adiante os protestos dos proprietários contra essa prática, o agente de toda essa prática foi o engenheiro Pereira Passos, até então prefeito da cidade, no governo de Rodrigo Alves (1903-1906), realizou obras de saneamento e urbanização ele preocupou-se com a assistência psiquiátrica da população, a campanha de saneamento não foi aceita pela população naquela época eles acreditavam que se estava doente a vacina era para matar e não curar com isso provocou uma grande revolta da população (rebelião), depois dessas rebeliões Oswaldo Cruz criou alguns serviços centralizados, para ataque contra a peste e febre amarela, com isso veio a criação dos 10 distritos cada paciente era dirigido com delegado de saúde, representado hoje pelos centros de saúde, depois ele criou departamento nacional de saúde pública, criou-se o curso de higiene e saúde pública na Universidade do Brasil, hoje conhecida como Universidade do Rio de Janeiro.

### REFERÊNCIA

GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; SCHOELLER, Soraia Dorneles; MACHADO, Wilian C. A.. A cidade do Rio de Janeiro – Urbanização e Higienização. In: \_\_\_\_\_. **História da Enfermagem – Versões e Interpretações**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter Ltda, 2005.

## **O DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR NA MOTIVAÇÃO DOS SERVIDORES DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARIA DE ALKIMIM**

NOGUEIRA, Rosiele Araújo.  
MOREIRA, Gabriel

**Palavras-chave:** Motivação. Servidores. Gestão escolar.

A satisfação do indivíduo no trabalho é foco para que ele se mantenha motivado, portanto, é necessário que se saiba se a autoestima dos servidores está elevado ou não, para isso se tem a seguinte questão problema: quais os fatores que influencia a motivação dos servidores da Escola Municipal José Maria de Alkimim? O objetivo geral do trabalho é: os fatores que influencia a motivação dos servidores da Escola Municipal José Maria de Alkimim. E como objetivos específicos: identificar as formas de hierarquia existentes na instituição; Verificar a percepção dos servidores sobre a liderança; Verificar quais fatores interferem na motivação dos servidores da Escola. Motivação é algo interno ao indivíduo, não dependendo de outro para que se sinta motivado, ARNT (2010 apud GIL, 2010, p. 15) afirma que, “a motivação é a força que estimula a pessoa a agir”. A primeira teoria da motivação a ser abordada são as teorias de necessidades de Maslow que, buscou compreender o homem dentro de uma percepção multidimensional, considerando a existência de diversas necessidades, desde as mais básicas até as mais complexas” [...] com isso formou o conceito de motivação que para satisfazer as necessidades dominantes é preciso de motivação. A segunda teoria a ser estudada é a Teoria ERC (existência, relacionamento e crescimento) de Alderfer, sendo um aperfeiçoamento da teoria de Maslow. A terceira teoria é a Teoria X e Y de McGregor. Na Teoria X indivíduo é motivado por natureza e evitam responsabilidades. Já na Teoria Y os indivíduos aceitam responsabilidades e gostam de trabalhar desde que as condições de trabalho sejam adequadas. A quarta teoria abordada neste trabalho é a Teoria dos Dois Fatores de Frederick Herzberg que são: I) os fatores higiênicos que estão localizados no ambiente de trabalho, extrínsecos às pessoas II) os fatores motivacionais que tornam as pessoas estimuladas para o trabalho, pois dizem respeito à necessidade básica e humana de crescimento psicológico. (VERGARA, 2003, p. 45). Souza afirma que (2006, p.127), “A gestão escolar pode ser compreendida como o processo político, de disputa de poder, explicitamente ou não, através do qual as pessoas que agem com a vistas a garantir que as formas de compreender a instituição e os seus objetivos prevaleçam sobre os dos demais sujeitos”. A metodologia se classifica como descritiva e quantitativa, sendo realizado um estudo de caso com aplicação de um questionário estruturado. Para a coleta de dados será utilizada uma amostra da população para verificar os níveis de satisfação.

### **REFERÊNCIAS**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Ângelo Rodrigo de. **Perfil da gestão escolar no Brasil**. 2006. 302 f. Tese – (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

## **MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA RETENÇÃO DE CLIENTES: Um estudo de caso na empresa Unapel Veículos.**

GOMES, Erivelton  
MOREIRA, Gabriel

**Palavras-chave:** Marketing de relacionamento. Satisfação. Retenção. Fidelização.

O marketing de relacionamento vem sendo uma ferramenta muito utilizada pelas organizações devido a diversos benefícios, satisfazer às necessidades dos clientes, para fidelização e retenção. Buscando identificar as principais práticas de marketing de relacionamento utilizadas pela empresa Unapel Veículos, apresenta-se a seguinte questão norteadora: “Quais são as ações de marketing de relacionamento utilizadas para retenção dos clientes na empresa Unapel Veículos?” Assim, o objetivo geral deste trabalho é verificar quais ações de marketing de relacionamento são utilizadas para retenção dos clientes na empresa Unapel Veículos, de Unai, MG. Para se atingir este objetivo geral foi criado três objetivos específicos, (1) Identificar as ferramentas de marketing de relacionamento utilizadas; e (2) Inferir se as práticas adotadas pela empresa estão de acordo com marketing de relacionamento; e (3) Constatar a importância do marketing de relacionamento para retenção de clientes. Segundo Kotler (2000, p. 30) define marketing “é um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros”. Segundo Nickels e Wood (1999) define marketing de relacionamento “é o processo de estabelecer e manter relacionamentos de longo prazo mutuamente benéficos entre organização e seus clientes, empregados e outros grupos de interesse”. Para responder ao objetivo proposto será utilizada uma pesquisa descritiva, segundo Boaventura (2004, p. 57) as pesquisas descritivas “identificam as características de determinada população ou fenômeno. O melhor exemplo é o levantamento ou survey”. Para responder a abordagem proposta será utilizada uma pesquisa quantitativa de acordo com Boaventura (2004, p. 56) salienta a “pesquisa quantitativa tanto na coleta como no tratamento dos dados estatísticos, como percentagem, média, mediana, moda, desvio-padrão, análise de regressão ou de correlação”. Utilizou o estudo de caso como método de pesquisa “o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais organizacionais, sociais, políticos e relacionados. (YIN, 2010, p. 24).

### **REFERÊNCIAS**

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

NICKELS G. William; WOOD Burk Marian. **Relacionamento: relacionamento, qualidade, valor**. Tradução Roberto Maia Gonçalves. Rio de Janeiro: LTC, 1999

BOAVENTURA, **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Revisão técnica Cláudio Damascena. – 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO NA FAZENDA BELA VISTA.

CASTRO, Vanessa.  
MOREIRA, Gabriel.

**Palavras-chave:** Motivação. Satisfação no trabalho. Nível de satisfação.

A motivação é de extrema importância na vida do ser humano, pois é ela que faz as pessoas agirem com o objetivo de alcançar suas metas. Neste contexto o presente estudo buscará responder a seguinte questão norteadora: quais os fatores são determinantes para a empresa manter o quadro de colaboradores motivados e com alto nível de satisfação? Contudo, o objetivo dessa pesquisa é diagnosticar e identificar quais os fatores são determinantes para a empresa manter seu quadro de colaboradores motivados e com alto nível de satisfação. Tendo como objetivos específicos: I) Identificar as dimensões de fatores motivacionais; II) Identificar os fatores que interferem na satisfação dos colaboradores; III) Descrever o grau de satisfação dos colaboradores na visão dos mesmos. O conceito de motivação ao ser apresentada como originária da palavra latina *movere*, que significa mover, Bergamini (1997) ressalta que essa origem conota uma noção de dinâmica ou de ação. Com essa conotação de dinâmica, Bergamini (1997) e Cimbalista (2002) complementam que as pessoas tendem a se movimentar em busca do equilíbrio, ou seja, buscam a realização de suas necessidades e concluem que quanto maior for o estado de desequilíbrio, maior será a motivação. A presente pesquisa se classifica quanto ao seu objetivo como exploratória, com uma abordagem qualitativa. Para Fraser e Gondim (2004, p. 8) “a abordagem qualitativa, o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões do mundo”. Para análises e considerações aos objetivos e problematização optou-se pela realização de um estudo de caso, proporcionando uma vivência da realidade e conseqüentemente buscando um maior entendimento e compreensão dos fatores motivacionais e o nível de satisfação na visão dos colaboradores da Fazenda Bela Vista.

### REFERÊNCIAS

BERGAMINI, C.W. **Motivação nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CIMBALISTA, S. **Toyotismo e o processo de motivação e de incentivo à inovação nas organizações**. *Análise Conjuntural*, v. 24, n. 3-4, p. 18, mar/abr.2002.

FRASER, M. T. D., GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado**: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Ribeirão Preto*, v. 14, 2004.

## **O MICROEMPREENDEDOR E O FECHAMENTO PRECOCE DA EMPRESA NOS DOIS PRIMEIROS ANOS DE EXISTÊNCIA NO MUNICÍPIO DE UNAÍ.**

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
TRINDADE, Natal Souza  
FRANÇA, Deborah Gonzaga  
MORAIS, Naiane de Oliveira  
CAMPOS, Izabelle

**Palavras-chave:** Empreendedor. Dificuldades. Fechamento. Precoce.

O sucesso de um empreendimento está pautado em começar bem, com uma ideia marcante e que atraia os clientes do produto e/ou serviço criado. O empreendedor tem que conhecer bem o que vai produzir e entender a disponibilidade de recursos. É imprescindível estar preparado para as adversidades que irão surgir e que podem provocar o fechamento do seu empreendimento. Este projeto de pesquisa tem por objetivo responder a seguinte problemática: Quais as dificuldades encontradas pelos microempreendedores individuais de Unaí para permanecerem no mercado nos dois primeiros anos de existência da empresa? Com o objetivo de identificar quais as causas que levam ao fechamento precoce de microempresas nos dois primeiros anos de existência no município de Unaí, propõe-se: Pesquisar sobre as dificuldades mais comuns enfrentadas pelos microempreendedores; correlacionar dados do Sebrae com a realidade do micro empreendedorismo em Unaí; e descrever os benefícios que os micro empreendedores possuem para regularizar a empresa. Em um mundo que nos remete ao pensamento de que ser criativo e original na hora de desenvolver uma ideia é quase que colocado como primordial, vale lembrar que na antemão dessas ideias revolucionárias há muito que se observar além da percepção de futuro e habilidades especiais de seus criadores. Analisar o ambiente, desenvolver o planejamento e a capacidade de implementar operacionalmente a ideia são pontos de vital importância para que o idealizador seja considerado empreendedor. Segundo Ronald Jean Degen (2009) o “empreendedor é aquele que tem a visão do negócio e não mede esforços para realizar o empreendimento”. O empreendedor tem a capacidade de avaliar as circunstâncias que se apresentam e quebrar o ciclo existente criando produtos e/ou serviços com novas formas de produzir, divulgar e vender, explorando os recursos existentes para se destacar no mercado. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com uma abordagem qualitativa dos dados coletados. Os procedimentos de pesquisa adotados serão a pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas feitas com micro empreendedores que estejam atuando na cidade de Unaí-MG, observados os percentuais de relevância para a pesquisa.

### **REFERÊNCIAS**

- LEMES JUNIOR, Antonio B.; PISA, Beatriz J. **Administrando micro e pequenas empresas.** - Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor: Empreender como opção de carreira.** - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

## A MÃO DO ENSINO PARTICULAR RESUMO

COSTA, Alanda Hellen Ferreira  
VIANA, Ana Paula Gonçalves Corrêa.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Instituição Privada; Ensino Superior; Formação Profissional.

O objetivo deste trabalho é apresentar um resumo de um texto de SANTOMAURO (2013). Foi realizada uma pesquisa sobre empregabilidade pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), de profissionais que graduaram em instituições particulares de ensino superior. As pesquisas apontam que 93% destes profissionais vieram destas instituições e ocupam os cargos mais elevados, tais como gerência, diretoria, entre outros. E não se trata de preconceito contra os estudantes das instituições públicas, pois na sua maioria são elas que não permitem que seus alunos desenvolvam habilidades como o empreendedorismo. A cada ano que passa o Brasil vem aprimorando a qualidade do ensino superior privado, pois está investindo cada vez mais em estudos, projetos, parcerias com grandes empresas. Dados apontam que 93% dos colaboradores de nível superior empregados em empresas em São Paulo são provenientes de uma faculdade privada. Este elevado índice se deve ao fato de essas instituições geralmente estarem mais abertas ao relacionamento com empresas, assim acabam estabelecendo ambientes de aprendizados ricos, capazes de fortalecer em seus alunos outras competências importantes, como empreendedorismo e capacidade de se relacionar, inovar e realizar. Segundo o diretor de Educação da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), “muitas escolas públicas resistem à aproximação das empresas, empobrecendo o desenvolvimento dos estudantes: isso vai prejudicá-los quando se candidatarem a empregos sem estarem prontos”. A pesquisa revela ainda a elevada participação de colaboradores oriundos do ensino superior particular nos escalões compostos por profissionais com menos tempo de formandos: 99% dos estagiários e trainees e 96% dos profissionais em nível de analistas são egressos das instituições privadas. A pesquisa revela ainda que uma parcela expressiva dos entrevistados (15%), já fez, está fazendo (24%) ou tem interesse em fazer (24%) algum curso depois da graduação. Entre os profissionais que fizeram ou estão fazendo outro curso, a maior parte optou por cursos de pós-graduação (61%) e MBA (13%), e quase todos (97%) recorreram a cursos oferecidos por instituições privadas. Já entre os profissionais que pretendem fazer pós-graduação ou MBA, a intenção de realizar tais cursos em instituições privadas atinge 92%. Conclui-se que a parceria com as empresas e a busca pelo desenvolvimento do empreendedorismo são pontos que podem fazer a diferença para a empregabilidade dos egressos das instituições de ensino superior particulares, superando, assim, de longe, as universidades públicas.

## REFERÊNCIA

SANTOMAURO, Antônio Carlos. A mão do ensino particular. **Revista Ensino Superior**, ano 16, n. 182, p. 42-43, nov./2013.

## COMBATER A DISCRIMINAÇÃO PARA PROMOVER A LIBERDADE RESUMO

MACHADO, Amanda Caixeta.  
SILVA, Dayélly Cezário.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Discriminação. Conscientização. Liberdade.

Este trabalho objetiva fazer um resumo de um texto de autoria de Leonardo Sá (2014). De acordo com o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2009, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), os negros e os homossexuais eram as principais vítimas de bullying nas escolas. Cerca 18.599 pessoas entre alunos, pais e professores, tendo um total de 94,2% admitiram ter algum preconceito étnico-racial e 87,3% em relação à orientação sexual. Apesar dos dados não serem de hoje, a discriminação continua muito presente no ambiente de aprendizagem. A homofobia, o racismo e qualquer outro tipo de preconceito, devem ser combatidos em casa e não somente nas escolas, pois muitas das discriminações proferidas são reflexos do que as crianças/adolescentes veem em casa e escutam algum tipo de desaprovação e são influenciadas tornando-se adultos cheios de preconceitos. É dever do Estado dar aos educadores uma formação adequada, porém, pouco tem sido feito. Quanto ao gênero e orientação sexual, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), conta com programas de formação, mas são poucas as ações. No que se refere à igualdade racial, as notícias são um pouco melhores. Em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do MEC, iniciou a distribuição das publicações da Síntese da Coleção História Geral da África e História da Cultura Africana e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil, em consonância com a Lei Federal nº 10.639, de 2003. É um avanço, mas há muito ainda a ser realizado. Faz-se necessária uma autoanálise constante, não perdendo de vista que a educação visa o bem comum. Enquanto houver estudantes sofrendo discriminação, seja por violência simbólica ou violência física, todos estão sendo violentados. É preciso, então, combater o preconceito na escola, garantindo a liberdade de cada um(a), conclui o autor.

### REFERÊNCIA

SÁ, Leonardo. Combater a discriminação para promover a liberdade. **Revista Nova Escola**, São Paulo, ano 29, n. 222, p. 16-17, maio/2014.

## NOVO FIES: INFLUÊNCIAS IMPLÍCITAS NA AVALIAÇÃO RESUMO

ARAÚJO, Camila Lima.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Alterações do FIES. Impactos e Mudanças.

Este trabalho tem por finalidade apresentar um resumo do texto de Thiago Francisco (2015). O referido texto faz uma análise sobre os impactos causados pela nova regulamentação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) nas instituições de ensino superior. Foram realizadas alterações no FIES que limitam o pleito pelo financiamento a alunos que obtiveram nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entretanto o ambiente educacional de nível superior não estava preparado para essas mudanças inesperadas. O IGC (Índice Geral de Cursos), apresenta uma série de possíveis impactos nas estratégias das instituições, sendo esses impactos legítimos ou não, causaram uma preocupação real à comunidade acadêmica. As instituições que não se enquadrarem aos novos termos poderão ter limitações negativas gerando diversas formas de prejuízo. As mudanças no FIES inicialmente foram vistas apenas de forma econômica, analisados os ganhos e perdas da medida toma pelo Governo, mas seu alcance ultrapassa estas questões pois os 450 pontos mínimos no ENEM afetam diretamente os indicadores como o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC). As instituições de ensino superior ao receberem esses alunos com um nível mais elevado de conhecimento estarão sujeitas a avaliações mais criteriosas por parte de indicadores como o IDD, no cálculo do conceito do ENADE e em seguida no (CPC), por isso cabe aos coordenadores dos cursos criarem padrões de ensino compatíveis com os novos ingressantes, mais capacitados, que utilizaram o FIES com medida a curto e longo prazo. As mudanças no FIES acarretarão em mudanças significativas no cenário educacional de nível superior, podendo alterar índices de avaliação criando um novo perfil do corpo discente, corpo docente com maior titulação e regime de trabalho e políticas de gestão do estudante ingressante, isto é, o acompanhamento das notas do ENEM. Desse modo, as mudanças ocorridas no FIES provocaram um grande impacto nas instituições de ensino superior.

### REFERÊNCIA

FRANCISCO, Thiago. Novo Fies: influências implícitas na avaliação. **Revista Ensino Superior**, ano 17, n. 196, p. 22-23, mar./2015.

## NA TRILHA DO SUCESSO RESUMO

AVELAR, Cleber Alves  
GOMES, Edvam Monteiro.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Universidade. Sucesso. Empreendedorismo.

Este trabalho resume um texto do autor Filipe Jahn (2012). O texto retrata a melhor e mais inovadora forma de despertar o espírito empreendedor. A potencialização dessa prática em uma instituição de ensino superior aconteceu na Universidade Internacional da Flórida (FIU), Estados Unidos. Essa Universidade criou um centro de empreendedorismo que envolveu diversos departamentos, professores e estudantes, objetivando implantar uma cultura empreendedora. Apesar das dificuldades encontradas no início de implantação do processo, o envolvimento de todos os departamentos da instituição foi a peça chave para alavancar o projeto. A experiência serviu como laboratório, e teve suas compensações. A sociedade acadêmica vem cada vez mais recrutando empreendedores, que saibam trabalhar em equipe, enfrentar novos desafios e promover transformações. No Brasil, instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), pode-se dizer, é o pilar dessa edificação empreendedorismo e vem colaborando e muito na disseminação dessa poderosa ferramenta de transformação. As Universidades brasileiras estão muito bem posicionadas no ensino do empreendedorismo, mas ainda há muito por fazer. Exemplo como a da FIU, poderia perfeitamente ser implantado nas instituições de ensino no Brasil, tomando é claro, as devidas precauções, para que não ocorra em erros de gestão. O empreendedorismo é um caminho saudável, pelo fato de promover a inclusão, mediante o aproveitamento do potencial humano, na geração de riquezas. O empreendedorismo está na cabeça dos universitários brasileiros, mas falta preparo, e é exatamente este o papel das instituições, prepará-los para um mercado de sucesso. Por isso, é necessária a criação de mecanismos que estimulem o desenvolvimento empresarial e geração de negócios, através do apoio a projetos de inovação, que possibilitem colocar no mercado produtos de conteúdo tecnológico. É fundamental canalizar a aplicação de recursos para o apoio a projetos de inovação, de forma a garantir a criação de novas empresas de base tecnológica. Assim, a exemplo do projeto criado pela Universidade Internacional da Flórida, fica o convite para as universidades brasileiras se empenharem mais no que diz respeito à implantação de uma cultura empreendedora.

## REFERÊNCIA

JAHN, Filipe. Na trilha do sucesso. **Revista Ensino Superior**, ano 15, n. 170, p. 24-25, nov./2012.

## MOVIMENTO VOTO CONSCIENTE E ELEIÇÕES RESUMO

MOURA, Fabrício Vilela de.  
VIANA, Cleiton Aguiar Cirino.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Política. Cidadão. Consciência. Voto.

Este deste trabalho tem por objetivo fazer um resumo do texto de Mariana Sales L. de Barros (2014), que busca conscientizar a população que é leiga quando se trata de direitos políticos. Os cidadãos simplesmente não se interessam, ou pior, não se importam com o direito ao voto, que foi conquistado com tanto sofrimento pela população, principalmente ao que se trata dos direitos das mulheres que lutaram e ainda lutam constantemente para terem esses direitos. Atualmente no Brasil é possível notar que infelizmente existe uma participação muito pequena por parte dos cidadãos na política interna. O pior tipo de analfabeto é o político, ele não fala, ele não participa, ele não sabe que sua qualidade de vida depende das decisões políticas, estas passam pelos corredores do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais, pois eles são os representantes do povo e são eles que fazem as leis. Fazer política não é somente para profissionais da área, a vida das pessoas é marcada pela arte de negociar, não se pode omitir, essa é a pior forma de fazer política. Além de tudo, política é a ética de fazer acontecer e decidir pelo melhor caminho, o da responsabilidade, sem esquecer da transparência pública. A vida do cidadão só melhora quando o governo melhora a qualidade de distribuição de renda começando pela educação, assistência médica, alimentação, habitação, transporte, lazer e oportunidades para todos. Isso tudo depende unicamente do voto consciente da população que deve acompanhar e fiscalizar, cobrando promessas de campanha. O voto é uma conquista de muitos anos, a mulher por exemplo, só teve seu direito ao voto em 1932, entretanto, as restrições só acabaram em 1934 sendo obrigatório em 1946. Ainda hoje, depois de tantos avanços, a mulher é pouco representada no legislativo, a cultura política no Brasil sempre foi construída por homens e para homens, é preciso lutar por igualdade de condições entre ambos os sexos, com respeito mútuo, conscientizando o papel social da mulher. É de responsabilidade do eleitor estabelecer critérios para escolher os candidatos. Portanto, é extremamente necessário se pensar em modificações na atual política do país junto com a conscientização e maior participação por parte da população no atual processo político no Brasil.

### REFERÊNCIA

BARROS, Maria Sales L. de. Movimento Voto Consciente e as Eleições. **Revista Páginas Abertas**. São Paulo, Ano 39, n. 57, p. 26-27, jan.fev/mar. 2014.

## OS LADRÕES DE QUALIDADE RESUMO

CONCEIÇÃO, Thalitta Alves da.  
SÁ, Thaís Rodrigues de.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Corrupção. Educação. Melhoria.

Este trabalho tem por finalidade apresentar um resumo do texto de PEREIRA (2009). Trata-se principalmente do ensino escolar no Brasil, sendo ele de baixa qualidade sendo que um dos motivos é a falta de recursos financeiros ou mal aplicados por aqueles que são responsáveis. O planejamento não é feito corretamente pelas prefeituras e a prática da corrupção é frequente. Para a comprovação destas afirmações foram realizadas pesquisas por grupos de economistas universitários em 370 municípios, o que foi também comprovado é que a corrupção atinge a qualidade da aprendizagem. Algumas escolas não têm estruturas de qualidade, não há merendas, bibliotecas, transporte escolar e também não há professores capacitados. Assim, os diretores, os funcionários e os alunos são vítimas desses roubos. O país investe cerca de 15,5 bilhões por ano na educação, baseado no ano de 2008. A região nordestina é uma das piores onde a corrupção acontece, sendo uma das regiões do país que têm as escolas com péssimas condições, tanto estruturais quanto no ensino. Uma escola de uma cidade próxima a Belém do Pará, teve seus resultados com maiores irregularidades na utilização de suas verbas, ela representa uma das piores escolas do país. Em dias chuvosos nas salas de aulas, os alunos ficam molhados, devido às goteiras, a quadra é de piso de cimento e está todo quebrado. A reforma desta escola deveria ter ocorrido em 2004, porém, a prefeitura não agiu conforme o planejado. A pesquisa realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), encontrou notas fiscais que constavam a compra de materiais para a obra, o que na verdade não saiu do papel. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), investigou cinquenta países e constatou a existência de duas medidas para baixar os níveis de corrupção. A primeira foi a criação de um sistema em que todas as informações orçamentárias fiquem disponíveis para todos os cidadãos. A segunda é a capacitação de secretários, técnicos e diretores de escola para que aprendam a fazer melhor uso do dinheiro que as escolas recebem. O Brasil é resultado de sucesso dessas medidas, mas ainda há muito a ser melhorado na educação brasileira. Fica claro, portanto, que a corrupção afeta diretamente a educação, levando à baixa qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

### REFERÊNCIA

PEREIRA, Camila. Os ladrões de qualidade. **Revista Veja**, ano 42, n. 7, ed. 2100, p. 106-107, 18 fev./2009.

## NOSSO NEGÓCIO É MÚSICA RESUMO

CAMPOS, Mirelly.  
SILVA, Walisson José.  
OLIVEIRA, Maria Aparecida de.

**Palavras-chave:** Planejamento. Organização. Bandas de Música.

O objetivo deste trabalho é fazer um resumo do texto “Nosso Negócio é Música”, do autor Carlos André (2012). O texto fala sobre um projeto criado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro Empresa) MG, em que transforma arte em lucro, visando principalmente a área musical, na qual este projeto foi inserido. O projeto transforma bandas em estágio inicial cujo público-alvo são os próprios colegas do ensino médio ou até mesmo da faculdade. O principal foco do projeto é ajudar os estudantes a organizar e planejar a entrada das bandas no mercado musical por meio de uma gestão consciente e por meio do marketing para uma melhor divulgação, assim atraindo novos públicos e garantindo o sucesso. No início o projeto tinha apenas doze bandas e no ano posterior já contava com vinte e um grupos musicais participantes para desenvolver as competências fundamentais para a gestão da carreira artística, sendo ela uma carreira solo ou não. O projeto consiste em um curso que leva seus participantes a refletirem sobre o processo da produção para buscar melhores resultados. Dentre as ações oferecidas está a construção de um plano de ação para instruir os participantes como agir em determinadas ocasiões e também a construção de um planejamento de carreira a médio prazo, em uma média de cinco anos. A intenção do projeto é aumentar a comercialização da música a partir de um novo modelo voltado para novos mercados. Durante o período de organização os integrantes analisam o que pode ser feito para melhorar a banda. O projeto motiva as bandas e dá a elas uma visão moderna do mercado musical atual. Assim sendo, até para fazer música é preciso ter planejamento, o planejamento envolve tudo na vida das pessoas.

### REFERÊNCIA

ANDRÉ, Carlos. Nosso negócio é música. Capa. **Revista Passo a Passo**, Belo Horizonte/MG, ano XVIII, n. 138, p. 22-25, fev/mar. 2012.

## COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: ESTUDO DE CASO EM UMA LOJA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

LACERDA, Juliana  
BRÁULIO, Renato

**Palavras-chave:** Comunicação. Comunicação Empresa. Comunicação Interna.

A Comunicação Empresarial compreende um conjunto complexo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para reforçar a imagem de uma empresa ou entidade junto aos seus públicos de interesse, ou junto à opinião pública. Com este trabalho demonstrou-se a importância da comunicação e como ela influencia no sucesso das empresas na atualidade, onde o conhecimento é mais importante do que o capital financeiro. Eventuais falhas no processo de comunicação podem gerar conflitos entre as pessoas e, para que isso não ocorra, a comunicação deve fluir bem, colaborando para a solução de problemas que possam surgir. Nesse sentido buscou-se, nesse estudo identificar a forma como ocorre a comunicação empresarial na empresa de Materiais Para Construção. A metodologia utilizada nesse estudo classifica-se como exploratória e descritiva e a técnica utilizada foi o estudo de caso. Nesta investigação os dados foram coletados por meio de um questionário, direcionado aos colaboradores. Em relação à empresa em foco neste estudo observou-se que seus colaboradores são predominantemente do gênero masculino, extremamente jovem, com escolaridade da maioria no Ensino Fundamental e Médio e que apresenta dificuldades específicas no campo da comunicação interna. A baixa escolaridade pode estar no cerne dos problemas de comunicação existentes, mais isto pode ser superado por meio de estratégias específicas. Como a maioria dos colaboradores está situada no setor operacional, seria recomendável fazer-se mais presente neste segmento, buscando descobrir suas expectativas, modos de ver a vida, o próprio trabalho, suas sugestões para melhoria do ambiente laboral, suas expressões próprias, até para melhorar a comunicação com estes colaboradores. A esta ação de aproximação a realização de eventos como reuniões, palestras, treinamentos ou eventos com o intuito de informar novos procedimentos ou disseminar decisões tomadas pela administração, ao mesmo tempo utilizadas para enfatizar a importância do colaborador e da sua adesão a estas ações, programas e projetos de atualização, reciclagem, de inovação, como forma de manterem seus empregos e a presença da empresa na qual trabalham no mercado, o que resultaria em benefícios para todos, não impositivamente, mas de forma atrativa, destacando o trabalho em equipe e o valor do trabalho individual de cada um. Acredita-se que o objetivo do estudo foi alcançado identificar as dificuldades da comunicação interna na empresa, bem como os canais de comunicação a serem utilizados e seu modo de utilização, para que a empresa possa melhor atingir os seus objetivos.

### REFERÊNCIA

AMARAL, Claudio. **A história da comunicação empresarial no Brasil**. 1999. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/memoria/0095.htm>> Acesso em: 22 ago 2013.

CHINEM, Rivaldo. **Comunicação Empresarial – Teoria e o dia-a-dia das Assessorias de Comunicação**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2006.

## A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Berno Nunes de  
TAUFFER, Marcos Paulo  
SILVA, Claudio Tomaz da  
GUIMARÃES, Jakson Brito

**Palavras-chave:** Crime. Administração Pública. Insignificância.

O presente estudo tem como tema o princípio da insignificância e sua aplicação nos crimes cometidos contra a administração pública em geral. Nessa ótica, a problemática que norteará os trabalhos consiste em saber se é admitida a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública? Para responder a essa questão, esta pesquisa busca estudar o princípio da insignificância, suas hipóteses e seus efeitos na teoria do crime; conhecer os crimes contra a administração pública e sua objetividade jurídica; e compreender os efeitos da incidência do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública. A justificativa para este estudo surge da necessidade de conhecimento acerca dos mais diversos crimes relacionados ao cotidiano da administração pública direta e indireta. A pesquisa se vale do método qualitativo, de cunho bibliográfico e empírico documental, com apoio das principais obras e da jurisprudência formada nos tribunais superiores sobre o tema. O princípio da insignificância ou da bagatela tem sua origem no direito civil romano e devido a Claus Roxin, em 1964, foi introduzido no Direito Penal a partir da máxima *minimus non curat praetor* (o pretor não cuida de bagatela), ou seja, o Direito Penal não deve se ocupar de assuntos irrelevantes, incapazes de lesar o bem jurídico protegido. (CAPEZ, 2005). O princípio da insignificância é causa de exclusão da tipicidade material e possui como requisitos objetivos a mínima ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica.

### REFERÊNCIA

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: parte geral. Volume 1. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

## COMPARAÇÃO DO RISCO DE DOENÇAS CORONARIANAS ENTRE HOMENS E MULHERES DE 40 A 50 ANOS DE IDADE

FURTADO Renato, Paulo;  
MOURA Ulisses, Caetano;  
FARIA Adriana Serafim;  
Dantas Renata Elias

**Palavras-chave:** Doença arterial coronária. Tecido gorduroso. Circunferência abdominal.

### INTRODUÇÃO

A doença arterial coronária (DAC) é um tipo de doença do coração causada por bloqueio gradual das artérias coronárias. Nesta doença, camadas espessas de tecido gorduroso (placas) formam-se no interior das paredes das artérias responsáveis pelo fluxo de oxigênio e nutrientes do sangue até o coração. O objetivo do presente estudo foi verificar o risco de doença coronariana através da circunferência da cintura.

### METODOLOGIA

Foram coletadas as circunferências abdominais de 40 indivíduos, com idade média entre 40 e 50 anos, sendo 20 pessoas do sexo masculino e 20 pessoas do sexo feminino.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

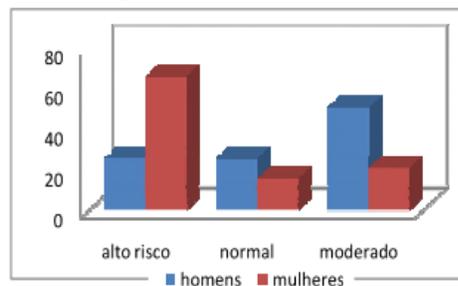
A figura 1 mostra que 65% das mulheres apresentaram alto risco para doenças coronarianas enquanto que apenas 15% apresentaram classificação normal e 20% risco moderado, enquanto que para os homens 25% apresentaram alto risco para doenças coronarianas, 25% apresentaram classificação normal e 50% apresentaram risco moderado.

**Tabela 1.** Caracterização da amostra

Sexo	Idade (anos)	Peso (Kg)	Altura (m)	Abdômen (cm)
Homem	45,1±4,26	80,5±12,88	1,73±0,05	98,15±11,33
Mulher	45,2±3,66	67,3±13,92	1,6±0,06	93,25±12,80

Utilizado teste T-Student. \* Significativo quando  $p < 0,05$

**Figura 1** Comparação do risco de doença coronariana por sexo.



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que existem maiores riscos de doenças coronárias nas mulheres do que nos homens, pois o dado obtido da respectiva pesquisa mostra que as mulheres devido à estatura, peso, idade e circunferência abdominal estão mais propensas a estas patologias.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOLIO, C. Prevalência da hipertensão arterial em Araraquara. Arq. Bras. Cardiol., 55:167-73, 1990.

## NIVEL DE FLEXIBILIDADE E ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA EM ADOLESCENTES PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

FERNANDES, Fabiana Alves  
GONCALVES, Larissa  
RIBEIRO, Renata Faria  
DANTAS, Renata Elias

**Palavras-chave:** Índice de Massa Corpórea. Flexibilidade. Musculação.

### INTRODUÇÃO

Ao se pensar em exercícios físicos com ênfase na saúde pode-se destacar a importância da flexibilidade como fator da aptidão física para diversos desportos, sendo que pode ser treinada e acrescentar vários benefícios as crianças, jovens adultos e idosos (LULHI, et al 2010). Para a prevenção e manutenção da obesidade foi o desenvolvido o índice (Índice de Massa Corporal – IMC por idade) que quando combinadas, formam os índices antropométricos, que permitem conferir a informação individual. Sendo assim o objetivo deste estudo é a classificação do nível de flexibilidade e IMC de adolescentes praticantes de musculação.

### METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa de campo com 11 alunas, todas do sexo feminino com as idades entre 13 e 16 anos de uma academia do município de Unai- MG.

Foram coletadas peso e estatura para o cálculo do Índice de massa corporal (IMC). Para medir a Flexibilidade foi usado o teste sentar e alcançar utilizando o Banco de Wells. Este teste permite avaliar a flexibilidade da musculatura posterior tronco e pernas.

### RESULTADOS

No Gráfico 1 observamos o Índice de massa Corpórea IMC das adolescentes, sendo que os dados apontaram que 73% são eutróficas (normal), estando 18% das adolescentes pré obesas e 9% magreza grau 1.

Quanto sua classificação no nível de flexibilidade como mostra o gráfico 2, 67% das adolescentes obtiveram resultados ruim, 17% na média, 8% entre acima da média e abaixo da média.

Gráfico 1- Classificação para o IMC das praticantes adolescentes de musculação.

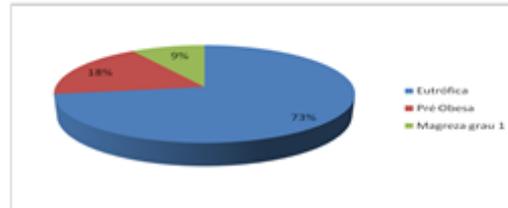
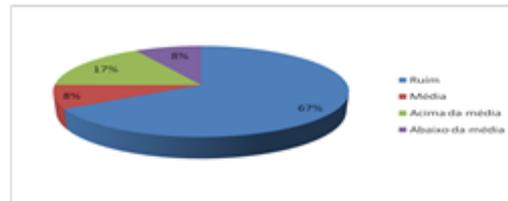


Gráfico 2- Classificação do nível de flexibilidade das praticantes adolescentes de musculação.



### CONCLUSÃO

Pode-se concluir então que adolescentes praticantes de musculação podem ter índice de massa corpórea eutrófica (normal), mas o grau de flexibilidade predominante sendo ruim, pelo fato das próprias adolescentes não terem hábitos de trabalhar alongamentos ou dentre outras técnicas para melhorar a flexibilidade da musculatura do corpo.

### REFERÊNCIAS

LULHI, Jainny Dilamar Negro Nogueira; LULHI, Cicelyny. Métodos de alongamentos e o desempenho da flexibilidade na ginástica geral. Revista FACTU Ciência – Ano 10, nº 18 (janeiro/julho, 2010). Unai: FACTU, 2010. p. 127-150.



## Mostra Científica Interdisciplinar



### POPULAÇÃO DE PLANTAS DANINHAS EM ÁREA DE CULTIVO DE BANANEIRA

LOUZADA<sup>1</sup>, Daniel Santana; ARAUJO<sup>1</sup>, Welissom Marques de; SOARES<sup>1</sup>, Lucas Fonseca; SODRÉ FILHO<sup>2</sup>, Joilson.

<sup>1</sup> Acadêmicos do curso de Agronomia; <sup>2</sup> Professor do curso de Agronomia

**Palavras-chave:** levantamento fitossociológico, *Musa* sp., fitomassa, manejo de infestantes.

#### Introdução

O conhecimento da população de plantas daninhas na cultura da bananeira é importante para se propor diferentes tipos de manejo, para que essas plantas daninhas não causem algum tipo de dano econômico.

#### Referencial teórico

A cultura da banana é muito sensível à interferência imposta pelas plantas daninhas, reduzindo o seu vigor, com consequente queda de produtividade. Apesar da necessidade de limpeza constante da área cultivada, os primeiros cinco meses de desenvolvimento são os mais limitantes para a cultura. Nessa etapa, o controle das plantas daninhas deve ser realizado adequadamente para que o crescimento das bananeiras não seja afetado, tendo em vista que sua recuperação é excessivamente lenta (SOUZA & NETO, 2005; CORDEIRO, 2005; BORGES, 2005).

#### Metodologia

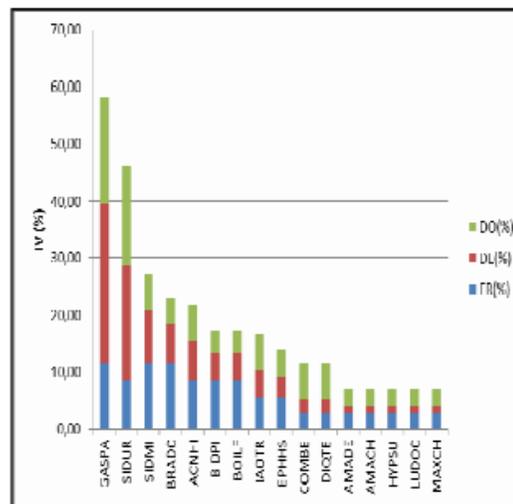
O trabalho foi realizado na Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira (Escola Agrícola de Unai - MG), em uma área de cultivo de banana com 1344m<sup>2</sup>. A população de plantas daninhas foi amostrada em 28/03/2015, utilizando-se um quadro de 50 X 50 cm. Em cada amostra, as plantas daninhas eram identificadas, contadas e coletadas, para se obter seu peso de matéria seca em estufa regulada a 60°C por um período de 72 h. A partir dos resultados obtidos, foram calculados o índice de verificação de importância (IV) = (frequência relativa + densidade relativa + dominância relativa); (CONCENÇO et al., 2013). Frequência: número de plantas em cada quadro; densidade: número de quadros em que cada espécie aparecia; dominância: área dominada pela espécie de planta daninha.

#### Resultados e discussão

Figura 1. População de plantas daninhas e matéria seca. Unai, 2015.



Família	Nome científico	Nome comum	Símbolo
Amaranthaceae	<i>AMARANTHUS deflexus</i>	caruru-rasteiro	AMADE
	<i>AMARANTHUS hybridus</i>	caruru-roxo	AMACH
Asteraceae	<i>ACANTHOSPERMUM hispidum</i>	carrapicho-de-carneiro	ACNHI
	<i>BIDENS pilosa</i>	pição-preto	BIDPI
	<i>GALINSOGA quadriradiata</i>	pição-branco	GASCI
	<i>GALINSOGA parviflora</i>	botão-de-ouro	GASPA
	<i>COMMELINA benghalensis</i>	Trapaeraba	COMBE
Convolvulaceae	<i>IPOMOEA triloba</i>	corda-de-viola	IPOTR
Euphorbiaceae	<i>CHAMAESYCE hyssopifolia</i>	erva-de-santa-luzia	EPHHS
Lamiaceae	<i>MARSYPIANTHES chamaedrys</i>	hortelã-do-campo	MAXCH
	<i>MESOSPHERUM suaveolens</i>	salva-limão	HYPSP
Malvaceae	<i>SIDAstrum micranthum</i>	malva-preta	SIDMI
	<i>SIDA urens</i>	guaxuma-rasteira	SIDUR
Onagraceae	<i>LUDWIGIA octovalvis</i>	cruz-de-malta	LUDOC
Poaceae	<i>UROCHLOA decumbens</i>	Braquiária	BRADE
Rubiaceae	<i>DIODELLA teres</i>	mata-pasto	DIOTE
	<i>SPERMADOCÉ latifolia</i>	erva-quente	BOLFE



#### Conclusão

Por meio do levantamento foi possível identificar as quatro espécies de maior importância e assim focar o controle sobre as mesmas. Esses dados são importantes para propor o manejo adequado para a cultura da bananeira, evitando assim a competição influenciando na sua produtividade.

#### Bibliografia

SOUZA & NETO, 2005; CORDEIRO, 2005; BORGES, 2005; CONCENÇO, G.; TOMAZI, M.; CORREIA, I.V.T.; SANTOS, S.A.; GALON, L.



## Mostra Científica Interdisciplinar



### ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO FEIJÃO-DE-PORCO [*Canavalia ensiformis* (L.) DC.] VIANA, H. S.; DIAS, S.C..

#### Introdução

O feijão-de-porco [*Canavalia ensiformis* (L.) DC.] é uma planta tropical e subtropical, da família Fabaceae, amplamente cultivada nos países tropicais como cobertura verde. É uma leguminosa muito rústica, anual e bianual, de crescimento inicial lento, resistentes a altas temperatura e à seca. Tolerância o sombreamento parcial. Adapta-se a praticamente todos os tipos de solos (argilosos, arenosos), inclusive aqueles pobres em fósforo. Sua associação, em nódulos radiculares, com bactérias fixadoras de nitrogênio é natural, tendo sido demonstrado mesmo que, em certas regiões, a inoculação destas é indiferente.

O presente trabalho teve como objetivo observar as características morfológicas da planta do Feijão-de-Porco.

#### Metodologia

A semente do fruto utilizada foi a do banco de sementes de leguminosas da Escola Agrícola de Unaí-MG, junto aos demais materiais usados, como papel toalha, algodão, plástico filme e borrifador, também foi usado um cilindro de vidro, durante o procedimento, o trabalho foi conduzido em ambiente protegido e com luz.

Para o acondicionamento das sementes foi utilizado o cilindro de vidro, colocadas folhas de papel toalha e algodão, as sementes foram acomodadas entre a borda do cilindro de vidro e o papel, em seguida foi borrifado água em todo o papel toalha, até ficar úmido o bastante para a germinação da semente. O cilindro de vidro foi vedado com o plástico filme, para evitar a evaporação da água. Posteriormente, outras sementes foram plantadas em recipientes de plásticos em solo rico em matéria orgânica para a observação do desenvolvimento da planta.

#### Revisão Literária

O feijão-de-porco é uma planta de crescimento ereto e de hábito determinado (0,6 a 1,2 m). Folhas alternadas, trifolioladas; folíolos grandes elíptico-ovais, de cor verde-escura brilhante, com nervuras bem salientes; inflorescências axilares em racemos grandes; flores grandes, corola de cor violácea ou roxa; vagem achatada, larga e comprida (25 cm ou mais), coriácea, bivalva com estrias longitudinais, contendo 4 a 18 sementes; sementes grandes, de forma arredondada-ovalada, de cor branca ou rosada; hilo oblongo de cor parda, rodeado de uma zona de cor castanha, com uma lingueta de cor branca (VIDAL 4. ed. 2003). Os frutos do feijão-de-porco podem ser classificados simples. A germinação do feijão-de-porco é epigea, o sistema radicular é constituído de uma raiz principal ramificada (axial pivotante), suas folhas são alternadas e, na maior parte dos casos, são compostas, as flores são conspicuas, normalmente entomófilas em inflorescências variadas. Os frutos são simples tipo legumes, apresentando sementes polispérmicas alinhadas numa única fileira, de consistência seco e deiscente (BUENO, 2015).

A semente do feijão-de-porco tem um tegumento liso muito resistente e impermeável que dificulta a germinação. Portanto recomenda-se quebrar a dormência colocando a semente de molho em água, seis horas antes da semeadura. Cicatriz não visível (a olho nu) e apêndice ausente (BUENO, 2015).

Segundo WUTKER (1993) "suas sementes, de coloração branca, não são recomendadas para consumo humano ou animal, devido aos fatores antinutricionais, mas a espécie se destaca pela ação alelopática no controle de infestantes, principalmente da tiririca".

#### Conclusão

Acompanhando o desenvolvimento do feijão-de-porco, foi observado que seu processo de germinação ocorreu dentro das 48 h com o aparecimento da radícula (Figura 1A), em seguida o hipocótilo iniciou seu desenvolvimento, elevando os cotilédones, o que caracteriza a germinação epigea da planta. Seu tipo de raiz é axial pivotante, suas folhas são alternadas e, na maior parte dos casos, são compostas (Figura 1B), as flores são axilares (Figura 1C), de cor roxa, violácea, ou branca e os frutos são do tipo legumes (Figura 1D).

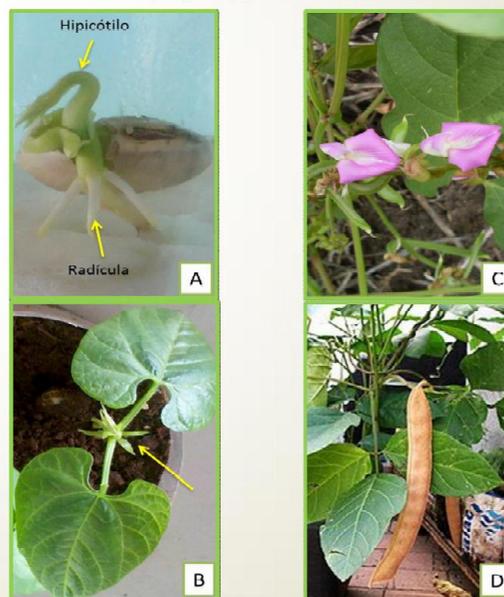


Figura 1: Foto A: Germinação epigea; Foto B: Aparecimento da primeira folha trifoliada; Foto C: flores axilares e Foto D: fruto tipo legume.

#### Bibliografia

VIDAL, WALDOMIRO NUNES. **Botânica – Organografia; quadros sinóticos ilustrados de fanerógamas**. Maria Rosário Rodrigues Vidal – 4. ed. Ver. Ampl. – Viçosa: UFV, 2003.

WUTKE, E.B. **Adubação verde: manejo da fitomassa e espécies utilizadas no Estado de São Paulo**. In: WUTKE, E.B.; BULISANI, E.A.; MASCARENHAS, H.A.A. (Coords). Curso sobre adubação verde no instituto agrônomo, 1. 1993, Campinas: Instituto Agrônomo, 1993. p.17-29. (Documentos IAC, 35)

BUENO, Bárbara. **Organografia de frutos e sementes**. Trabalhos enviados, USP-PR, em 2015.

Disponível em: <www.passeidireto.com/arquivo/3621358/organografia-de-frutos-e-sementes>. Acesso em: 28 abril 2015.



## Mostra Científica Interdisciplinar



### PIMENTÃO (*Capsicum annuum* L.): DA GERMINAÇÃO AO FRUTO

SCHUCH, I. L.; RODRIGUES, R. C.; DIAS, S. C. J.

#### Introdução

O Pimentão (*Capsicum annuum* L.) tem sua origem americana pertence a família das Solanáceas. É tipicamente uma planta arbustiva, com raiz pivotante que pode chegar até 1 m de profundidade com caule semi lenhoso podendo também ultrapassar 1 m de altura. É uma planta de tratos culturais intensivos que exige tutoramento quando a produtividade é elevada. O início da produção se dá em cerca de 100 dias. É rico em fontes de vitaminas A e C. Cultura de clima quente e intolerante a temperaturas frias.

O objetivo do trabalho é observar as características morfológicas do pimentão.

#### Metodologia

Para fornecer as condições ideais para a germinação foi utilizado uma pequena caixa de vidro adquirida junto com a semente no comércio local além dos materiais como papel toalha, borrifador de água e o plástico filme.

Para conservar a umidade dentro da caixa foi colocado bastante papel toalha e na sequência foi borrifado água. Em seguida as sementes foram acomodadas no centro da caixa, a qual foi vedada com plástico filme para que não houvesse evaporação. No mesmo dia deu-se o plantio de sementes no campo, acompanhando, posteriormente, as etapas de desenvolvimento da planta e os aspectos morfológicos registrados.

#### Revisão Literária

Segundo FILGUERA (1996), o pimentão apresenta folhas alternas inteiras ou partidas, sem estípulas, suas flores em geral são pequenas de coloração branca na maioria dos casos, hermafroditas produzindo os gametas masculino e feminino, possui cálice variando com 5 e de 6 a 8 sépalas e corola da mesma forma somente alternado para pétalas (Figura 1D). Quanto a sua polinização pode ocorrer entre as espécies embora se trata de uma planta autógama ou seja o pólen e o ovulo que é fecundado pertencem a mesma flor.

O fruto tem formato retangular medindo de 9-10 cm de diâmetro e 16-18 cm de comprimento de tamanhos uniformes com paredes lisas e simétricas (Figura 1E). FONTES (2005).

#### Conclusão

Acompanhado desde de 23 de março, a germinação do pimentão com 72 horas, apresentou o surgimento da radícula e o desenvolvimento do hipocótilo que elevou os cotilédones em uma forma de gancho (Figura 1A). Seus cotilédones se elevaram configurando assim uma germinação epígea (figura 1B). Seu sistema radicular é ~~tridimensional~~ ajuda na busca de nutrientes para a planta. Após 26 dias na caixa de vidro ocorreu a morte por completa da planta recém nascida (figura 1C). Segundo LOPES (2007), o fruto do pimentão tem aparência de uma capsula onde no seu interior é oco, este é de formato quadrangular de coloração verde seu comprimento varia de 10 a 20 cm e a largura de 6 a 12 cm, possui um paladar não pungente (doce) e são consumidos na forma de saladas.(figura 1E).



Figura 1. Pimentão (*Capsicum annuum*); Germinação(A); Emergência.(B); Morte da planta (C); Flor (D); Fruto (E).

#### Bibliografia

FILGUEIRA FAR. 1996. **Novo Manual de Olericultura**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 239p  
 FONTES PSR. 2005. **Olericultura teoria e prática**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 429p  
**Pimenta (*Capsicum spp.*)**, Acessado em: 27 de abril de 2015.  
[http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pimenta/Pimenta\\_capsicum\\_spp/botanica.html](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pimenta/Pimenta_capsicum_spp/botanica.html)



## Mostra Científica Interdisciplinar



### EFEITO DO TIPO DE SOLO NA PRODUTIVIDADE DA CULTURA DO MILHO

BENEVIDES, R. I.; BRAGA, R. T.; BRAGA, V. C.; CANTO, S. M.; CARDOSO, R.; CARVALHO, F. R. De; CARVALHO, L. F. R. De; COSTA, N. M.; COSTA, S. P.; COUTO, V. O.; CRUZ, B. F. P. Da; FARIA, M. A. DA S.; FERREIRA, M. G.; FERREIRA, P. De J.; FERREIRA, R. G.; FREITAS, H. S. C. De; GODINHO, P. H. S.; GOMES, B. L.; JESUS, A. V. De JÚNIOR, P. R. B. LATINI, C. L. B.; MOREIRA, D. F.; MOTA, E. V. O.; OLIVEIRA, K. J. O. De; SILVA, D. J. P. Da; SILVA, M. E. Da; SILVA, J. S.; SOUZA, J. H. F.; VELOSO, R.; JUNIOR, A. P. L..

#### Introdução

O solo produz apenas quando todos os fatores estiverem equilibrados. A fertilidade é somente um dos fatores de produção, embora os minerais sem a menor dúvida são básicos a nutrição vegetal (PRIMAVESI, 2002). Buscando contextualizar a influência no manejo e do tipo de solo, realizou-se uma coleta de amostras, para determinação da produtividade do milho em função das características morfológicas do solo.

#### Referencial Teórico

No Brasil o milho é o principal cereal mais explorado, destacando-se pela grande variabilidade de uso na alimentação humana e animal e na indústria. Através do milho pode-se adquirir uma infinidade de produtos para aproveitamentos distintos. A produtividade da cultura do milho evoluiu muito nos últimos tempos, em função de melhor manejo e utilização de solos pelo melhoramento genético de novas cultivares (BRASIL 2013).

O comportamento das culturas ocorre de forma bem diversificada de acordo com o manejo do solo. Isto acontece porque o rendimento de grãos na maioria das culturas depende das condições climáticas do ano agrícola, da qualidade do manejo, do nível de fertilidade do solo e do estado sanitário da cultura (JENNY, 1941).

Segundo Jenny (1941); a variação das características do solo está relacionado com o efeito do manejo do solo e com os fatores de sua formação. Vale resaltar que o estudo das propriedades do solo desempenha um papel importante no levantamento e classificação do solo, e em relação a utilização dos fertilizantes. Desta forma, é importante destacar sua importância na escolha de uma área experimental, bem como das locações das unidades experimentais, coletas de amostras e interpretação dos resultados. (DOBERMANN & GEROJE, 1994).

#### Metodologia

A coleta dos dados foi efetuada na Fazenda Palmeiras na qual foram coletadas amostras em três áreas de solos distintos, sendo quatro repetições por área. O solo da área um possui um horizonte A de 15cm com presença de plintita, um horizonte de transição AB de 10cm e o horizonte B de 15cm, possui a cor classificado de acordo com a carta de cor na página 7,5YR, 4/4, 4/5, 4/6 assim respectivamente, o horizonte A possui textura ligeiramente plástica e ligeiramente pegajosa, com o percentual de 33 a 35% de argila, já no horizonte B tem a textura plástica e pegajosa e com 35 a 40% de argila, o solo da área dois possui um horizonte A com 18cm, o horizonte de transição BA com 22cm, e o horizonte B de 30cm, classificado na carta de cor na página 5YR 4/3, 4/6 ec4/6 assim respectivamente, tendo uma peculiaridade no horizonte B que possui uma segunda cor na página 7,5YR 5/6, os três horizontes possuem textura pegajosa e plástica variando nos teores de argila, sendo no horizonte A 45 a 50% de argila, o horizonte BA e o B de 55 a 60%. Na área três foi classificado três horizontes o A, BA e o B, com espessuras de 18cm, 22cm e 20cm assim respectivamente. Classificado da página 7,5 YR, com cores 3/2, 4/3, 5/6 respectivamente, o horizonte A possui a textura ligeiramente pegajoso e ligeiramente plástico e 33% de argila, horizonte BA de textura pegajosa e plástico e teor de argila 40%, e por fim o horizonte B com 45% de argila e textura pegajosa e plástica, de acordo com as condições encontradas o solo das três áreas foi classificado como distrófico de acordo com a tabela de classificação.

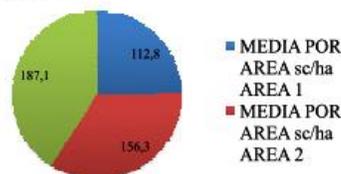
#### Referencias

DOBERMANN, A. & GEORGE, T. Field-scale soil fertility variability in acid tropical soils. In: WORLD CONGRESS OF SOIL SCIENCE, 15., Acapulco, 1994. Transactions. Acapulco, 1994. v.5. p.610-627.  
JENNY, H. Factors of soil formation. New York, McGraw-Hill, 1941. 281p.  
PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais 1 ed. São Paulo: Nobel, 2002

Os parâmetros avaliados foram: o peso de grãos, plantado com espaçamento de 50cm entre linhas, em área irrigada, utilizando a adubação 500kg do adubo formulado 8-30-12 e 300kg de uréia na adubação de cobertura. Para o controle de plantas daninhas (trapoeraba, corda de viola, picão e carrapicho de carneiro), utilizou-se atrazina e glifosato, não foi necessária a aplicação de inseticida. A área útil das parcelas foi de 2m X 2m. As amostras foram secas até atingirem a umidade de 13 a 14%, em seguida as amostras foram pesadas.

#### Resultados

Com a análise dos dados coletados foi possível determinar a produtividade média por hectare, fazendo em seguida a média por área demonstrando nos gráficos abaixo em sacas por hectare. Obteve-se resultados melhores na Área 3, por ser uma área mais próxima a vereda apresentando maior índice de matéria orgânica, sendo um solo distrófico, com retenção de cátions de 2,5; a CTC total de 3,5 emol/dm<sup>3</sup>, observou-se que quando o solo possui a maior quantidade de microporos ele sendo melhor para a cultura devido sua capacidade de reter água. Além disso, o manejo feito na cultura de acordo com suas necessidades possibilita aumento da produção, levando em conta os fatores climáticos, solo, época de plantio entre outros aspectos necessários para um bom desenvolvimento.



O gráfico acima representa a produtividade média por área em sacas por hectare, nota-se que a área 3 obteve um aumento da produtividade devido ao tipo de solo.

#### Considerações Finais

Para se obter sucesso na produtividade do milho é necessário incluir a classe de solo como item fundamental no manejo de solo. Na produção do milho alguns fatores são essenciais, como análise de solo para avaliação de fertilidade, calagem adequada nos solos ácidos, cobertura nitrogenada no momento certo, adubação equilibrada, uso de práticas que maximizem os processos biológicos do solo (rotação de culturas incluindo espécies leguminosas, plantio direto "plantio na palha", ou cultivo mínimo, e manejo adequado dos restos culturais e utilização de plantas de cobertura), conhecimento das características e do comportamento dos fertilizantes no solo, conhecimento de algumas regras complementares sobre época e modo de aplicação de fertilizantes, conservação do solo e entre outros fatores de produção.

Para alcançar sucesso no trabalho realizado em um plantio, é necessário conhecer o solo classificá-lo e aplicar os elementos faltantes em dose correta para alcançar maiores produtividade.

Neste trabalho realizado foi demonstrado, com clareza o quanto é importante o manejo do tipo de solo.



## Ciclo fenológico e morfologia da cultura do Girassol (*Helianthus annuus L.*)

CÂNDIDO G.C.; NUNES L.H.; FARIA M.A.

### Introdução

O girassol (*Helianthus annuus L.*) é uma planta nativa da América do Norte. É uma das quatro maiores culturas oleaginosas produtoras de óleo vegetal comestível do mundo, perdendo apenas para soja, algodão e amendoim. O girassol possui cerca de 20 milhões de hectares em todo o mundo, tendo como maiores produtores Rússia, Argentina e Estados Unidos (Cavasin, 2001).

A cultura do girassol é usada normalmente para adubação verde, reforma de canaviais, silagem, e, de acordo com Cavasin 2011, girassol é um grande subsoador natural, por ter raízes que atingem até 4 metros de profundidade.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo explicar a fenologia e a morfologia do girassol.

### Metodologia

Para o presente trabalho, foi plantado em um espaço de 4 m<sup>2</sup> com espaçamento de 70 cm e profundidade de 3 cm as sementes de girassol. Com isso, foram feitas 3 linhas de plantio na área. Para adubação foi usado adubo orgânico anteriormente ao plantio, incorporado com enxada e adubo químico KCl na cova aberta para introdução da semente. Com um regador, foi irrigada a área.

A cada semana a área foi visitada para acompanhamento do ciclo fenológico e observação da morfologia da cultura do girassol, registradas por fotos.

### Revisão Literária

O girassol é uma cultura de ciclo que varia de 65 a 165 dias, dependendo da cultivar. O ciclo fenológico do girassol é dividido em fases vegetativas e reprodutivas. A fase vegetativa tem início na emergência da plântula e é dividida em estádios. A fase reprodutiva possui nove estádios e se inicia no surgimento do botão floral até a sua maturação fisiológica (Gazzola A. et al., 2012).

Após emergência, que ocorre em 7 dias, são as quantidades de folhas maiores que 4 cm que define os estádios vegetativos. O período reprodutivo se inicia com o aparecimento do botão floral e evolui até a maturação fisiológica da planta. A maturação para colheita é caracterizada pela perda de água nos aquênios podendo durar entre 20 a 30 dias dependendo das condições climáticas. A umidade de colheita é

quando os aquênios estão com umidade entre 14 e 18% (Gazzola A. et al., 2012). A planta do girassol tem um sistema radicular pivotante, é uma planta de haste única, não ramificada, ereta, pubescente e áspera. É uma cultura com pecíolos curtos, carnosos, ovalados e grandes. Por ser uma planta cotilédone, apresenta emergência epigea (Gazzola A. et al., 2012).

A fase reprodutiva se inicia quando se tem uma diferenciação na gema apical, que se tornará reprodutiva, que vai do aparecimento do botão floral à maturação dos aquênios (Jornal agrícola, 2011).

As flores dos girassóis são inflorescências do tipo capítulo e são encontradas em diversas cores (Info escola, 2012). Suas flores são sésseis que são inseridas em um ápice dilatado, chamado inflorescência do tipo indefinida, chamada capítulo, que define inflorescências que tem flores muito próximas de si e inseridas em um eixo comum (Mundo educação, 2010).

### Conclusão

Até o momento que este trabalho foi desenvolvido, foi observado que o girassol apresenta germinação epigea (Figura A), e as folhas são em número e formas variáveis. O primeiro par de folhas apresenta maior desenvolvimento da lâmina foliar. O segundo par de folhas é lanceolado. Os três primeiros pares de folhas são opostos (Figura B). A partir daí, as folhas crescem alternadamente, sendo a distância entre o primeiro e segundo nó de folhas alternadas mais curto, a distância entre o segundo e o terceiro nó de folhas alternadas maior, voltando a diminuir entre o terceiro e o quarto nós, e assim sucessivamente (Gazzola A. et al., 2012).



Figura A. Emergência girassol



Figura B. Primeiras folhas do girassol

### Bibliografia

GAZZOLA A.; FERREIRA C.T.G.; CUNHA D.A.; BORTOLINI, E.; PAIAO, G.D.; PRIMIANO, I.V.; PESTANA, J.; ANDRÉA, M.S.C.; OLIVEIRA, M.S. **A cultura do girassol**. 2012. 69 f. Departamento de produção vegetal. Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2012.

CALVASIN, P. **A cultura do Girassol**. 1.ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 2001. 69p.

Jornal Agrícola –Girassol. Disponível em: < <https://jornalagricola.wordpress.com/2011/09/29/curiosidade-girassol-ornamental/> >

Info Escola –Girassol. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/plantas/girassol/> >

Mundo Educação –Girassol. Disponível em: < <http://www.mundoeducacao.com/biologia/girassol.htm> >

## COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA DE CRIANÇAS DE 5 A 8 ANOS

RODRIGUES, Gustavo; SANTOS, Mirelle Raquel ; CRISLAINE, Paloma ; PORFIRIO, Kelly; OLIVEIRA Fernanda Trigueiro Fernandes; GONÇALVES, Vanessa Aparecida; FERNANDES, Wanderley da Mota

**Palavras-chave:** Índice de Massa Corporal. Obesidade Infantil. Vida Saudável.

### INTRODUÇÃO

Para Meira *et al* (2011) a obesidade é conhecida como um distúrbio que causa desordem dos sistemas reguladores do peso corporal, caracterizando assim um armazenamento e/ou acúmulo de gordura no corpo. Pesquisas recentes apontam que a obesidade vem tendo um crescimento bem significativo a cada dia.

A obesidade infantil vem crescendo de forma alarmante devido aos maus hábitos alimentares e ao sedentarismo, assim tornando-se um problema de saúde pública. (PEREIRA e LOPES, 2012). O objetivo desse estudo foi comparar o índice de massa corporal de crianças na idade entre cinco e oito anos de idade.

### METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa de campo com 56 alunos, 28 meninos e 28 meninas com as idades dentre 5 e 8 anos de uma escola em Natalândia Minas Gerais. Foram coletados também nas escolas da Cidade de Dom Bosco e Unaí. Foram coletadas peso e estaturapara o cálculo do Índice de massa corporal (IMC) conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde (2007). Para análise de dados foi utilizado TesteT-Student para médias e desvios padrão e correlação de Pearson.

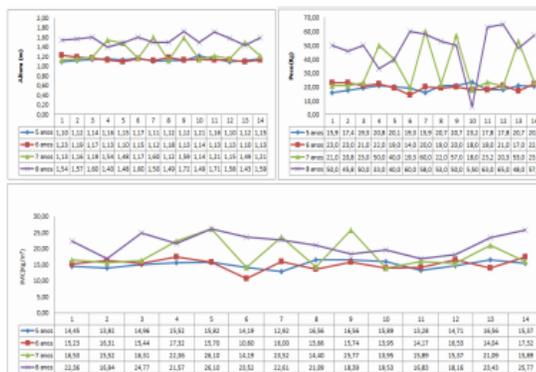
### RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico mostra que com o aumento da idade houve ganhos significativos no IMC nas idades de 7 e 8 anos de idade. O que já pode demonstrar maus hábitos de saúde

**Gráfico 1. Médias e Desvios Padrão das variáveis por idade.**

Idade	Altura (m)	Peso (kg)	IMC
5 anos	1,14±0,03	19,28±2,14	115,37±0,84
6 anos	1,15±0,04	19,79±12,53	15,14±1,72
7 anos	1,30±0,10	32,20±16,4	18,35±4,54
8 anos	1,55±0,20	48,45±15,53	21,51±3,00

Utilizado teste T-Student.\* Significativo quando p<0,05



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo observou-se um aumento significativo do índice de massa corporal com o aumento da idade. É necessário que se aprofunde esse estudo afim de verificar se essas crianças estão desenvolvendo hábitos de vida não saudáveis.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LLO, Elza Daniel; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes?. *Jornal de Pediatria* - V. 80, n°3, p. 173-182. 2004.
- MEIRA, Carolina Franco; *et al*. Obesidade infantil: um problema hereditário ou uma compulsão alimentar?. *Antropologia e Momento Integrador das Faculdades Pequeno Príncipe*. p. 01-03, 2012.
- PEREIRA, Paulo Jorge de Almeida; LOPES, Liliana, Silva Correia. Obesidade infantil: estudo em crianças num ATL. *Millenium*, 42 (janeiro/junho).p. 105-125. 2012.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. DEPARTAMENTO DE NUTROLOGIA. OBESIDADE NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – *Manual de Orientação* / Sociedade Brasileira dePediatria. Departamento de Nutrologia. – São Paulo - SP: Sociedade Brasileira de Pediatria. DepartamentodeNutrologia, 116 p. 2008.

## ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ADOLESCENTES DE DIFERENTES IDADES

BENTO, Daiane Peres; COIMBRA, Rafael; DEUS, Ricardo de, MOURA, Frederico Antônio de; RIBEIRO, Dayane Alves; SILVA; Juciléia Ferreira da; SOUTO, Wanderson Antônio

**Palavras-chave:** Obesidade adolescente. Índice de massa corporal. Atividade Física

### INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada, em países desenvolvidos, um importante problema de saúde pública, e pela OMS, uma epidemia global. A prevalência de obesidade está crescendo intensamente, na infância e na adolescência, e tende a persistir na vida adulta: cerca de 50% de crianças obesas aos seis meses de idade, e 80% das crianças obesas aos cinco anos de idade, permanecerão obesas. Neste estudo o objetivo foi avaliar a prevalência de sobrepeso e obesidade, comparando o IMC entre crianças e adolescentes de diferentes idades.

### METODOLOGIA

Para o presente estudo foram avaliados um total de 72 alunos, de uma escola pública no município de Unaí-Mg, ambos divididos em três grupos de diferentes idades: G1: 11 e 12 anos, G2: 13 e 14 anos e G3: 15 e 16 anos. Para a realização das avaliações foram coletados o peso e estatura através de balança com estadiômetro da marca Welmy. Para análise de dados foi utilizado Teste-T-Student utilizando o pacote estatístico SPSS20.0.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

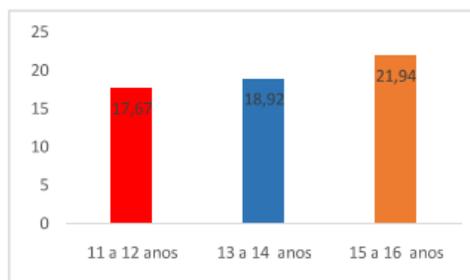
Observa-se que houve um aumento do índice de massa corporal que acompanhou o aumento de idades desses adolescentes. Um dos fatores que pode contribuir para isso é a própria fase puberal em que se encontram esses adolescentes. É importante ressaltar que esses participantes praticam atividades físicas apresentaram na classificação da obesidade eutrofia (Gráfico 1 e Figura 1).

**Figura 01: Análise do IMC nos adolescentes**

Idade	IMC (Kg/m <sup>2</sup> )
11 e 12 anos	17,67±1,74
13 e 14 anos	18,92±2,48
15 e 16 anos	21,94±2,99

Utilizado teste T-Student

**Figura 1. Análise do IMC nos adolescentes**



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que houve um aumento do índice de massa corporal com o aumento das faixas etárias. Porém na classificação do IMC a maioria dos participantes foram considerados eutróficos.

### REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Atalício Alberto do; SIRINO, Fabiana; MINUZZI, Luciele Guerra. Índice de obesidade, sobrepeso e risco cardiovascular em escolares de 11 a 14 anos da cidade de Abelano Luz (SC). *Revista Mackenzie de educação física e Esporte* - v.10, n.2, p. 128-139, 2011. Disponível na Internet em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/viewFile/3078/3477>. Acessado em: 26/03/2013
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **POF 2008-2009: Desnutrição cai e peso das crianças brasileiras ultrapassa padrão internacional**. Disponível na internet: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1busca=1&idnoticia=1699>. Acessado em: 16/10/2013

## ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO DA CORPORAL DE MULHERES PRATICANTES DE EXERCÍCIO RESISTIDO

COIMBRA, Acir Jose; MOURA, Thamara Coelho de.; PINTO; Ana Carla Fernandes; FREITAS, Marcos Vinicius Albino de; SILVA, Jéssyca Drú Marques da; SILVA, Geraldo Augusto e; SILVA, Rafael Barbosa da; CRUZEIRO, Joselane Gonçalves, Tôrres, Rafael Martins; SILVA, Diego Fernandes da .

**Palavras-chave:** Exercício resistido. Composição corporal. Percentual de gordura.

### INTRODUÇÃO

A obesidade vem aumentando a cada ano e o número de obesos e pessoas com sobrepeso é alarmante em todo o mundo. Esse problema não é mais uma característica dos países ricos, como os Estados Unidos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 1995 e 2000 o número de pessoas obesas passou de 200 para 300 milhões, representando entorno de 15% da população mundial. (HERNANDES e PEREIRA 2010). O objetivo desse estudo foi comparar a avaliação da composição corporal pré e pós um período de prática de musculação.

### METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada com alunos de uma academia do município de Unaí-MG, foram selecionadas vinte participante sendo todos iniciantes com idade variando 17 e 40 anos. Todos foram submetidos a uma avaliação antes de iniciar a prática da musculação e outra após três meses de treinamento. Para a realização das avaliações foram coletados os seguintes dados e com os instrumentos correspondentes: peso e estatura através de balança com Estadiômetro da marca Welmy, circunferências trena Sanny, dobras cutâneas Adipômetro Sanny, diâmetro dos ossos paquímetro Sanny. Todas as avaliações foram realizadas pelo mesmo avaliador e através do protocolo de Composição Corporal de Jackson & Pollock parasete dobras, Para análise de dados foi utilizado Teste-T-Student utilizando o pacote estatístico SPSS20.0.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

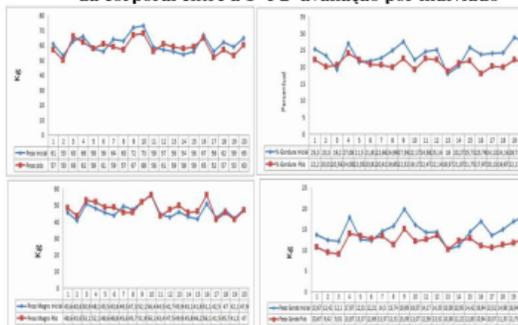
Através dos resultados observa-se que houve diminuição do percentual de gordura ( $23,88 \pm 2,84$ ) para ( $20,97 \pm 1,51$ ) e por consequência do peso gordo de ( $14,57 \pm 2,54$ ) para ( $11,98 \pm 1,57$ ) nota-se também um aumento do peso magro que passou ( $46,40 \pm 4,10$ ) para ( $47,92 \pm 4,27$ ) entre os indivíduos avaliados (figura 01). Para Pereira Júnior e Ribeiro (2010) isso ocorre porque a prática do exercício resistido promove uma adaptação fisiológica elevando assim o aumento do metabolismo basal, fazendo com que o indivíduo tenha um gasto calórico em repouso maior.

**Tabela 01: Comparação das variáveis da composição da corporal entre a 1ª e 2ª avaliação.**

Variáveis	Idade	Peso	Estatura	% Gordura	Peso magro	Peso Gordo
Avaliação 1	23,95±6,64	*61±5,65	1,63±0,05	*23,88±2,84	46,40±4,10	14,57±2,54
Avaliação 2	23,95±6,64	59,25±4,79	1,63±0,05	20,97±1,51	47,92±4,27	11,98±1,57

Foi utilizado teste T-Student sendo  $p < 0,05$

**Figura 01: Comparação das variáveis da composição da corporal entre a 1ª e 2ª avaliação por indivíduo**



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos com a realização deste estudo mostram resultados significativos de melhora com relação a diminuição dos percentuais de gordura, peso gordo e o aumento do peso magro dos indivíduos participante desta pesquisa. Concluiu-se que esses participantes mesmo em idades diferenciadas que não tinham o hábito da prática regular do exercício físico, podem ter resultados de melhora significativos num curto espaço de tempo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HERNANDES, F. PEREIRA, M. V. Obesidade: causas e consequências em crianças e adolescentes. *Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 47-63, set./dez. 2010. ISSN: 1983-9030.  
 PEREIRA JÚNIOR P, RIBEIRO, C F. A. M, A. Influência da musculação na prevenção da obesidade. *Agora. Revista. Divulgação. Científica*. ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, p 109 a 116, 2010.